

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

**ICMBio**



# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

## **ICMBio**

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE

---

## Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ACADEBio	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
ADA	Área Diretamente Afetada
ALA	Autorização para o Licenciamento Ambiental
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARP	Ata de Registro de Preços
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
CGFIN	Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento
CGPRO	Coordenação Geral de Proteção
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria-Geral da União
COARR	Coordenação de Arrecadação do ICMBio
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais
CR	Coordenação Regional
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEF-Mar	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
Gespública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
iGovTI	Índice de Governança de Tecnologia da Informação
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
FW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco de Desenvolvimento da Alemanha)
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIF	Manejo Integrado do Fogo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ONG	Organização Não Governamental

---

PAN	Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico
PARNA	Parque Nacional
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDTI	Plano Diretor para o setor de Tecnologia da Informação
PF	Polícia Federal
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PMFS	Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PMFSCF	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar
PRF	Polícia Rodoviária Federal
REBIO	Reserva Biológica
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SARR	Sistema de Arrecadação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SGD	Sistema de Gerenciamento de Demandas
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos Físicos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG/COMPASNET	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIG-ICMBio	Sistema Integrado de Gestão
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação
UGR	Unidade Gestora Responsável
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

---

## Sumário

<b>1- Apresentação</b> .....	6
<b>2- Visão geral da unidade prestadora de contas</b> .....	7
2.1- Identificação da unidade.....	7
2.2- Finalidade e competências institucionais .....	9
2.3- Ambiente de atuação .....	9
<b>3- Planejamento organizacional e resultados</b> .....	15
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	15
3.2- Informações sobre a gestão .....	33
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	44
3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização .....	48
<b>4- Governança, gestão de riscos e controles internos</b> .....	51
4.1- Descrição das Estruturas de governança .....	51
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	52
<b>5- Áreas especiais da gestão</b> .....	54
5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade .....	54
<b>6- Relacionamento com a sociedade</b> .....	55
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	55
6.2- Carta de serviços ao cidadão.....	55
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	55
6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade .....	56
<b>7- Desempenho financeiro e Informações contábeis</b> .....	58
7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	58
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	64
7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	64
7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	65
<b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</b> .....	66
8.1- Tratamento de deliberações do TCU .....	66
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	68
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	74
<b>9- Anexos e apêndices</b> .....	75
9.1- Complemento da visão por coordenação regional.....	75
9.2- Quadros, tabelas e figuras complementares .....	88

---

# 1- Apresentação

O presente Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), relativo ao exercício de 2016, foi elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010; Decisão Normativa nº 154, de 19 de outubro de 2016; Decisão Normativa nº 156, de 30 de novembro de 2016; e orientações da Portaria nº 59, de 17 de janeiro de 2015) e da Controladoria-Geral da União – CGU.

O ICMBio acatou a proposta de customização apresentada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do §1º da Decisão Normativa nº 154/2016, a qual foi acordada entre este Instituto e Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do TCU e registrada em ata.

De acordo com os subitens selecionados para serem respondidos por esta autarquia, registra-se que:

- os subitens 6.2 e 6.3 não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de referência, mas trazem explicações sobre as suas situações;
- quanto ao subitem 6.4, foi necessária a elaboração de notas explicativas; e
- não foi necessário incluir gráficos e tabelas complementares (item 9.2).

Cabe ressaltar que o ano de 2016 foi considerado um ano atípico, impactado por fatores externos relacionados ao contexto especial que o país vivenciou no cenário político, revisões na estrutura de governo e a crise econômica-fiscal que o país está submetido. Estes fatores tiveram reflexos em toda estrutura de governo, incluindo o ICMBio.

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### ICMBio

#### Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

##### Poder e órgão de vinculação

**Poder:** Executivo

**Órgão de vinculação:** Ministério do Meio Ambiente

**Código SIORG:** 1927

##### Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

**Natureza jurídica:** Autarquia

**CNPJ:** 08.829.974/0001-94

**Principal atividade:** Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação do Meio Ambiente; Administração Federal, Estadual, Municipal

**Código CNAE:** 8412-4/00

**Código SIORG:** 91842

**Código LOA:** 44207

**Código SIAFI:** 44207

##### Contatos

**Telefones/fax:** 61 2028-9001 / 61 2028-9005

**Endereço postal:** EQSW 103/104, bloco C, 1º andar – Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70670-350, Sudoeste, Brasília-DF

**Endereço eletrônico:** [presidencia@icmbio.com.br](mailto:presidencia@icmbio.com.br)

**Página na internet:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

##### Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome	Código SIAFI	Nome
443032	INSTITUTO CHICO MENDES	443033	ICMBIO/CGFIN
443034	UAAF CABEDELO	443035	UAAF ATIBAIA
443036	UAAF TERESÓPOLIS	443038	UAAF GOIÂNIA
443043	UAAF AREMBEPE	443048	UAAF FOZ DO IGUAÇU
443054	UAAF MANAUS	443055	UAAF RIO DE JANEIRO
447156	GEF CERRADO	447157	KFW FLONA

##### Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	Cláudio Carrera Maretti	045.699.298-77	01/01/2016 a 08/06/2016
Presidente	Rômulo José Fernandes Barreto Mello	083.585.082-04	16/06/2016 a 09/10/2016
Presidente	Ricardo José Soavinski	420.044.700-20	08/11/2016 a 31/12/2016
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	Sérgio Brant Rocha	278.721.066-04	01/01/2016 a 07/01/2016
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	Lilian Letícia Mitigo Hangae	266.139.268-84	08/01/2016 a 23/05/2016
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	Paulo Henrique Marostegan E Carneiro	178.946.228-26	24/05/2016 a 31/12/2016
Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	Renato Jose Rivaben de Sales	046.080.228-30	01/01/2016 a 16/06/2016

Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	Cláudio Carrera Maretta	045.699.298-77	17/06/2016 a 31/12/2016
Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	Marcelo Marcelino de Oliveira	394.981.744-15	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretor de Planejamento, Administração e Logística	Rogério Guimarães	443.955.310-91	01/01/2016 a 06/06/2016
Diretor de Planejamento, Administração e Logística	Silvana Canuto Medeiros	552.228.890-68	14/07/2016 a 31/12/2016
<b>Substitutos</b>			
Substituto - Presidente	Marcelo Marcelino de Oliveira	394.981.744-15	09/06/2016 a 15/06/2016 21/09/2016 a 27/09/2016 10/10/2016 a 27/10/2016
Substituto - Presidente	Silvana Canuto Medeiros	552.228.890-68	28/10/2016 a 07/11/2016 14/11/2016 a 15/11/2016 26/12/2016 a 31/12/2016
Substituto - Diretor de Planejamento, Administração e Logística	Marcela Saldanha dos Santos	715.646.401-91	11/01/2016 a 27/01/2016 07/06/2016 a 07/06/2016
Substituto - Diretor de Planejamento, Administração e Logística	Flávia Cristina Gomes de Oliveira	072.980.097-02	08/06/2016 a 07/07/2016 13/10/2016 a 28/10/2016
Substituto - Diretor de Planejamento, Administração e Logística	Gustavo Costa Rodrigues	914.495.371-20	08/07/2016 a 13/07/2016
Substituto - Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	Bruna de Vita Silva Santos	805.516.701-00	08/07/2016 a 16/07/2016 23/07/2016 a 28/07/2016 03/08/2016 a 07/08/2016 26/08/2016 a 13/09/2016 30/11/2016 a 14/12/2016
Substituto - Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	Leonardo Vianna Mohr	676.867.290-87	22/02/2016 a 29/02/2016 24/05/2016 a 27/05/2016
Substituto - Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	Fernando Dal'Ava	165.509.826-04	04/01/2016 a 07/01/2016 27/05/2016 a 07/06/2016 31/10/2016 a 13/11/2016

## 2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental	Ser reconhecido pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de unidades de conservação	Cordialidade, Impessoalidade, Compromisso com o resultado, Transparência, Ética, Cooperação, Criatividade, Profissionalismo, Determinação

### Normas da UJ

Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 225	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm</a>
Lei 11.516, de 28/08/2007	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm</a>
Decreto 7.515, de 08/07/2011	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm</a>
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-quesomos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-quesomos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf</a>
Planejamento estratégico	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica">http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica</a>
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	<a href="http://qv.icmbio.gov.br/">http://qv.icmbio.gov.br/</a>
Organograma	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-quesomos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-quesomos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf</a>
Macroprocessos finalísticos	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/LISTA_MACROPROCESSOS_E_PROCESSOS_SIGE-2.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/LISTA_MACROPROCESSOS_E_PROCESSOS_SIGE-2.pdf</a>

## 2.3- Ambiente de atuação

### 2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável pela gestão de cerca de 79,1 milhões de hectares - equivalente a, aproximadamente, 9,3% do território brasileiro, compreendendo 327 Unidades de Conservação, além da supervisão de 665 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (criadas pelo ICMBio), de 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPQ), 11 Coordenações Regionais (CR) e 09 Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAFF).

O ICMBio possui grande capilaridade, sendo, atualmente, um dos órgãos públicos federais com maior presença permanente nos municípios brasileiros, atuando diretamente em mais de 1.000, os quais, em grande parte, possuem como características: serem de pequeno porte, serem remotos, possuírem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), serem de difícil acesso ou estarem em áreas fronteiriças. Por apresentar tais características e, em muitos casos, ser o único órgão público federal presente, inevitavelmente, o ICMBio é demandado a apoiar diversas ações que aproximem a população das políticas públicas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade também é responsável:

- pelas avaliações do estado de conservação e manejo das espécies ameaçadas, particularmente da fauna;

- pelo apoio direto às famílias extrativistas residentes em unidades de conservação de uso sustentável;
- pela fiscalização e pela prevenção e combate à incêndios florestais em unidades de conservação federais;
- pela autorização para licenciamento ambiental, de acordo com a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

### 2.3.2- Ambiente de atuação das Unidades Descentralizadas do ICMBio

#### Coordenações Regionais - CR

##### Descrição geral

Atualmente existem 11 coordenações regionais (CR), implantadas a partir de 2009, distribuídas por macro regiões e vinculadas diretamente à Presidência do ICMBio. De acordo com o Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, compete às CR: i) executar atividades administrativas e técnico-finalísticas em sua área geográfica de abrangência; ii) articular, integrar e coordenar as ações desenvolvidas das unidades de conservação federais e, quando autorizadas pela Direção, nas demais unidades descentralizadas; iii) apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes.

##### Adversidades

De maneira geral, as Coordenações Regionais enfrentam dificuldades, em maior ou menor medida, relacionadas: à falta de pessoal, causada em parte pela dificuldade de fixação de servidores em locais distantes dos grandes centros; existência de uma estrutura de cargos insuficiente para atendimento de todas as demandas sob responsabilidades das Unidades; restrições orçamentárias que dificultam o atendimento das demandas finalísticas das Coordenações; dentre outras.

##### Riscos

Alguns dos principais riscos enfrentados pelas Coordenações Regionais são: (i) o esvaziamento gradativo das equipes de trabalho em razão da inexistência de políticas específicas de fixação de servidores em áreas mais afastadas; (ii) o aumento da perda da biodiversidade nas unidades de conservação sob sua jurisdição, causado pelas crescentes pressões associadas à ocupação territorial desordenada, ao avanço desmatamento nos biomas, à ocorrência de queimadas e incêndios em áreas naturais, entre outros.

##### Estratégia de enfrentamento

As CR devem ser fortalecidas em sua capacidade técnica, gerencial e decisória, incrementando seu papel estratégico e político no âmbito do seu território de atuação. Para isso é necessário um maior aporte de mão-de-obra adequada e qualificada e de uma melhor estruturação interna para o desenvolvimento de suas ações.

##### Mudanças ocorridas

De maneira geral, as Coordenações Regionais vêm gradativamente realizando ações visando: (i) desenvolver novas estratégias de valorização das equipes de trabalho; (ii) aumentar as ações de regularização fundiária; e (iii) implementar novos fluxos de procedimentos, com o objetivo de melhorar processos internos.

#### Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPC

##### Descrição geral

O ICMBio conta com 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC) sendo 13 vinculados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio) e 01 vinculado à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (Disat). Os 13 CNPC vinculados à DIBIO são responsáveis pelas avaliações do estado de conservação das espécies, particularmente da fauna, o que fundamenta a lista nacional de espécies ameaçadas e, a partir dela, uma série de políticas públicas do Governo Federal. As equipes desses centros são responsáveis pela elaboração e articulação de dezenas de planos nacionais de ação para espécies

---

ameaçadas, que envolvem centenas de instituições pelo país; estão fortemente envolvidas com a concepção, implementação e avaliação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, de abrangência nacional; são responsáveis por alguns programas específicos, como o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358, de 30/09/2009); elaboram estudos e propostas para criação de novas áreas protegidas e fornecem subsídios para o manejo de unidades de conservação.

O Centro vinculado à Disat apóia diretamente dezenas de milhares de famílias extrativistas, que residem nas unidades de conservação de uso sustentável.

#### **Adversidades**

A conjuntura política e econômica do País não permitiu maiores avanços com relação às adversidades relatadas no ano anterior de 2015. As restrições orçamentárias impuseram cortes de postos de trabalho de vigilância, serviços gerais, contratos de manutenção, apoio técnico, causando dificuldades no desenvolvimento de algumas ações desenvolvidas pelos centros.

#### **Riscos**

O cenário vivenciado no ano de 2016, se não revertido, trará baixa efetividade e eficácia na implementação das ações relacionadas às políticas nacionais de conservação da natureza, no âmbito das competências dos Centros de Pesquisas, principalmente no que tange à conservação das espécies ameaçadas, do patrimônio espeleológico, e das pesquisas sobre populações tradicionais em UC.

#### **Estratégia de enfrentamento**

O ICMBio busca implementar diversas ações para apoiar a pesquisa e os estudos técnico-científicos dos Centros – como a atuação em rede, incluindo pesquisadores de todo o país e do próprio ICMBio atuantes em diferentes unidades, o fortalecimento do programa de voluntariado, a inserção dos Centros em projetos de colaboração internacional, como os financiamentos do Global Environmental Facility (GEF), a crescente articulação com as unidades de conservação, como se dá no âmbito do Programa Áreas Protegidas Amazônicas (Arpa), e a implementação de ferramentas de apoio à pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como a viabilização de bolsistas.

#### **Mudanças ocorridas**

Nos anos de 2015 e 2016, foram consolidadas as seguintes estratégias, subsídios para as atividades finalísticas do instituto: discussão com diferentes setores para checagem da lista de espécies ameaçadas marinhas e de águas continentais, para reconsiderar a vigência da Portaria Ministerial nº 445/2014, que estabelece a lista de espécies aquáticas ameaçadas de extinção e suas categorias de risco.

Também em 2016 foi aprovado, em portaria, o Plano de ação para os Ambientes Coralíneos. Foram monitorados 27 Planos e elaborados 06 Planos de Ação: Fauna do Baixo Iguazu, Aves da Mata Atlântica, Papagaios, Canídeos, Grandes Felinos e Peixe-Boi.

A relação de cooperação entre Centros e unidades de conservação está sendo fortemente ampliada – por exemplo, está em franca expansão a implementação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade, coordenado pelo ICMBio, em que as equipes dos centros se envolvem na concepção, implementação em campo e análise de dados. No subprograma Terrestre há envolvimento de todos os centros de atuação terrestre; no subprograma Biodiversidade Aquática, envolvimento do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (Cepta), Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia (Cepam) e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN), (os protocolos destes dois sub-programas foram formalmente adotados pelo ARPA, maior programa de apoio a unidades de conservação do mundo, sendo portanto chave para avaliação de sua efetividade) no sub-programa Marinho, em estruturação com recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), tem-se o protagonismo dos Centros de atuação marinha na proposição de um programa integrado, contemplando iniciativas vinculadas à conservação de espécies ameaçadas, à gestão de Unidades de Conservação e ao licenciamento ambiental.

---

Tem-se ainda que o Portal da Biodiversidade, lançado em novembro de 2015, disponibiliza à sociedade dados hospedados no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio) bem como nos vários bancos sob a responsabilidade dos Centros, além dos dados do jardim Botânico do Rio de Janeiro, com diversas funcionalidades que facilitam a consulta. Na mesma plataforma, está em fase avançada de desenvolvimento o Sistema de Suporte para o Processo de Avaliação do Estado de Conservação das Espécies (Salve), que vai reduzir custos e agilizar procedimentos.

## **Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio**

### **Descrição geral**

O ICMBio tem como premissa investir na capacitação continuada dos servidores a fim de desenvolver as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional: “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

A ACADEBio executa a maior parte das ações de capacitação e formação do Instituto, além de outros eventos institucionais vinculados a avaliação do risco de extinção das espécies e elaboração de planos de ação nacional para conservação das espécies ameaçadas. Também realiza eventos de instituições parceiras integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), organizações não governamentais, universidades, dentre outras.

Para cumprir sua missão, a ACADEBio conta com um quadro de servidores e o suporte de serviços terceirizados para realização de transporte, recepção, hospedagem, alimentação, manutenção e apoio administrativo e pedagógico. Também dispõe de ampla estrutura física com espaço destinado às atividades administrativas, logísticas e pedagógicas, onde se localizam as salas de aula e de reuniões, os escritórios, o auditório, além de um espaço destinado ao lazer e esportes (Bloco Administrativo/Pedagógico); e outro espaço, onde ocorrem os serviços de recepção, hospedagem, alimentação e lavanderia (Bloco Alojamento).

Em 2016, foram executados 33 cursos e oficinas no âmbito do Plano Anual de Capacitação (PAC) envolvendo 1588 participantes. Assim, pode-se considerar que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios quando observamos o PAC.

Além dos cursos previstos no PAC 2016 a ACADEBio apoiou a realização de outros 10 eventos de interesse do Instituto, totalizando 231 participantes.

A ACADEBio realizou também outros 10 eventos de interesse de outras instituições, incluindo ações formativas de universidades e da Polícia Militar do Estado de São Paulo, totalizando 389 participantes.

A meta institucional proposta de capacitar 10% de servidores efetivos no período de 1º/6/2016 a 31/5/2017 (Portaria nº 53, de 08/08/2016, D.O.U. de 09/08/2016), foi alcançada ainda no segundo semestre de 2016, quando se atingiu 26,7% dos servidores do quadro permanente capacitados, considerando os eventos de capacitação constantes do PAC e a participação dos servidores em eventos de capacitação, licença para capacitação e horário especial de servidor estudante.

A meta de capacitação foi superada porque houve incremento no recurso de capacitação com a publicação do Plano Anual no segundo semestre de 2016.

### **Adversidades**

Devido as restrições orçamentárias enfrentadas pelo ICMBio, o PAC não foi publicado no primeiro semestre e com isso apenas alguns cursos considerados prioritários pelas áreas técnicas foram realizados nesse período, bem como os cursos que contaram com recursos de projetos e parcerias. Entretanto, no segundo semestre do ano, com a mudança na gestão do ICMBio, houve o entendimento de que o PAC deveria ser publicado por se tratar de ação estratégica para a Instituição e também possibilitar à captação de recursos para capacitação junto a instituições parceiras e projetos internacionais.

Outros problemas enfrentados foram o número reduzido de servidores atuando no Centro de

Formação e a necessidade de repassar o conhecimento presente na equipe da Sede para a equipe da ACADEBio, isto em decorrência da decisão da transferência das atividades e atribuições do Serviço de Educação Corporativa – SEDUC/CGGP/Sede em Brasília para a ACADEBio. Ressalta-se que, mesmo com as adversidades apresentadas, o PAC teve uma execução que pode ser considerada satisfatória.

#### **Riscos**

Descontinuidade na política de desenvolvimento de pessoal e redução das atividades de capacitação devido a falta de recursos orçamentários do ICMBio, com conseqüente descontinuidade dos serviços prestados pela ACADEBio e desmotivação de servidores e colaboradores.

#### **Estratégia de enfrentamento**

A estratégia de enfrentamento das dificuldades consistiu nas seguintes ações:

- Aproximação com os Projetos Especiais no âmbito do ICMBio de maneira a potencializar a aplicação de recursos financeiros externos na execução de eventos de capacitação;
- Ampliação do número de eventos externos realizados por outras instituições para auxiliar na manutenção dos serviços da ACADEBio;
- Busca de parcerias para estruturação e implementação do Ensino a Distância (EaD) no ICMBio; e
- Desenvolvimento de estudos para implementação de um novo modelo pedagógico e de gestão na ACADEBio que promova a sua articulação em rede com outras instituições educadoras e viabilize a sua sustentabilidade financeira no longo prazo.

#### **Mudanças ocorridas**

Entre as mudanças ocorridas em 2016 destacam-se:

- Incorporação de atividades do Serviço de Educação Corporativa à ACADEBio, centralizando as ações de capacitação da instituição, implicando no fortalecimento da ACADEBio e otimização da estrutura e serviços de capacitação do ICMBio;
- Aumento do investimento externo nas ações de capacitação por meio de projetos e parcerias;
- Realização de 2 cursos totalmente a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do ICMBio, envolvendo cerca de 80 alunos e obtenção de apoio do PNUD para contratação de consultoria para estruturação e implementação de 6 cursos na modalidade EaD;
- Realização de oficina que resultou na elaboração de plano de trabalho e criação de um Grupo de Trabalho (Portaria Nº 704, de 01.11.2016, publicada no BS nº 61 de 03/11/2016), com a finalidade de propor o novo modelo pedagógico e de gestão para a ACADEBio.

## **Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF**

#### **Descrição geral**

As Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAs são responsáveis pela execução das atividades de suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional das Unidades de Conservação, Centros de Pesquisa e Coordenações Regionais.

As UAAs tem por objetivo garantir a agilidade na solução de contratações de serviços de abrangência local e regional, e, especialmente, otimizar os processos de logística para atendimento das demandas da Instituição.

#### **Adversidades**

O ICMBio possui grande déficit de servidores da área administrativa. Desde a sua criação, em 2007, o Instituto obteve autorização para realização de apenas 1 (um) concurso público para a seleção dos cargos administrativos – técnicos e analistas. No que tange ao cargo de técnico administrativo, é oportuno informar que das 168 vagas preenchidas por meio do concurso de 2014, 29 servidores já se desligaram do Instituto, não havendo certame vigente para substituir as vagas abertas.

Nessa perspectiva, é importante reforçar a carência de servidores com formação e perfil adequado para atuar nos procedimentos administrativos da administração, considerando a necessária atenção às mais de 380 unidades descentralizadas do Instituto, entre unidades de conservação, centros de pesquisas e coordenações regionais.

---

**Riscos**

Considerando a adversidade elencada, a carência de servidores com formação e perfil adequado para as funções da administração vêm implicando no esvaziamento das nossas estruturas administrativas, comprometendo o cumprimento da missão institucional na conservação da biodiversidade, especialmente na manutenção das nossas unidades de conservação.

**Estratégia de enfrentamento**

A fim de aprimorar a atuação das unidades avançadas de administração e finanças, é relevante ressaltar o projeto "Especialização das UAAF". Por meio dele, as unidades avançadas passarão por um processo de especialização de suas funções, visando orientá-las para atuação específica como licitantes ou como gestoras de contratos.

Nesse novo desenho administrativo, a celebração e a gestão de contratos deixam de ser realizadas de maneira regionalizada e passam a ser gerenciadas a depender do objeto do contrato. Ou seja, a atuação dessas unidades passa a ter cobertura nacional.

Dessa forma, objetiva-se a otimização e maior especialização da força de trabalho, a padronização dos procedimentos no Instituto, o maior controle das despesas e o correspondente aumento da eficiência e da eficácia da gestão administrativa.

**Mudanças ocorridas**

Conforme descrito no item anterior, a decisão de reorganizar os processos de trabalho das UAAs pressupôs a busca de horizontes para a melhoria substancial do atendimento de demandas das unidades descentralizadas do ICMBio. Assim, a fim de dar início à implementação desse novo modelo, de forma experimental, definiu-se os processos de trabalho que ficariam a cargo de cada unidade administrativa. Entretanto, como a tomada de decisão ocorreu quando da aproximação do fechamento do exercício de 2016, a implementação do novo modelo deverá ocorrer em 2017.

---

## 3- Planejamento organizacional e resultados

### 3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

Para cada objetivo estratégico elaborar uma descrição, análise e conclusão, na perspectiva dos resultados e das formas de atuação:

#### 3.1.1- Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética

##### i. Descrição

###### Descrição geral

Tanto as finalidades elencadas no artigo 1º da Lei 11.516/2007 quanto os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dispostos no artigo 4º da Lei 9.985/2000, foram elaborados com a finalidade última de contribuir para a concretização do artigo 225, em especial o §1º, incisos III e VII da Constituição Federal:

*"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)*

*III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (...)*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade."*

Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar que a finalidade última do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é contribuir para a manutenção da diversidade biológica nacional, entendida como fundamental para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal diversidade é considerada em três níveis: genética, de espécies e de ecossistemas.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais; (b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN e (c) Implementar ações de fiscalização em UC federais.

<b>Responsável</b>	DIMAN DIBIO DISAT
--------------------	-------------------------

##### ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Através do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), foram enviados alertas de desmatamento para 37 UC no bioma Amazônia, auxiliando as programações de fiscalização. O

---

Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) preliminar registrou uma área desmatada de 19.360,7 hectares em 54 UC federal no bioma Amazônia.

O planejamento de enfrentamento dos incêndios florestais entre 2010 e 2016, com melhorias na capacitação e na relação com as comunidades, aquisição de equipamentos, e início da implementação de ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF), incluindo algumas queimas prescritas ainda que experimentais, resultou na redução da área atingida por incêndios nas UC.

Quatro atividades de fiscalização ocorrem de forma permanente e são consideradas prioritárias para execução pelo Instituto Chico Mendes: 13 UC na área de influência da BR-163 (Áreas de Proteção Ambiental do Jamanxim e do Tapajós, Florestas Nacionais do Trairão, do Amanã, de Altamira, do Jamanxim, de Itaituba I, de Itaituba II, do Crepori, Parques Nacionais do Rio Novo, do Jamanxim e da Amazônia e Reserva Biológica das Nascentes da Serra do Cachimbo) bem como as Reservas Biológicas do Gurupi e do Abufari e Floresta Nacional do Bom Futuro. Não foram consideradas na contagem de Unidades de Conservação dessa seção a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, criada em 19/12/2016.

Em 2016 foi iniciado o segundo ciclo do processo de Avaliação do Estado de Conservação da Fauna Brasileira, que subsidia a publicação, pelo Ministério do Meio Ambiente, da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Em 2016 foram realizadas cinco oficinas de avaliação, nas quais foram avaliadas 486 espécies.

Os resultados da avaliação do estado de conservação da fauna brasileira que propiciaram a publicação em 2014 da Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção serão apresentados na publicação “Livro Vermelho da Fauna Brasileira”, em fase final de preparação, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2017. Um resumo deste conteúdo foi publicado em dezembro de 2016, no Sumário Executivo do Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (figura 4), lançado por ocasião da COP 13 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) que ocorreu entre os dias 6 e 17 de dezembro de 2016 no México.

Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial, 563 estão contempladas em 47 Planos de Ação Nacional vigentes. Em 2016, foram elaborados cinco Planos de Ação Nacional (PAN) contemplando 22 espécies ameaçadas de extinção (Baixo Iguaçu, Papagaios – Segundo Ciclo, Canídeos, Grandes Felinos e Peixe-Boi-Marinho). As oficinas de elaboração desses PANs contaram com a presença de 207 participantes representando 89 instituições, que se disponibilizaram a contribuir com as ações constantes nesses PANs. Ao longo de 2016, vinte e cinco PANs foram monitorados. Ao todo, cerca de 48% das ações estão em andamento no prazo ou foram concluídas.

O Relatório de Áreas Sensíveis de Espécies Ameaçadas de Extinção Relacionadas a Aeroportos demandado pelo CONAMA ainda em 2015 (Res. 470) foi concluído no início de 2016. Esta publicação apontou áreas do território brasileiro com maior sensibilidade para a fauna e flora brasileiras ameaçadas à instalação e operação de aeroportos.

[ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.](#)

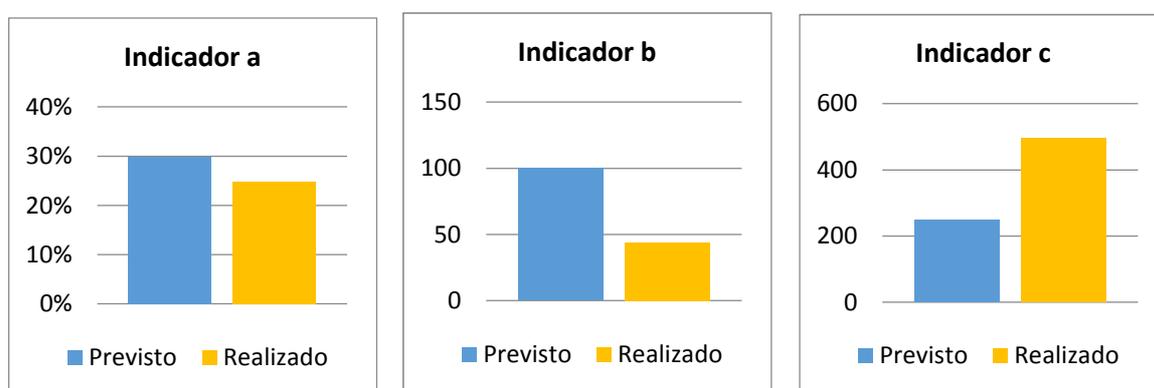
A meta proposta é de reduzir em 30%, até 2019, a área atingida por incêndio no interior de Unidades de Conservação Federal, com base na média dos anos 2010/2012/2014, ou seja, 1.200.000 ha (um milhão e duzentos mil hectares). Com os investimentos institucionais em capacitação e estruturação das Unidades de Conservação Federais, o ICMBio conseguiu reduzir no primeiro ano do Plano

Plurianual (PPA) de 2016, em 24,8% a área atingida por incêndios no Interior de Unidades de Conservação Federais, em relação à média proposta. A área atingida por incêndio no interior de Unidades de Conservação em 2016 foi de 902.355,21 ha.

Dando continuidade ao diagnóstico do processo de elaboração, monitoria e avaliação de PAN, foram identificados os principais gargalos que dificultam a efetiva implementação dos planos. A partir desse diagnóstico inicial, os entraves identificados foram analisados e melhorias ao processo foram propostas e consolidadas junto aos Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio. Dentro deste cenário, pretende-se integrar os diferentes planejamentos para uma melhor implementação das ações, bem como avaliar se estas estão sendo efetivas para a conservação das espécies e ambientes.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Reduzir percentual da área atingida por incêndios em Unidades de Conservação federais	50%	34%	30%	24,80%	10%
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN	100%	51%	100%	44%	50%
c) Implementar ações de fiscalização em UC federais	248	249	248	495	495
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

- a) O fenômeno *El nino*, mais forte da história, ocorrido em 2015 refletiu fortemente também no ano de 2016. Mesmo assim, as ações de prevenção e combate do ICMBio foram eficientes e surtiram os efeitos desejados. A meta de redução de área atingida por incêndio proposta é de 30% até 2019, assim, a redução 24,80% no ano de 2016 está conforme o planejado.
- b) O número de espécies ameaçadas em PANs saltou em números absolutos de 473 para 516 entre 2015 e 2016, esse aumento foi resultado da publicação do Plano de Ação Nacional para Conservação dos Ambientes Coralíneos (PAN Corais) somando 43 espécies até então não contempladas em PANs. Vale, no entanto, ressaltar que a diminuição percentual, se deu em função da nova lista de espécies ameaçadas, publicada em 2014, visto que o número de espécies ameaçadas aumentou de 627 para 1.173.
- c) Das 1113 ações de fiscalização planejadas para o ano de 2016, 178 foram reprovadas pelas Coordenações Regionais, 296 foram canceladas por motivos diversos, 144 não foram analisadas e 495 foram executadas, foram atendidas 249 unidades de conservação federais. Considerando as operações de fiscalização prioritárias do Ministério do Meio Ambiente - MMA, focadas na diminuição do desmatamento da Amazônia, foram realizadas atividades permanentes de fiscalização ao longo de 2016, onde foram realizadas operações integradas entre ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Ibama, Batalhão de Polícia Ambiental do Pará e Polícias Militares do Maranhão e Amazonas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WN/0002	3.159.639	4.893.550	2.738.548	4.732.941	2000	-	805	-	Espécie Beneficiada
214P/0001 *	5.719.304	1.351.843	4.447.926	1.159.769	100	-	443	-	Fiscalização Realizada
214P/0002 **	23.770.670	2.013.707	20.354.851	1.237.852	46	-	73	-	Unidade de Conservação Protegida

\* O RAP da ação 214P/PO – 0001, em 2015 era classificado como ação 20WO/PO 0001

\*\* O RAP da ação 214P/PO – 0002, em 2015 era classificado como ação 20MY/PO 0000

ii.e- Principais desafios para 2017

Aprimorar os mecanismos de análise de vulnerabilidade e de monitoria dos PAN. Adequar as ações do Instituto, em especial as de proteção, num cenário de aumento da pressão sobre as UC juntamente a redução de recursos para proteção.

Continuidade do esforço institucional em melhorar a estrutura das unidades de conservação para que tenham uma rápida resposta aos eventos de incêndio.

Continuidade no apoio às ações de prevenção aos incêndios na perspectiva do manejo integrado do fogo.

---

Continuidade na capacitação dos servidores para melhorar planejamento e ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

Para os próximos anos, 2017/2018/2019, o planejamento é de ações específicas nas cinco UC com as maiores áreas atingidas por incêndios.

As modificações propostas para incremento metodológico do processo de elaboração de PANs já estão sendo incorporadas aos novos planejamentos e serão consolidadas em uma nova instrução normativa e um guia para elaboração, monitoria, avaliação e coordenação de PANs.

O aprendizado obtido com a elaboração do Relatório de Áreas Sensíveis de Espécies Ameaçadas de Extinção Relacionadas a Aeroportos vem sendo aplicado na construção de relatórios de áreas sensíveis: um voltado para a Infraestrutura Viária, com foco nos impactos dos empreendimentos rodoviários e ferroviários sobre a biodiversidade brasileira, e outro voltado à análise dos impactos de hidrelétricas no bioma amazônico (PRIM – Hidrelétricas da Amazônia).

### *iii. Conclusão*

#### *iii.a- Avaliação do resultado*

A partir do ano de 2016, com a implementação de fato da descentralização das ações de fiscalização que passaram a ser executadas nas unidades de conservação com apoio direto das Coordenações Regionais houve uma otimização no aproveitamento dos recursos o que resultou em um número maior de ações executadas com menor recurso empregado.

O ano de 2016 marca o novo ciclo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira mais estruturado e planejado, tendo em vista a experiência adquirida ao longo de mais de sete anos pelo ICMBio que aprimorou a metodologia com base nos critérios da IUCN. O Brasil foi um dos poucos países a avaliar todas as espécies de vertebrados registradas em seu território.

No que se refere à elaboração de planos de ação (PANs) pode-se destacar que o ano de 2016 trouxe um aprimoramento da metodologia e abordagem desta ferramenta, pois foram realizadas diversas discussões com os centros de pesquisa, para avaliação e críticas ao processo. Como exemplo pode-se indicar o PAN Fauna Aquática e Semiaquática do Baixo Rio Iguaçu - PAN Baixo Iguaçu, elaborado em junho de 2016 em Foz do Iguaçu/PR, que inovou ao unir ações para a conservação de 12 espécies aquáticas e semi-aquáticas desta Bacia com a execução de condicionantes do licenciamento exigidas pelo ICMBio.

No que tange aos resultados dos relatórios de áreas sensíveis, enfocando infraestrutura viária e hidrelétricas espera-se auxiliar, de forma proativa, a eficácia do licenciamento ambiental, subsidiando os órgãos licenciadores com um embasamento técnico das pressões ambientais causadas pelos empreendimentos, tanto os já existentes quanto aos projetados, e subsidiá-los com orientações estratégicas de medidas preventivas e mitigadoras.

#### *iii.b- Ações para melhoria de desempenho*

Inclusão das mudanças climáticas nas análises de vulnerabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

No que tange ao processo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira será estruturado um sistema informatizado para recepção dos dados que se integrará ao Portal da biodiversidade.

Tendo em vista que o processo de elaboração, implementação, monitoria e avaliação de Planos de ação de espécies e ecossistemas ameaçados de extinção tomaram uma dimensão importante, envolvendo diversidade de atores, de ambientes, vários estados da federação e um conjunto de ações com diferentes escalas de implementação fez-se necessário fortalecer o processo de coordenação e acompanhamento da execução destes planos e melhor articulação interinstitucional para dinamizar a implementação das ações constantes nos PANs. Para 2017 foi reconfigurado o processo de coordenação e acompanhamento da implementação dos PANs que contará com a participação de centros de pesquisa atuando conjuntamente com a Sede.

Além disto será realizado curso de capacitação no processo de elaboração, implementação, monitoria e avaliação de Planos de ação de espécies e ecossistemas ameaçados de extinção para formação de novos facilitadores para atuar nas oficinas de elaboração de PAN.

Também em 2017 será consolidado o sistema (SISPAN) de acompanhamento da implementação dos PANs. O SISPAN agrupará as informações do grau de execução de todos os PANs, facilitando o acesso ao público e o acompanhamento das ações.

### **3.1.2- Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC tem como executores, além do ICMBio, os órgãos ambientais estaduais e municipais, todos coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em razão de sua expressão nacional, o ICMBio constitui um importante protagonista na construção e fortalecimento do SNUC. Esta ação pode ser feita tanto através de apoio aos estados e municípios com estudos, capacitações, guias metodológicos ou outros tipos de orientação, quanto pela implementação das unidades de conservação federais, de modo que estas cumpram seus objetivos de criação.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) hectares de terras regularizadas no interior de UC e (b) UC com Plano de Manejo publicado.

<b>Responsável</b>	DIMAN DISAT
--------------------	----------------

#### *ii. Análise*

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas pelo ICMBio estão o repasse das terras da União pela SPU, o recebimento em doação por compensação de reserva legal e a desapropriação.

Nesse sentido, e como importante avanço no ano de 2016, registramos que as áreas públicas entregues pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao MMA e deste para o ICMBio compreenderam 1,9 milhões de hectares, em 05 unidades de conservação, conforme a Tabela que se segue.

Tabela - ÁREAS ENTREGUES PELA SPU	
Unidade de Conservação	Área (ha)

RESEX ARAPIXI	52.110,65
RESEX AUATI-PARANÁ	146.950,82
FLONA BALATA-TUFARI	936.501,39
RESEX MÉDIO PURUS	340.516,90
FLONA DE HUMAITÁ	468.790,00
Total	1.944.869,76

Ressalta-se que, em relação aos Planos de Manejo, o ICMBio, em 2016, buscou o contínuo aperfeiçoamento do processo de elaboração de planos de manejo, focando seus esforços na adaptação de um método de planejamento de áreas protegidas utilizado pelo Serviço de Parques Norte Americano (*National Park Service – NPS*), o *Foundation Document*. Este método foi identificado como uma excelente estratégia de construção de planos de manejo com maior dinamismo e foi adaptado ao contexto legal brasileiro para atender as UC federais. O objetivo é que a elaboração deste instrumento de planejamento seja mais simples e dinâmica, com prazos mais curtos e menores custos.

A mencionada adaptação foi aplicada em duas UC, Parque Nacional de São Joaquim e Reserva Extrativista Marinha de Soure, as quais possuem a conclusão de seus planos de manejo previstos para o 1º semestre de 2017. Com base nos bons resultados obtidos e no aprendizado nessas aplicações, em 2017 prevemos o aperfeiçoamento e divulgação do método para a sua efetiva incorporação aos processos de elaboração de planos de manejo do ICMBio. A adaptação conta com o apoio do Serviço de Parques Norte Americano, do Serviço Florestal Norte Americano e da USAID.

[ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.](#)

Com vistas a dinamizar os procedimentos de aquisição de imóveis inseridos em unidades de conservação federais, superar deficiências operacionais e qualificar as informações acerca da situação fundiária destas áreas protegidas, foram celebrados contratos de prestação dos serviços técnicos na área de engenharia consultiva, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações do Anexo I do Edital de Concorrência Pública nº 02/2015, para subsidiar a feitura de atos administrativos que o ICMBio conduz com vistas à consolidação territorial das unidades de conservação federais. Os contratos têm vigência de 5 anos e, no que se refere ao período 2015-2016, foram emitidas 18 Ordens de Serviço, perfazendo o valor de 9,5 milhões. A este respeito, destaca-se que, planejada como alternativa de fundamental importância para a se alavancar a consolidação territorial das áreas ambientalmente protegidas sob a gestão do ICMBio, a contratação de serviços técnicos especializados deverá propiciar um significativo ganho de escala na abertura e instrução de processos de regularização fundiária das unidades de conservação federais, pressupondo e viabilizando, conseqüentemente, um aumento da execução dos recursos oriundos de compensação ambiental. Todavia, no exercício de 2016 houve uma redução significativa na execução das desapropriações de imóveis em razão de determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) — exarada no âmbito dos Acórdãos TCU 1853/2013-Plenário e 1.004/2016-Plenário — que impossibilitou a execução financeira dos recursos de compensação ambiental que se encontravam depositados junto à Caixa Econômica Federal. Tal decisão impossibilitou os pagamentos de desapropriação e de indenização de benfeitorias referentes aos imóveis cujos processos de desapropriação estavam em curso, comprometendo também a continuidade da execução dos serviços de levantamento fundiário previstos.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

### Gráficos de indicadores de resultados

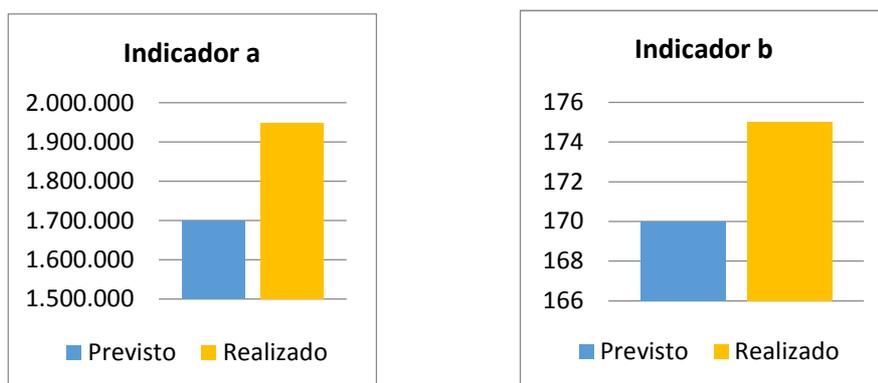


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Hectares de terras regularizadas no interior de UC	200.000	35.634	1.700.000	1.948.142	1.700.000
b) UC com Plano de Manejo publicado	65	82	170	175	197
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) A regularização da situação fundiária das unidades de conservação federais é instrumento essencial à gestão e efetiva implementação destas áreas protegidas. Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas pelo ICMBio estão o (i) repasse das terras da União pela SPU, (ii) o recebimento em doação por compensação de reserva legal e a (iii) desapropriação. Segue descrição sobre os resultados alcançados em cada uma destas modalidades:

(i) As áreas da União inseridas em unidades de conservação federais devem ser repassadas, mediante Termo de Entrega, ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para que este, por sua vez, faça a respectiva concessão do direito real de uso (CDRU) ao ICMBio, conforme preconiza a Portaria Conjunta MP/ICMBio nº 436, de 2009. No que se refere ao ano de 2016, as áreas públicas entregues pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao MMA e deste para o ICMBio compreenderam 1,9 milhões de hectares, em 05 unidades de conservação, conforme a Tabela que se segue.

Unidade de Conservação	Área (ha)
RESEX ARAPIXI	52.110,65
RESEX AUATI-PARANÁ	146.950,82
FLONA BALATA-TUFARI	936.501,39
RESEX MÉDIO PURUS	340.516,90
FLONA DE HUMAITÁ	468.790,00

<b>Total</b>	<b>1.944.869,76</b>
--------------	---------------------

(ii) Até a presente data foram emitidas certidões de habilitação para compensação de Reserva Legal que totalizaram 410 mil hectares a serem doados ao ICMBio por meio do mecanismo da compensação de Reserva Legal. A relação de imóveis já habilitados foi disponibilizada aos interessados no site da autarquia (<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/compensacao-de-reserva-legal.html>). No exercício de 2016 foram doadas por compensação de reserva legal ao ICMBio 2,6 mil hectares.

(iii) Ainda com relação especificamente ao ano de 2016, importe ressaltar que as áreas desapropriadas compreendem 678,08 hectares, totalizando R\$ 4,9 milhões em indenizações, conforme dados discriminados, por Unidade de Conservação, na Tabela que se segue.

<b>Tabela - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS EM 2016</b>		
<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Valor Pago (R\$)</b>
PN Serra da Canastra	48,70	310.520,04
RB Pedra Talhada	25,75	186.752,53
PN Araucarias	21,90	659.679,45
PN São Joaquim	132,70	351.587,32
PN Itatiaia	0,31	392.016,85
PN Itatiaia	1,04	556.654,82
PN dos Aparados da Serra	28,75	146.124,65
PN dos Aparados da Serra	85,00	623.045,29
PN São Joaquim	210,00	495.981,72
PN Serra dos Órgãos	2,15	801.199,04
PN de Furna Feia	121,78	363.425,92
<b>Total</b>	<b>678,08</b>	<b>4.886.987,63</b>

Assim, as áreas regularizadas em UC no ano de 2016 totalizam 1,9 milhões de hectares. A meta de 1,7, prevista para o ano de 2017, é compatível com o previsto no PPA 2016-2019.

b) Em 2016, foram publicados 35 planos de manejo, sendo 16 de UC sob gestão direta do ICMBio e 15 RPPN. Atualmente das 327 UC federais sob responsabilidade do ICMBio (excluindo-se RPPN), 175 (53,52%) possuem plano de manejo, desses 34 estão em revisão e 151 (46,18%) não tem plano de manejo, dos quais 70 estão em elaboração. A meta para 2017 foi alterada de acordo com o novo PPA, incluindo também as revisões de plano de manejo. Para 2017 a meta é de 11 planos novos publicados e 6 planos revisados, além dos planos para RPPN que dependem de ação direta dos proprietários das áreas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0007 *	945.982	2.319.954	912.868	1.051.382	8	-	10	-	Unidade Atendida
20WM/0003	645.904	19.389	168.783	19.273	38	-	17	-	Projeto Apoiado

\* O RAP da ação 20WM/PO – 0007, em 2015 era classificado como ação 6381/PO 0001

### ii.e- Principais desafios para 2017

Objetiva-se, para o ano de 2017, a retomada da execução dos contratos de serviços técnicos especializados com vistas a se promover o levantamento de dados voltados para instrução dos processos regularização fundiária referente a imóveis privados, ampliando as desapropriações e indenizações de benfeitorias, bem como, a obtenção de áreas por doação por compensação de reserva legal. Por outro lado deverá haver um esforço institucional para identificar as terras públicas da União inseridos em unidades de conservação federais para que sejam repassadas pela SPU para o MMA/ICMBio.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Dado o cenário de adversidades que o ICMBio enfrentou no ano de 2016 para levar a cabo as atividades previstas no marco da agenda consolidação territorial das unidades de conservação federais, as ações técnicas de resultados mais expressivos no que diz respeito à regularização da situação fundiária destas áreas protegidas estiveram relacionadas à incorporação de terras públicas repassadas da União, via SPU, ao MMA para a subsequente concessão de direito real de uso ao ICMBio. Os resultados mais insatisfatórios estiveram ligados, por sua vez, à desapropriação de imóveis inseridos nas unidades de conservação federais de domínio público

#### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

A incorporação ao orçamento do ICMBio, ainda que parcial e sujeita a contingenciamento orçamentário, do montante de recursos de compensação ambiental que estava depositado junto à Caixa Econômica Federal permitirá ao Instituto retomar ações que foram sustadas no ano de 2016. Ademais, no que se refere a ampliação do número de Unidades de Conservação com Planos de Manejos, o ICMBio está desenvolvendo e adaptando nova metodologia de elaboração de planos baseada no modelo aplicado nos Parques Nacionais dos Estados Unidos em cooperação firmada com o Serviço Florestal Americano. Espera-se que esta medida possibilite maior celeridade e ganho de escala no planejamento das UC.

### 3.1.3- Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de Conservação

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Ao promover maior compreensão e aproveitamento do potencial econômico das unidades de conservação, pretende-se aumentar a conscientização da população quanto aos benefícios advindos da conservação, aumentando assim o interesse tanto pela manutenção e criação de novas áreas protegidas quanto pela conservação ambiental em sentido amplo, o que tende a gerar pressões conservacionistas nas diversas áreas de atuação pública e privada. Ademais, o maior aproveitamento econômico tende a aumentar a arrecadação do setor público federal, redundando em maior possibilidade de gerar serviços e políticas públicas à sociedade brasileira.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de uso sustentável; (b) visitantes registrados em UC (em milhões) e (c) hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário.

<b>Responsável</b>	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

#### ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Em 2016 foram realizadas ações de capacitação do corpo técnico e de prestadores de serviço de apoio a visitação e estabelecidas novas portarias de autorização de serviço de apoio a visitação. Novas modalidades de atividades recreativas foram oferecidas em unidades de conservação e investimentos na estruturação das áreas de visitação também foram realizados. Ocorreram avanços para a construção de modelagens para analisar a viabilidade econômica e desenvolver projetos básicos para novas concessões em unidades de conservação. Além disso, foram firmados novos acordos de cooperação para a gestão e implementação de infraestrutura em unidades de conservação.

Com relação ao incentivo à produção sustentável em UC com populações tradicionais, cabe ressaltar a perspectiva de resultados promissores relacionados à parceria técnica entre o ICMBio e o Serviço Florestal dos Estados Unidos, com apoio da United States Agency for International Development – USAID, visando a melhoria da conservação e sustentabilidade das Áreas Protegidas da Amazônia Brasileira através da implementação de cadeias de produtos madeireiros e não-madeireiros, do uso público, da pesquisa e do controle do desmatamento e de queimadas nestas áreas.

Especificamente com relação ao componente de fortalecimento das cadeias de valor, o projeto tem como base o entendimento de que atividades econômicas não destrutivas de base florestal contribuirão com a manutenção da cobertura florestal, da biodiversidade e com a sustentabilidade do extrativismo, ao substituir atividades econômicas que consomem a floresta e ao aumentar o valor das áreas protegidas para populações locais, regionais e nacionais.

Neste ano de 2016 foram executados recursos da ordem de US\$ 600 mil em ações que objetivam a promoção e ordenamento da ocupação do território e do uso dos recursos naturais, especialmente

da castanha, do pirarucu e da madeira de manejo comunitário, o fortalecimento da organização social e das atividades extrativistas, além da implementação de projetos e manejo sustentável de recursos naturais. Foram contempladas, entre as áreas protegidas beneficiadas, as ResEx Federal e Estadual do Rio Cautário/RO, a Resex Verde para Sempre/PA, a ResEx Ituxi/AM, a ResEx Auati-Paraná/AM, a ResEx Tapajós-Arapiuns/PA, a ResEx Cazumbá-Iracema/AC e a Flona Tapajós/PA, além, em estreita parceria com a FUNAI, das Terras Indígenas Caititu/AM e Rio Branco/RO.

ii.b- [Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.](#)

Dentre as diversas iniciativas de inclusão e qualificação das atividades produtivas das famílias beneficiárias das UC em que o ICMBio está diretamente envolvido, destaca-se, com relação ao ano de 2016, a produção de óleos de babaçu e buriti nas Resex da região do Bico do Papagaio; o manejo e boas práticas para beneficiamento da castanha do Brasil nas reservas extrativistas do baixo rio Negro, do sul do Estado do Amazonas, da Terra do Meio, do Amapá e de Rondônia; a produção de borracha natural em unidades do sul do Estado do Amazonas, na região de Santarém e no Acre; a produção, o beneficiamento e comercialização de açaí nas unidades das regiões do Marajó, do Médio Solimões, e na Terra do Meio, em Santarém e no Acre; o manejo florestal sustentável comunitário com fins madeireiros realizado na Resex Verde para Sempre, Resex Ituxi, Resex Chico Mendes e Flona Tapajós; o manejo de pirarucu nas reservas extrativistas Ituxi, Rio Unini, Rio Jutai, Baixo Juruá, Médio Purus, Médio Juruá e Auati-Paraná, todas no Estado do Amazonas; e a coleta de caranguejo e a pesca tradicional realizadas nas reservas extrativistas marinhas do Salgado Paraense.

A Unidades de Conservação, em 2016, registraram um total de 8.296.484 de visitantes. Além disto o ICMBio focou suas ações nas medidas preparatórias para implementação concessões serviços de visitação nos Parques, a exemplo do desenvolvimento de diversos estudos de viabilidade econômica. Com as concessões o ICMBio pretende ampliar e disponibilizar melhores serviços e experiências aos visitantes.

ii.c- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.](#)

### Gráficos de indicadores de resultados



Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Estabelecer manejo sustentável	10	15	15	15	15

de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de Uso Sustentável					
b) Visitantes registrados em UC (em milhões)	6,15	8,07	7,10	8,26	8,5*
c) Hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário	180.000	128.988	180.000	98.597	120.000
Legenda	<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

\* No PPA 2016-2019, foi estabelecida a meta de 7,5 milhões de visitantes para 2017. Como essa meta fora superada em 2015, foi estabelecida a nova meta de 8,5 milhões de visitantes, considerando o resultado de 2016 acrescido do mesmo percentual de variação (2,79%).

a) Observa-se que estão sendo desenvolvidas atividades de manejo em novas UC, e não o manejo de novos produtos da sociobiodiversidade. Nas RESEX, Flonas e RDS estão em execução atividades de manejo de recursos naturais que abarcam distintos produtos da sociobiodiversidade, cabendo destacar as seguintes iniciativas: 1. Castanha do Brasil ( Resex do Rio Cautário, Resex Rio Ituxi, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Cajari. Resex Iriri, Resex do Rio Xingu, Resex Riozinho do Anfrísio e Flona Saracá-Taquera); 2. Jaborandi (Flona Carajas); 3. Copaíba (Flona Macauã e Flona Crepori); 4. Açai (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Lago do Cuniã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Médio Juruá, Resex Melgaço-PA, Resex Quilombo do Frexal, Resex Rio Cajari, Flona Amapá e comunidades do entorno da Flona Trairão, Flona Itaituba I e Flona Itaituba II); 5. Andiroba (Resex Médio Juruá); 6. Buriti (Resex Chapada Limpa); 7. Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus). 8. Seringa (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu, Flona Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns). 9. Babaçu (Resex Chapada Limpa, Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Tocantins). 10. Mel de abelha nativa (Flona Crepori); 11. Jacaré (Resex Lago do Cuniã); 12. Madeira (Resex Verde para Sempre, Resex Ituxi, Resex Chico Mendes, Flona Tapajós e Flona Purus); 13. Pirarucu (Resex Ituxi, Resex Médios Purus, Resex Rio Unini, Resex, Resex Rio Jutaí, Resex Baixo Juruá, Resex Médio Juruá e Resex Auati-Paraná); 14. Murumuru (Resex Médio Juruá); e 15. Bacuri (Resex Chapada Limpa) . Atualmente o manejo sustentável abarca 15 produtos da sociobiodiversidade em 32 Unidades de Conservação federais.

b) Em 2015 foram registrados 8.071.018 visitantes em 64 unidades de conservação. Em 2016 o monitoramento do número de visitantes foi ampliado para 70 unidades de conservação e registrou um total de 8.296.484 de visitantes, representando um incremento de apenas 2,79% em relação ao ano anterior. O pequeno crescimento da visitação em 2016 pode ser um reflexo das dificuldades econômicas que o país enfrentou nesse período. No entanto, merece destaque as três unidades de conservação mais visitadas em 2016, o Parque Nacional da Tijuca com 3.305.010 visitantes, o Parque Nacional do Iguaçu com 1.560.792 visitantes e o Parque Nacional de Jericoacoara com 780.000 visitantes.

c) Atualmente há 10 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (PMFS Comunitário) autorizados em 5 unidades de conservação federais das categorias ResEx e FloNA localizadas na região da BR 163 (Flona Tapajós), interflúvio Tapajos/Xingu (Resex Verde para Sempre), Sul do Estado

do Amazonas (Resex Ituxi e Flona do Purus) e na Resex Chico Mendes, no Estado do Acre. Estas são regiões de grande pressão de desmatamento, nas quais as unidades de conservação têm papel fundamental na conservação os recursos florestais. Os PMFS Comunitários somam 98.597 hectares sob regime de manejo sustentável. São beneficiadas diretamente um total de 422 famílias. A estimativa de produção nos Plano Operacionais Anuais (POA) atualmente autorizados soma 70 mil metros cúbicos.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0002 *	484.428	147.398	424.090	113.657	14	-	5	-	Perfil Elaborado/Unidade
20WM/0001 **	484.428	72.964	396.335	54.791	16	-	10	-	Unidade Atendida/Unidade

\* O RAP da ação 20WM/PO – 0002, em 2015 era classificado como ação 20WM/POs 02 e 06

\*\* O RAP da ação 20WM/PO – 0001, em 2012 era classificado como ação 13MY/PO 0000

ii.e- Principais desafios para 2017.

Consolidar uma política para o estabelecimento de parcerias e delegações de serviço, especialmente as concessões, que além de aumentar a arrecadação institucional, desoneram o custeio das unidades de conservação e melhoram a qualidade dos serviços prestados à população brasileira.

### iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Apesar da crise econômica de 2016, houve um pequeno avanço no indicador estabelecido para a visitação nas unidades de conservação. Os investimentos na estruturação das áreas de visitação em unidades de conservação e o estabelecimento de parcerias foram determinantes para o aumento no número de visitantes nesse período.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Ampliar o número de unidades de conservação com parceiras estabelecidas e delegações de serviço formalizadas, especialmente as concessões.

No que se refere às ações orientadas às unidades de conservação de uso sustentável com populações tradicionais, os desafios do ICMBio estão relacionados às seguintes linhas de ação:

- Elaboração e implementação de instrumentos de gestão (Acordos de Gestão, Perfil de Família Beneficiária, Acordos comunitários, Acordos de Pesca, dentre outros);
- Elaboração de subsídios para a inclusão social via políticas públicas universais, bem como articulação, junto a diversas instituições governamentais, para a inclusão das unidades de conservação em programas de governo como Bolsa Verde, Luz para Todos, PRONATEC, entre outros;
- Implementação do Programa Bolsa Verde;
- Celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para garantia de território às populações tradicionais, com vistas a assegurar os seus modos de vida em bases sustentáveis de exploração dos recursos naturais;
- Fortalecimento da gestão das instituições representativas das comunidades tradicionais para a organização produtiva;
- Assessoria técnica e capacitação dos extrativistas para manejo e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade;
- Intercâmbios entre experiências produtivas e cooperação técnica;

- Pesquisa e inovação tecnológica;
- Estudos e mapeamento de arranjos produtivos; e
- Formulação e implementação de políticas que possibilitem o inserção da produção sustentável em mercados institucionais.

### **3.1.4- Envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

As unidades de conservação federais existem para atender aos interesses da sociedade brasileira, em especial quanto à conservação da biodiversidade. Para a melhor consecução desses objetivos é importante promover e garantir o envolvimento da sociedade na gestão dessas áreas.

Em suas ações realizadas, o ICMBio pretende aumentar a conscientização da população quanto à importância desses espaços protegidos e permitir maior acompanhamento da atuação do poder público, contribuindo para o aumento de sua eficácia gerencial e potencializando os resultados buscados na conservação da biodiversidade.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) UC com Conselho Gestor instituído e (b) projetos de pesquisa científica autorizados.

<b>Responsável</b>	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

#### *ii. Análise*

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

A reestruturação do Programa Nacional do Voluntariado do ICMBio foi prioridade de ação durante o ano de 2016. As atividades se iniciaram com a elaboração, em esforço conjunto envolvendo a antiga e a atual coordenação nacional do Programa, de nova normatização. Neste sentido, foi publicada em maio deste ano a Instrução Normativa 03/2016, que pode ser acessada no sítio eletrônico da autarquia

[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/ICMBio\\_DCOM\\_IN\\_03\\_2016\\_voluntaria\\_do.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/ICMBio_DCOM_IN_03_2016_voluntaria_do.pdf)).

Desde sua criação, o voluntariado do ICMBio vem crescendo, atingiu ápice de adesão em 2012 com 26 adesões e decaiu nos anos seguintes. No ano de 2016 o Programa voltou a crescer e recebeu 22 novas adesões, conforme apresentado no gráfico abaixo, atingindo o número de 119 unidades organizacionais aderidas. Até o momento foram registradas 74 unidades organizacionais ativas.

Por sua vez, com relação aos conselhos gestores das unidades de conservação federais, cabe registrar que alcançamos a marca de 276 áreas protegidas com tais fóruns de participação social criados. Assim, no ano de 2016 o ICMBio atingiu a meta de contar com cerca de 85% das áreas sob sua gestão contempladas com estes espaços de diálogo com a sociedade já constituídos. Destes conselhos, 250 são considerados ativos (ou seja, realizaram reuniões no período 2015/2016).

---

Foi realizada a Oficina de Trabalho para Integração entre o Programa de Pesquisa Ecológicas de Longa Duração (PELD/CNPq) e o ICMBio, reunindo pesquisadores do Programa PELD, gestores de unidades de conservação, analistas ambientais e analistas em Ciência e Tecnologia do CNPq para definirem questões-chave para as futuras pesquisas conduzidas no âmbito do PELD, alinhadas aos objetivos estratégicos de gestão e manejo da biodiversidade. Isso integra uma aproximação do ICMBio com as instituições envolvidas com pesquisa, tecnologia e inovação.

Do ciclo 2015/2016 do PIBIC, 32 estudantes concluíram trabalhos de Iniciação Científica, sendo 16 apoiados com bolsas do CNPq, 10 com bolsas de contrapartida institucional e 6 voluntários. Em agosto (2016) teve início o ciclo 2016/2017 PIBIC com 39 novos projetos de Iniciação científica apoiados inicialmente com 14 bolsas do CNPq e 15 bolsas de contrapartida Institucional, sendo 10 deles em desenvolvimento na modalidade voluntária. Em janeiro de 2017, o CNPq concedeu mais quatro bolsas ao ICMBio.

Em setembro de 2016, foi realizado o VIII Seminário de Pesquisa e VIII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, com o tema “Mudanças Climáticas e Biodiversidade”. Estiveram presentes 183 participantes, e foram apresentados mais de cem trabalhos científicos de servidores do ICMBio, alunos do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ICMBio) e pesquisadores externos que atuam em unidades de conservação ou que trabalham com espécies ameaçadas de extinção.

O Portal da Biodiversidade, lançado em novembro de 2015, disponibiliza dados de ocorrência espacial da biodiversidade brasileira, possibilitando consultar, visualizar e fazer e fazer download dos registros de ocorrência das espécies em um mapa. Pode-se, a partir de seu nome científico ou popular, realizar a busca dos registros de ocorrência de cada espécie, individualmente. Os registros podem ser usados para subsidiar o mapeamento da distribuição das espécies, elaboração de modelos de distribuição potencial e diagnósticos sobre a biodiversidade brasileira, por exemplo, para as avaliações do estado de conservação das espécies da fauna brasileira. Atualmente, estão disponíveis no PortalBio 10 bases de dados mantidas pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e sede do ICMBio e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2016.

A reorganização do Programa de Voluntariado do ICMBio permitiu um incremento das adesões de unidades organizacionais deste Instituto, o que indica a perspectiva de mais e melhor envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação federais e na ação dos centros nacionais de pesquisa e conservação. Vale ressaltar que o estabelecimento de parcerias viabilizou a realização de ações estruturantes, dentre elas a produção de uniformes para voluntários (camiseta, boné, crachá e colete para mutirão), que foram distribuídos para 31 unidades organizacionais; a produção de dois vídeos institucionais (Vídeo promocional do Programa, que teve 408.302 mil visualizações no facebook, e o Vídeo de Parabéns Voluntários, que obteve 335.872 mil visualizações no facebook), ambos lançados nas redes sociais como comemoração do dia internacional do voluntariado (05 de dezembro). Além disso, houve a elaboração de duas publicações: uma voltada para os gestores e outra para os voluntários. N ano de 2016 foi lançado o 1º edital para chamada de propostas de capacitação para funcionamento e criação de conselhos de unidades de conservação, com apoio do Projeto PNUD BRA/08/23. Foram apoiados 25 projetos, que abrangeram 42 unidades de conservação e resultaram na capacitação 479 conselheiros. A Divisão de Gestão Participativa (DGPAR/CGSAM/DISAT) apoiou 150 reuniões de 85 unidades de conservação, de modo que estas reuniões de Conselhos envolveram cerca de 4.552 pessoas.

Até 2016, não tinha havido a preocupação de integrar os objetivos do PELD com os do ICMBio, embora 26 unidades de conservação federais compusessem sítios desse programa. Após a oficina, o Programa PELD passou a incorporar preocupações com a gestão realizada pelo ICMBio. Nesse sentido, os resultados da Oficina de Trabalho para Integração entre o Programa de Pesquisa Ecológicas de Longa Duração (PELD/CNPq) e o ICMBio foram incorporados na Chamada CNPq/Capes/FAPs/BC-Fundo Newton/PELD nº 15/2016.

Desde o início do PIBIC/ICMBio participaram 233 estudantes de graduação, sob a orientação de analistas ambientais de 39 unidades do Instituto (unidades de conservação, Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, Coordenações da sede e Coordenações Regionais), em 18 unidades federativas do País.

Pela primeira vez em oito edições, o Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica foi aberto à submissão de trabalhos para pesquisadores externos à Instituição e pelo segundo ano consecutivo, o evento foi contemplado com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF. Ao todo, participaram representantes de 38 unidades do ICMBio e 17 instituições externas. Ao longo dos anos, o número de participantes nesse evento tem crescido.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

### Gráficos de indicadores de resultados

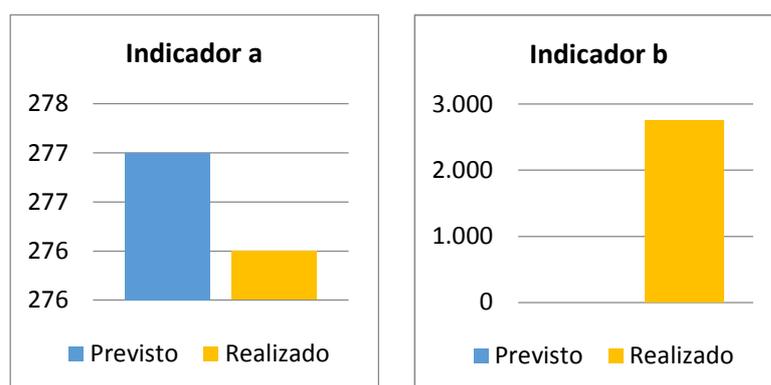


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) UC com conselho Gestor instituído	312	271	277	276	280
b) Projeto de pesquisa científica autorizados	-	2.993	-	2.744	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) O ICMBio alcançou, no ano de 2016, a marca de 276 unidades de conservação com conselhos formados. Destes conselhos, 250 são considerados ativos (ou seja, realizaram reuniões no período 2015/2016). Neste contexto, o foco atual do ICMBio, no que se refere à promoção da gestão

participativa, está direcionado à promoção da qualificação de tais instâncias de diálogo com a sociedade, para que estes fóruns possam cada vez mais contribuir para a implementação e a consecução dos objetivos de criação destas áreas protegidas.

b) Em 2016, foram 2744 pesquisas autorizadas, compreendendo autorizações científicas (2.062), didáticas (248), comprovante de registro (376) e licenças permanentes (58).

Para este indicador não há meta porque o número também está atrelado às ações de fomento de outras instituições, sendo que o ICMBio realiza articulações buscando ampliar o número de pesquisas voltadas à biodiversidade. Nossas metas também neste campo de atuação estão associadas ao cumprimento de prazo na avaliação e aprovação dos projetos submetidos.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0004 *	453.690	87.926	375.499	84.753	80	-	98	-	Unidade Atendida/ Unidade
20WN/0001	427.391	36.943	354.827	30.758	34	-	20	-	Projeto Apoiado/ Unidade

\* O RAP da ação 20WM/PO – 0004, em 2015 era classificado como PO 0007

ii.e- Principais desafios para 2017

Objetiva-se ampliar os incentivos à participação da sociedade e à sua aproximação com a gestão das áreas protegidas e com ações concretas orientadas à conservação da biodiversidade, por meio do trabalho voluntário em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação. O Voluntariado é uma oportunidade para as pessoas expressarem sua cidadania e sua contribuição com o futuro do meio ambiente e com a qualidade de vida local, e a expansão do programa pode reforçar a rede de proteção do patrimônio natural que compete ao ICMBio gerir.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados indicam avanços importantes nesse Objetivo Estratégico, tanto pelas metas destacadas quanto pelas ações cujos resultados são mais complexos de se extrair.

A estratégia adotada foca nos públicos mais diretamente envolvidos com as Unidades de Conservação ou com a biodiversidade de forma geral, o que tende a gerar resultados melhores quanto ao envolvimento dessas pessoas nas atividades do Instituto.

Pode-se considerar que as iniciativas para o envolvimento de pesquisadores e segmentos interessados na gestão de unidades de conservação e da biodiversidade admitem melhorias de modo a ampliar seu impacto. Porém, a redução de recursos para as pesquisas representam riscos ao processo. Parte das ações para envolver o público com interesse científico tem sido realizada rotineiramente ao longo dos anos, como o PIBIC e os seminários, com evolução dos indicadores. As

---

iniciativas como o PortalBio e a relação com o PELD são recentes, mas seus resultados são potencialmente promissores.

### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Dando continuidade aos esforços relacionados à agenda de aperfeiçoamento da atuação dos Conselhos, para o ano de 2017 as perspectivas são: lançamento do 2º edital para chamada de propostas de capacitação; a estruturação de apoio as unidades que manifestaram interesse, mas apresentam dificuldades de criação ou ativação do conselho; e elaboração de protocolos para monitorar o funcionamento dos conselhos.

Para 2017 a perspectiva é de dar continuidade às ações que já estão em andamento para estruturação do Programa de Voluntariado, sendo as principais: Lançamento da nova identidade visual do Programa e produção de materiais (Kit); Lançamento de duas publicações: para os gestores e outra para voluntários; Lançamento de vídeos institucionais para gestores e sociedade; Desenvolvimento do Sistema de gestão do Programa; Desenvolvimento do Plano de Capacitação do Programa.

As medidas de envolvimento do público com interesse científico na gestão de unidades de conservação e da biodiversidade devem adquirir maior destaque no planejamento estratégico institucional e ser submetidas a uma avaliação de impacto. Tem-se como objetivos para 2017:

- ampliar a relação institucional com órgãos do sistema de ciência, tecnologia e inovação;
- garantir a continuidade do PIBIC;
- garantir a continuidade da realização do Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica;
- lançar a versão 2 do Portalbio.

## 3.2- Informações sobre a gestão

Para cada perspectiva dos objetivos estratégicos, na perspectiva dos resultados e das formas de atuação:

### 3.2.1- Beneficiário

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Essa perspectiva busca considerar os atores externos ao ICMBio que são beneficiários diretos das ações e serviços prestados pelo ICMBio, incluindo visitantes, comunidades tradicionais e beneficiários diretos de serviços ecossistêmicos prestados pelas UCs federais.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) contratos de Concessão de Direito Real de Uso celebrados em UC de Uso Sustentável; (b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação e (c) cavidades (Patrimônio Espeleológico Nacional) conservadas.

<b>Responsável</b>	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

O ano de 2016 foi de redução do número total de beneficiários no Programa Bolsa Verde. Verifica-se que nesse ano o número de famílias beneficiárias caiu de 25.123 para 19.441 apenas nas Unidades de Conservação. A expectativa é que em 2017 sejam incluídos beneficiários que atualmente estão em lista de espera em relação ao orçamento disponível, bem como reverter as exclusões realizadas por informações desatualizadas em relação à vínculos empregatícios, conforme levantamento documental frequentemente realizado pelos gestores e a Coordenação responsável (COPCT/CGPT/DISAT) junto aos beneficiários e Municípios. Ainda, no ano de 2017 o ICMBio participa e atua junto ao MMA na execução de estratégias de qualificação e fortalecimento do Programa.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

### Gráficos de indicadores de resultados



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso celebrados em UC de Uso Sustentável	20	9	20	3	7
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de	80	60	80	66	50

conservação				
c) Caverna (Patrimônio Espeleológico Nacional) conservada	5	14	30	30
Legenda	■ Conforme planejado	■ Merece atenção	■ Desconforme	

a) Em 2016, foram celebrados 3 Contratos de Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU entre o ICMBio e comunidades tradicionais nas Reservas Extrativistas Arapixi, Médio Purus e Auati-Paraná, contabilizando 884.898,30 hectares e beneficiando cerca de 1300 famílias. No total, são mais de 3.500.000 hectares de áreas concedidas às populações tradicionais nas unidades de conservação federais. O ICMBio alcançou, portanto, a marca de 47 contratos desta natureza em 40 UCs, o que representa cerca de 5 milhões hectares.

b) Atualmente, registra-se em número absolutos, um total de 558 espécies ameaçadas de extinção com populações em UC.

c) No âmbito do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (portaria MMA nº 358/2009) foram realizados: (i) inventário anual do patrimônio espeleológico nacional; (ii) monitoramento e avaliação de impactos sobre o patrimônio espeleológico; e (iii) implementação do PAN Cavernas do São Francisco. Foram contempladas 3 unidades de conservação federais de proteção integral contribuindo para a conservação de 30 cavernas naturais subterrâneas.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

As iniciativas do ICMBio relacionadas à articulação de políticas públicas em favor de comunidades tradicionais beneficiárias de UC de uso sustentável dependem de arranjos interinstitucionais complexos e, neste sentido, as retrações destas políticas acarretaram redução do número total de beneficiários de programas como o Pronatec e o Bolsa Verde. Espera-se, no ano de 2017, com uma possível retomada do fortalecimento destes programas, ampliar o público de beneficiário de tais políticas específicas.

#### iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Em momento de escassez de recursos e de reorganização interna, é importante a manutenção das ações que vêm sendo implementadas com sucesso, de modo a não perder a consistência dessas intervenções. Tão logo o ICMBio esteja reestruturado, e com situação orçamentária mais favorável, há espaço para ampliar a atuação no âmbito da perspectiva Beneficiários.

---

### 3.2.2- Processos

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Essa perspectiva engloba os processos internos do ICMBio que promovem entregas diretas à sociedade. São os processos que caracterizam a atuação do Instituto, e visam garantir o cumprimento dos objetivos que motivaram sua criação e estão associados à criação e consolidação de unidades de conservação federais, à pesquisa e gestão da fauna e às autorizações para licenciamento ambiental. Há também o enfoque relacionado à consolidação de uma estratégia territorial de conservação, vista como importante para orientar a atuação do Instituto.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) autorizações para realização de pesquisas, ou coleta de material biológico, analisadas dentro do prazo; (b) realizar o cadastramento de famílias em UC; (c) sinalizar e demarcar o perímetro de UC Federais; (d) estruturar UC federais para visitação e uso público e (e) manifestações sobre autorizações para demandas de licenciamento ambiental que afetam UC.

<b>Responsável</b>	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

#### ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

Foram ampliadas ou melhoradas as estruturas de visitação em unidades de conservação, notadamente, a inauguração do Complexo das Paineiras, no Parque Nacional da Tijuca – RJ, a inauguração do Centro de Visitantes do Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu – MG e a sinalização e manejo de 48km de trilhas no Parque Nacional da Tijuca – RJ, no âmbito da Trilha Transcarioca. Foram publicadas 6 novas portarias de autorização para os serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais da Chapadas dos Veadeiros (GO), Caparaó (MG), Emas (GO), Jericoacoara (CE) e Tijuca (RJ). Além disso, foram firmadas importantes parceiras e outras formas de cooperação com organizações da sociedade civil e entes públicos ou privados para colaborar na gestão e estruturação do uso público nas unidades de conservação. Importante considerar também a publicação da Portaria ICMBio nº 91/2016, que atualizou os valores de ingresso e outros serviços prestados pelas unidades de conservação.

No que tange aos trabalhos de Avaliação de Impacto Ambiental pode-se destacar algumas realizações em 2016 tais como a elaboração de Termos de Compromisso para regularizar as atividades consideradas de utilidade pública ou de relevante interesse social que afetam unidades de conservação federais, quais sejam:

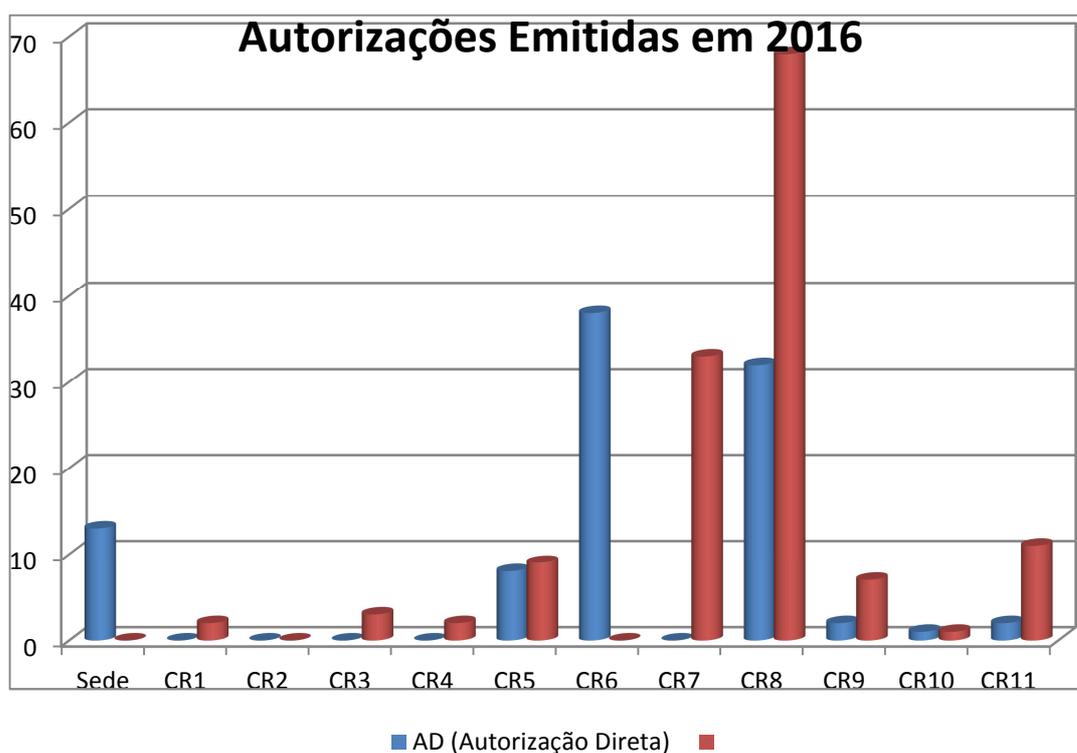
- PARNA Serra dos Órgãos/RJ: BR 116. Concessionária Rio Teresópolis (CRT);
- PARNA Serra do Itajaí/SC: Barragem de contenção de cheias no rio Itajaí Mirim. Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado e Defesa Civil e Fundação do Meio Ambiente – FATMA) e Ministério do Meio Ambiente;
- PARNA da Tijuca/RJ: Parque de Transmissões do Sumaré. Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e TV e Rádio Senado para utilizar e realizar serviços técnicos de reparo e troca de equipamentos nas instalações da EBC.

Ressalte-se também o atendimento para demandas de Ministério Público na FLONA de Saracá-Taquera, visando equalizar e regulamentar a atividade da mineração (Mineração Rio do Norte) compatibilizando –a com o uso tradicional das comunidades quilombolas e indígenas.

Outro destaque refere-se à busca de solução técnica para a continuidade da mineração, compatibilizando-se a conservação de um atributo único e especial na FLONA de Carajás. Para tal, desenvolveu-se, no âmbito do processo de autorização, o Plano de Conservação da Savana Metalófila, em parceria com a VALE e com a Universidade Federal de Goiás (UFG), que subsidiou a revisão do Plano de Manejo da unidade, após 4 anos de pesquisas. A grande conquista foi a indicação de áreas intangíveis de Savana Metalófila em zona de mineração da Flona e a melhoria tecnológica e ambiental dos projetos de mineração da empresa.

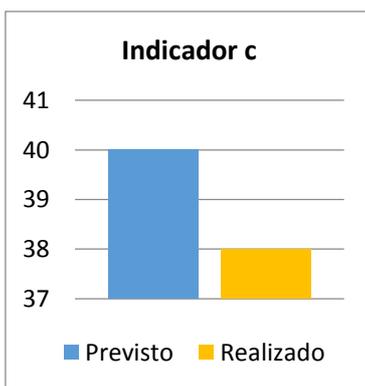
Também foi desenvolvido primeiro processo de capacitação de 85 analistas ambientais em curso de Educação a Distância (EaD) referente à Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental, em duas turmas, uma em setembro com 29 participantes e outra em outubro com 56.

Para o ano de 2016 foram emitidas, envolvendo Sede e Coordenações regionais, 96 autorizações de licenciamento ambiental (ALA) e 136 autorizações diretas (AD), conforme gráfico abaixo. A meta era de oito autorizações a serem emitidas e, portanto, foi alcançada.



ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

### Gráficos de indicadores de resultados



Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Autorizações para realização de pesquisas e coleta de material biológico analisadas dentro do prazo	100%	99,07%	100%	99,72%	96%
b) Realizar o cadastramento de famílias em UC	44	77	-	-	Será excluído o indicador
c) Sinalizar e demarcar o perímetro UC Federais	40	37	40	38	48
d) Estruturar UC federais para visitação e uso público	30	27	30	Indicador excluído	Indicador excluído
e) Manifestações sobre autorizações para demandas de licenciamento ambiental que afetam UC	200	328	8	236	90
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) O SISBio é a ferramenta disponibilizada pelo ICMBio para que pesquisadores obtenham autorizações e licenças para coleta de material biológico com finalidade científica ou didática no âmbito do ensino superior em todo o território nacional, e para pesquisa em unidades de conservação federais ou cavernas. O funcionamento desse sistema é regulamentado pela Instrução

---

Normativa ICMBio nº 03/14. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no site [www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio). O prazo para emissão das autorizações e licenças, conforme Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 é de 45 dias úteis. No ano de 2016, 99,72% das solicitações foram analisadas antes do término desse prazo. A média de dias transcorridos para a análise das solicitações, considerando a manifestação de todas as unidades de conservação e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação envolvidos até o recebimento da resposta, foi de 18 dias corridos. O SISBio conta atualmente com aproximadamente 48.000 pesquisadores cadastrados. Desde 2007, quando o sistema foi implementado, até o final de 2016, foram emitidos 24.930 documentos, incluindo 17.870 autorizações com finalidade científica, 1.734 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 3.867 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 1.459 licenças permanentes.

b) O cadastramento de famílias nas Unidades de Conservação que necessitavam desta ação, foi atingido em 2015, razão pela qual não estabelecida meta para 2016. Não consideramos relevante manutenção do presente indicador, pois atualmente resta somente uma unidade, a RDS Geraizeiras (recentemente criada), com previsão de cadastramento de famílias programado para o ano de 2017. E para os anos seguintes, a continuidade do cadastramento (nas novas UC do grupo de uso sustentável) dependerá de provisão de recursos que viabilize ação desta natureza. A rigor, após o esforço de maior magnitude realizado nos anos de 2013 e 2014, o esforço a partir de agora será, basicamente, de realização de atualizações cadastrais. Neste contexto, informamos que a partir de 2017 não faremos o monitoramento deste indicador.

c) Com relação à tarefa de consolidação de limites das UC, cabe registrar que não houve avanços significativos em relação ao exercício anterior, uma vez que apenas a demarcação e sinalização de 1 UC foi concluída. Ainda estão sendo executadas a demarcação e a sinalização de 12 UC. Mais especificamente, cabe esclarecer que em 2016 o ICMBio acompanhou a demarcação de 13 UC, sendo 10 no eixo da BR-163, com recursos de doação do KFW, 1 com recurso de compensação ambiental, 1 com recurso de precatórios e 1 com recurso do ARPA (esta última demarcação é parcial).

d) O indicador “Estruturar UC federais para visitação” mostrou-se um indicador subjetivo, de múltiplas interpretações, e que, absolutamente, não retrata o esforço de estruturação das unidades de conservação. Isso por que, primeiramente, cada UC ou grupo de UC, de acordo com vocações locais, possui uma linha de base individual sobre o que seria “unidade de conservação estruturada”, prejudicando a análise comparativa ou coletiva. Além disso, UC alvo de execução de projetos de estruturação que já possuem estruturas mínimas de suporte à visitação não tem seus resultados aferidos pelo indicador.

e) Concernente ao licenciamento ambiental, de competência do ICMBio, para elaboração dos pareceres técnicos, que subsidiam a autorização do órgão gestor da unidade, a análise técnica considera os impactos ambientais incidentes na unidade de conservação ou sua zona de amortecimento; as restrições e condições para a implantação e operação do empreendimento, de acordo com o ato de criação, em compatibilidade com objetivos e atributos da unidade de conservação, e em conformidade com as disposições contidas no Plano de Manejo, quando houver; e, ainda, as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pelo estudo ambiental. Quando passível de licenciamento, nos casos que couber, é emitida a Autorização de Licenciamento Ambiental (ALA). Para atividades cujo licenciamento ambiental é dispensável segundo a Resolução CONAMA nº 237/1997, os pedidos de autorização recebidos pelo ICMBio são analisados através dos procedimentos estipulados pela Instrução Normativa nº 4, de 2 de setembro de 2009, que trata da Autorização Direta (AD).

---

Havendo entendimento para emissão das ALAs e ADs serão estabelecidos condicionantes ambientais que visam minimizar os efeitos da instalação e operação de determinado empreendimento ou atividade antrópica.

Vale ressaltar que a CGIMP (antiga COIMP) opera conforme demanda externa ao ICMBio. Assim, a meta é indicativa do que pode estar sendo solicitado ao Instituto. Cabe ainda registrar, que o valor total aqui fornecido é composto das Autorizações emitidas pelo ICMBio (Sede e CRs); no que tange à ALA - Autorização para o Licenciamento Ambiental à ADA - Autorizações Diretas. Para o ano de 2016 foram emitidas, envolvendo Sede e Coordenações regionais, 96 autorizações de licenciamento ambiental (ALA) e 136 autorizações diretas (AD). A meta era oito autorizações a serem emitidas e, portanto, foi alcançada.

### *iii. Conclusão*

#### *iii.a- Avaliação do resultado*

No que concerne ao SISBio, é importante salientar que, mesmo com o significativo aumento da demanda por autorizações e licenças de pesquisa, a porcentagem de solicitações concedidas dentro do prazo continua constante. Este número demonstra a conquista de um marco de eficiência e comprometimento do Instituto na prestação de um relevante serviço à comunidade científica brasileira e com a geração de conhecimento sobre nossa biodiversidade.

Em relação à avaliação de impacto ambiental, do ponto de vista da análise de desempenho não há como avaliar, tendo em vista que o ICMBio reage por demanda, dos órgãos licenciadores, para emissão das autorizações e outros documentos exigidos no contexto legal.

#### *iii.b- Ações para melhoria de desempenho*

No que se refere à avaliação de impacto ambiental, há que se estabelecer melhorias visando maior agilidade do processo de emissão de autorizações para licenciamento ambiental em todas as instâncias responsáveis (Sede, Coordenações regionais e unidades de conservação).

Neste sentido, pretende-se, em 2017, melhorar a qualidade técnica e agilizar o processo de licenciamento ambiental por intermédio das seguintes atividades:

- realização de dois cursos de capacitação on line, de 40h com 40 vagas, visando melhorar o entendimento técnico dos analistas ambientais, responsáveis pela emissão de ADA e AD nas diferentes instâncias da instituição;
- realização de curso presencial, no segundo semestre de 2017, com 50h, com 40 vagas, com estudos de caso visando demonstrar aos participantes (Sede, servidores das Coordenações regionais e unidades de conservação) processos de empreendimentos com maior complexidade, que já foram objeto de análise e manifestação pelo ICMBio;
- publicação de normativas com definição de prazos para cumprimento das etapas quanto à análise de processos que envolvem supressão de vegetação;
- realização no primeiro semestre de 2017 de oficina de nivelamento com representantes das equipes da Sede, coordenações regionais e algumas unidades de conservação (com maior pressão de instalação de empreendimentos) buscando pactuar uma maior agilidade na análise dos processos;

Concernente ao SISBio a melhoria foi atingida, pois o foco é dar agilidade e atender dentro dos prazos previstos propiciando a emissão de autorizações para realização de pesquisas e coleta de

---

material biológico, o que se comprova pois, no ano de 2016, 99,72% das solicitações foram analisadas antes do término desse prazo, índice muito próximo de 100%.

### **3.2.3- Perspectiva Aprendizado e Crescimento**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

Essa perspectiva busca considerar os processos internos que têm como clientes outros processos internos do Instituto, buscando maior eficiência e eficácia. Está dividida nos blocos Estrutura (estrutura organizacional do Instituto), Pessoas (gestão de pessoas e do conhecimento) e Recursos (infraestrutura, tecnologia e recursos financeiros e orçamentários).

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) Percentual de servidores capacitados; (b) unidades de conservação mantidas (manutenção) e (c) arrecadação com receitas próprias.

##### **Responsável**

DIPLAN

#### *ii. Análise*

*ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.*

A partir do segundo semestre de 2016, foram deliberadas medidas visando à otimização das unidades organizacionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Para tanto, fazemos referência à decisão de adequar os processos de trabalho das unidades administrativas descentralizadas - as Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAFs)-, a especializar suas funções a fim de aumentar a eficiência e a eficácia da gestão administrativa institucional. Desta forma, iniciou-se a distribuição dos processos de licitação e gestão de contratos, para as unidades administrativas, conforme objeto de contratação.

Outra decisão tomada foi a elaboração de um novo modelo pedagógico e de gestão na ACADEBio, Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade, a fim de promover a sua articulação em rede com outras instituições educadoras e viabilizar a sua sustentabilidade financeira no longo prazo. Nesse diapasão, o Centro de Formação iniciou, ainda em 2016, levantamentos para elaboração desse projeto.

Em 2016, o ICMBio vivenciou grave cenário de restrição orçamentária, o que afetou diretamente os contratos para atendimento das unidades do ICMBio, principalmente os relativos à sua manutenção. Assim, a fim de adequar os serviços contratados à realidade orçamentária, fez-se um esforço de redução dos contratos, com supressão de parte dos postos de serviços terceirizados. Ao final do ano, com a liberação de recursos pelo Governo Federal foi possível iniciar um processo de normalização de tais serviços, especialmente das Unidades de Conservação.

Sobre a compensação ambiental, é importante relatar que foram adotadas as medidas necessárias para o cumprimento dos Acórdãos 1.853/2013, 1.004/2016 e 1.732/2016 da Corte de Contas. Nesse sentido, foi suspensa a utilização dos recursos depositados nas contas escriturais na Caixa Econômica Federal, e adotadas as providências junto aos órgãos competentes para a integração desses recursos de compensação ambiental ao orçamento do ICMBio.

Em atenção à modernização tecnológica do Instituto, é imperioso destacar a implementação do SEI (Serviço Eletrônico de Informações), que passou a ser o sistema de gestão documento do ICMBio. Por meio da implantação deste sistema, foi possível a redução de gastos com postagem e papel.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e Unidades Descentralizadas para os resultados obtidos.

### Gráficos de indicadores de resultados



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2015		2016		2017
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Número de servidores capacitados (%)	75	83	75	61	30
b) Unidades de Conservação mantidas (manutenção)	313	300	320	320	320
c) Arrecadação com receitas próprias (em R\$ 1.000,00)	131.712	95.601	130.068	166.575	88.952
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) Em 2016, foram capacitados 1.090 (mil e noventa) servidores do ICMBio. Considerando os dados do SIAPE de janeiro de 2017, que registra 1.792 (mil setecentos e noventa e dois) servidores ativos, o citado número corresponde aproximadamente a 61% (sessenta e um por cento) do quadro.

b) Em atenção ao indicador Unidades de Conservação mantidas, é importante destacar que a métrica utilizada para avaliação dos resultados foi à existência ou não de despesas orçamentárias para a manutenção das estruturas das Unidades de Conservação. Assim, caso tenha sido destinado recursos para o custeio de qualquer dos serviços terceirizados – limpeza, vigilância, apoio administrativo, luz, água, entre outros – destinados a uma UC, considera-se que a unidade foi mantida.

Entretanto, faz-se necessário ponderar que o uso deste indicador ofusca os desafios enfrentados pela Instituição no exercício de 2016. Tendo em vista o restrito quadro orçamentário, diversos serviços terceirizados nas Unidades de Conservação foram descontinuados. Nesse sentido,

---

esclarecemos que para o ano de 2016 mantivemos o índice e a métrica de 2015, somente para manutenção da série histórica. Entretanto, propõe-se alteração deste indicador para avaliação desta perspectiva em 2017, abarcando conjunto de serviços mínimos que devemos manter nas UCs.

c) Registramos uma arrecadação total em 2016 de R\$ 166.575.440,91 o que representa um acréscimo de 74,24% sobre os valores de 2015. Destaca-se o valor verificado em Licenciamentos/Autorizações de mais de 86 milhões, referentes a ações pontuais nas Flonas Saracá-Taquera e Tapirapé-Aquiri, que se excluídos, demonstram na realidade uma retração nos valores globais de arrecadação de pouco mais de 5%.

A crise econômica vivida no País teve impacto direto na visitação pública em nossas Unidades de Conservação. Registramos uma redução de quase 5% na arrecadação ante 2015, com a arrecadação e aproximadamente de 58 milhões em 2016.

### *iii. Conclusão*

#### *iii.a- Avaliação do resultado.*

Em atenção ao número de servidores capacitados, é salutar ressaltar que houve atraso na publicação do Plano Anual de Capacitação de 2016, publicado somente em agosto, por meio da Portaria nº 518 de 23/08/2016, após a mudança de gestão do Instituto. Deve-se salientar ainda que o quantitativo de capacitações realizadas abarca 426 (quatrocentos e vinte e seis) servidores que obtiveram o Treinamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo reduzido o número de capacitações realizadas para as demais competências pertinentes.

Nesse diapasão, cabe destaque ao esforço institucional para garantir curso de formação dos servidores administrativos, ingressos no Órgão por meio do concurso de 2014, no segundo semestre de 2016.

No que tange a manutenção das Unidades de Conservação, é oportuno informar que foram descontinuados os serviços terceirizados em diversas unidades de conservação, comprometendo a manutenção adequada destas unidades. Conforme já exarado neste relatório, a descontinuidade destes serviços foi resultado de restrições orçamentárias vividas pelo Instituto em 2016, que impossibilitaram a renovação de diferentes contratos de terceirização.

Por fim, em referência a arrecadação, ao tempo que avaliamos positivamente o incremento verificado no exercício de 2016, preocupa-nos a recente interpretação da Secretaria de Orçamento Federal no sentido de não considerar a arrecadação por meio da Autorização de Supressão de Vegetação como receita própria; ou seja, classificá-la, a partir deste entendimento, na fonte 250. Isto se concretizar trará frustração de receita para os próximos exercícios.

#### *iii.b- Ações para melhoria de desempenho*

Em 2017, as ações previstas para a melhoria do desempenho da Instituição nesta perspectiva são:

- consolidação do projeto de especialização das UAAFs;
- otimização da estrutura do ICMBio, para aumento da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos orçamentários;
- planejamento para acionamento dos contratos de terceirização;
- ações para aumentar a eficiência na execução de recursos externos; e
- consolidação do projeto para implementação do novo modelo da ACADEBio.

---

### **3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico**

#### **3.3.1- Estágio de desenvolvimento**

Cabe ressaltar que o ano de 2016 foi considerado um ano atípico, impactado por fatores externos relacionados ao contexto especial que o país vivenciou no cenário político, à reforma administrativa dos órgãos de governo e à crise econômica-fiscal que o país está submetido. Estes fatores tiveram reflexos em toda estrutura de governo, incluindo o ICMBio.

Ao longo do ano de 2016, o ICMBio teve que atuar no sentido de absorver os diversos fatores externos no seu processo de gestão e conseqüentemente readequar sua estrutura e o planejamento de ações ao novo cenário, buscando preservar os serviços essenciais prestados à sociedade e atividades prioritárias de conservação da biodiversidade.

Esse ambiente, associado ao cenário de mudanças no comando da instituição, repercutiram na agenda de planejamento estratégico institucional que previa ampla revisão dos indicadores relativos aos objetivos estratégicos discutidos e definidos anteriormente.

Apesar disto, durante 2016, no âmbito da Direção foram claramente definidas as diretrizes e prioridades de gestão que estiveram a todo momento vinculadas aos componentes do Planejamento Estratégico Institucional. Ainda, durante esse período, foram retomadas as discussões sobre a revisão dos indicadores associados aos objetivos estratégicos do ICMBio, mas, por conta do contexto descrito, não foram totalmente validados pelas instâncias técnicas do instituto.

Foram retomadas, ainda as discussões técnicas sobre a finalização da atualização do Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE. Foi publicada a Portaria disciplinando a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio e implantado o Painel de Informações Gerenciais do ICMBio (<http://qv.icmbio.gov.br/>), com base em ferramenta de *business intelligence*.

#### **3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos**

Em meio ao contexto descrito, buscou-se avançar no aprimoramento normativo estruturante do processo de planejamento estratégico, em especial na finalização de ato administrativo interno disciplinando a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio. Esse procedimento culminou em fevereiro do presente ano, com a publicação da Portaria nº 61 de 20/02/2017, no Boletim de Serviço da instituição.

Visando dar maior transparência pública às informações institucionais, a Divisão de Gestão Estratégica e Modernização do ICMBio – DGEM/GABIN desenvolveu a infraestrutura necessária para por em implementação a ferramenta de gestão de informações denominada QlikView – recebida em doação do Instituto IPÊ e Fundação Betty e Gordon Moore. Com essa ferramenta foram elaborados painéis gerenciais com diversos indicadores institucionais, com disponibilização de acesso e consulta pela sociedade previsto para acontecer em abril do presente ano. Essa ferramenta permitirá que as informações e os indicadores estratégicos possam ser acompanhados em tempo real por todos os cidadãos interessados.

#### **3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual**

O Planejamento Estratégico Institucional foi desenvolvido logo após a criação do ICMBio, tendo sido elaborado, na sua primeira fase, as propostas de modelagem institucional e estrutura organizacional

básica e propostos os modelos de governança e parcerias. Foi nesta fase que foram definidas a primeira versão do mapa estratégico institucional, contendo as componentes do planejamento estratégico, bem como mapeados preliminarmente os processos que foram agrupados em macroprocessos, servindo como base para a revisão da estrutura regimental da autarquia que optou pelo modelo de gestão voltado aos resultados.

Em segunda fase do Planejamento Estratégico, houve aprofundamento da avaliação do mapa estratégico, servindo de base para a definição dos indicadores e metas institucionais, estas foram devidamente alinhadas num processo retroalimentação com o PPA e a LOA.

Tal prática permanece vigente e na tabela abaixo é apresentada, de forma sintética, a correlação entre planejamento estratégico, PPA e LOA.

Planejamento Estratégico	PPA	LOA	
		Ações Orçamentárias	Planos Orçamentários
<b>Objetivo Estratégico</b> Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética	<b>Objetivo 1078: Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.</b> <b>Meta 0484 (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Reduzir o risco de extinção de 10% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies ameaçadas de Extinção* <b>Meta 0488 (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Ampliar de 500 mil para 2 milhões o número de registros de ocorrência de espécies visando à disponibilização de conhecimento sobre a biodiversidade para a sociedade <b>Iniciativas:</b> <b>053U.</b> Avaliação do estado de conservação e das vulnerabilidades das espécies da fauna e da flora brasileira ameaçada de extinção, elaboração e implementação dos planos de ação. <b>053X.</b> Publicação da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e instrumentos de gestão para espécies ameaçadas de extinção, incluindo o desenvolvimento de programas de conservação ex situ de espécies ameaçadas. <b>0547.</b> Desenvolvimento e implementação de programas para geração de conhecimento das espécies da biodiversidade <b>0548.</b> Desenvolvimento, implementação, atualização e integração de sistemas de informação sobre a biodiversidade brasileira: SISBio, Espécies, Portal da Biodiversidade, JABOT, SIBBr/MCTI <b>0549.</b> Fortalecimento e ampliação de programa de monitoramento da biodiversidade com ênfase em espécies ameaçadas ou de especial interesse. <b>054B.</b> Avaliação de impacto sobre espécies ameaçadas no âmbito do licenciamento ambiental.	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	0001 - Fomento e Execução de Pesquisa, Monitoramento e Gestão do Conhecimento, Direcionados à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação - CGPEQ 0002 - Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias - CGESP 0003 - Conservação do Patrimônio Espeleológico Nacional - CGPEQ 0004 - Avaliação de impactos sobre Unidades de Conservação e espécies ameaçadas para efeito de autorizações e anuências no âmbito do Licenciamento Ambiental - COIMP
<b>Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de Conservação</b>	<b>Objetivo 1065- Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.</b> <b>Iniciativas:</b> <b>0510.</b> Promoção, de forma conjunta com as comunidades tradicionais, do ordenamento do uso dos recursos naturais em unidades de conservação federais. <b>0518.</b> Levantamento e adesão do programa Bolsa Verde pelo ICMBio de 7500 famílias em UCs federais <b>051B.</b> Capacitação de beneficiários de territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em práticas de manejo florestal, organização social e produtiva e educação ambiental. <b>051G.</b> Promoção de meios e condições para o funcionamento regular dos conselhos gestores das Unidades de Conservação federais de Uso Sustentável com populações tradicionais <b>051H.</b> Definição do perfil da família beneficiária nas unidades de	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	0002 - Identificação das famílias beneficiárias e promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e do manejo florestal comunitário sustentável nas unidades de conservação federais de uso sustentável com comunidades

	conservação de uso sustentável federais que abrigam comunidades tradicionais		tradicionais - CGPT 0004 - Consolidação da Gestão Socioambiental, através da promoção da Gestão Participativa, da Educação Ambiental e do apoio à Gestão de Conflitos Territoriais - CGSAM
<p><b>Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação</b></p> <p><b>&amp;</b></p> <p><b>Envolver a sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade</b></p>	<p><b>Objetivo 1070- Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais</b></p> <p><b>Meta 04GR (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares em Unidades de Conservação Federais (DISAT/CGTER)</p> <p><b>Meta 047W (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Ampliar de 155 para 215 Unidades de Conservação Federais dotadas com planos de Manejo (DIMAN/CGCAP)</p> <p><b>Meta 047X (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Aumentar de 265 para 283 Unidades de Conservação Federais com conselhos gestores criados (DISAT/CGSAM)</p> <p><b>Meta 047Y (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Aumentar de 6,7 milhões para 8,2 milhões o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais (DIMAN/CGEUP)</p> <p><b>Meta 047Z (para o ICMBio isso é INDICADOR):</b> Reduzir em 30% a área atingida por incêndios florestais até 2019, nas unidades de conservação federais, com base na média de áreas atingidas por incêndio considerando os anos de estiagem, 2010, 2012 e 2014 (DIMAN/CGPRO)</p> <p><b>Iniciativas:</b></p> <p><b>0537.</b> Implementação de projetos de educação ambiental estruturados em Unidades de Conservação federais, por meio de processos</p>	<p><b>20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais</b></p>	<p>0001 - Promoção da visitação pública e instrumentalização dos serviços ambientais e do comércio de produtos florestais ofertados pelas Unidades de Conservação Federais - CGEUP</p> <p>0002 - Identificação das famílias beneficiárias e promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e do manejo florestal comunitário sustentável nas unidades de conservação federais de uso sustentável com comunidades tradicionais - CGPT</p> <p>0003 - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - CGCAP</p> <p>0004 - Consolidação da Gestão Socioambiental, através da promoção da Gestão Participativa, da Educação Ambiental e do apoio à Gestão de Conflitos Territoriais - CGSAM</p> <p>0005 - Manutenção de Unidades de Conservação Federais - CGPLAN</p> <p>0006 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais - CGTER</p>
		<p><b>214P - Fiscalização Ambiental e Proteção em Unidades de Conservação</b></p>	<p>0001 - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação Federais - CGPRO</p>

		Federais	0002 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais - CGPRO
--	--	----------	---

### **3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica**

Ainda não foi implementado o macro indicador de medição da gestão para acompanhamento do planejamento estratégico institucional. Espera-se realizar a sua definição juntamente com a finalização do processo de validação dos indicadores associados aos objetivos estratégicos da instituição, previsto para ser concluído em 2017.

### **3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade**

Não foram realizadas revisões no planejamento estratégico durante o ano de 2016, no entanto foi publicada a Portaria nº 61 de 20/02/2017 disciplinando a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio.

### **3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores)**

Dentro das dificuldades apontadas relativas aos processos de transição da alta direção institucional, como relatadas no tópico 3.3.1, a alta direção atuou na aprovação da norma que disciplina a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio. Ademais, foram discutidas e aprovadas as diretrizes e prioridades de gestão diretamente vinculadas aos componentes do Planejamento Estratégico Institucional.

### **3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico**

Como já relatado, o ICMBio é um órgão com altíssima capilaridade, contando com mais de 380 unidades organizacionais descentralizadas distribuídas por todos os estados e no Distrito Federal, neste sentido o alinhamento e acompanhamento do processo de gestão e monitoramento dos resultados por unidade organizacional é altamente dependente do uso de ferramenta informatizada acessível e alimentada pelas unidades por meio da rede mundial de computadores- internet.

Diante desta realidade, na segunda fase do planejamento estratégico, desenvolvido entre os anos de 2010 e 2012, a partir da definição dos indicadores institucionais, iniciou-se um processo desdobramento de indicadores e estabelecimento de metas para todo o conjunto das unidades do órgão. Para isto, o órgão desenvolveu e implantou em 2012, o Sistema Integrado de Gestão Estratégica-SIGE, visto que a primeira experiência, em 2011, de desdobramento das metas e acompanhamento dos resultados por meio de planilhas não logrou êxito.

O SIGE não foi utilizado a partir de 2015, em função da necessidade de adequações na sua plataforma tecnológica e para evolução de funcionalidades de forma a adequá-lo às necessidades, simplificando-o, tornando-o mais intuitivo e flexível quanto à inclusão de indicadores operacionais de cada unidade favorecendo os planejamentos locais.

Em função do cenário de cortes orçamentários de 2016, foi necessária a interrupção/não renovação dos contratos de serviços de TI de desenvolvimento de sistemas do órgão e inevitavelmente o desenvolvimento da nova versão do SIGE foi suspensa.

Pelas peculiaridades do órgão, a falta de um sistema informatizado dificulta a organização e sistematização de informações sobre o processo de desdobramento de indicadores e metas e acompanhamento dos resultados pela área de planejamento estratégico, neste sentido estão sendo

---

realizados esforços para finalização e operacionalização de nova ferramenta institucional, acessível via web, de acompanhamento do planejamento e gestão estratégica organizada na matriz das unidades organizacionais descentralizadas, mas ao mesmo tempo integrada a todo o conjunto.

As informações dos resultados globais estabelecidos pela instância estratégica (por meio de indicadores e metas), são obtidos pela área de planejamento e gestão estratégica diretamente às Coordenações Gerais - que corresponde a instância tática responsável no âmbito de suas competências pelo planejamento e coordenação das ações nas unidades- sem que no entanto, atualmente, falta da ferramenta informatizada eficiente, seja possível mensurar o conjunto de resultados obtidos na matriz de cada unidade organizacional descentralizada.

### **3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas**

-A reforma administrativa e respectiva redução de cargos, impactou na extinção da estrutura da Coordenação de Planejamento do Instituto, tais atribuições foram absorvidas por uma divisão alocada no Gabinete da Presidência.

- Há carência de técnicos especializados em gestão estratégica e que conheçam a fundo a temática e funcionamento do órgão. Neste sentido, ao longo dos últimos anos, o ICMBio tem realizado cursos de formação para capacitar técnicos de seu quadro no tema e que se encontram distribuídos em todo o país.

- Há esforço para constituição de um comitê assessor ao planejamento e gestão estratégica institucional formado pelos técnicos capacitados ao longo dos últimos, como medida de fortalecimento das ações da área.

## **3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização**

A gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização ocorre de forma descentralizada nas onze Coordenações Regionais, desde a lavratura dos autos de infração até o julgamento em 1ª Instância, notificação do autuado do julgamento e cobrança do valor estabelecido. Atualmente, cada CR é responsável pela consolidação e gerenciamento de seus dados. Caso solicitado o parcelamento do débito, essa cobrança é centralizada na Sede, na Coordenação de Arrecadação (Coarr), no âmbito da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan).

Constatada inadimplência, os processos também são encaminhados à Coarr para prosseguimento da cobrança, o que implica na adoção de providências de inclusão do nome do autuado no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e envio às Procuradorias junto às Coordenações Regionais para inscrição na dívida ativa da união. Havendo recurso do julgamento em 1ª Instância por parte do autuado, o processo é encaminhado à Coordenação Geral de Proteção (Cgpro), da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman), responsável por coordenar as atividades finalísticas a exemplo de fiscalização e combate a incêndios florestais em UC.

A Cgpro avalia os autos de infração e emite parecer com sugestão de posicionamento relativo ao mérito da autuação. O presidente por sua vez, manifesta-se acatando ou não o posicionamento proposto, sendo que, ao fim desta etapa o processo é encaminhado à Coarr, visando proceder à cobrança a partir da notificação do autuado.

### **Medidas adotadas visando à melhoria da Gestão das Multas Aplicadas**

Encontra-se em desenvolvimento e implantação o Sistema de Arrecadação (SARR), cujo esforço é no sentido de que o mesmo seja institucionalizado no exercício de 2016. O Sistema se apresenta como uma ferramenta de gestão imprescindível à Coordenação de Arrecadação no gerenciamento de arrecadação das multas ambientais, inclusive com a descentralização, às Coordenações Regionais, da

operacionalização de toda cobrança decorrente das decisões em 1ª Instância. No que se refere às informações requeridas pelo TCU em números absolutos e montante das multas em situação de: (i) inscrição no Cadin; (ii) risco de prescrição; (iii) canceladas ou suspensas; e (iv) percentuais de arrecadação em relação às multas aplicadas; as maiores dificuldades hoje existentes no ICMBio dizem respeito ao controle das autuações e julgamentos no âmbito das suas onze Coordenações Regionais (1ª Instância), sendo que cada CR é responsável pela consolidação e gerenciamento de seus dados. Por sua vez, para o controle das autuações, essas Coordenações dependem de providências instrutórias a cargo das chefias de cada uma das unidades de conservação federais. Nesse contexto, o controle realizado no campo de atuação da Sede é feito por meio de informações coletadas das Coordenações Regionais, registradas em planilhas eletrônicas, o que dificulta a avaliação global dos quantitativos das autuações em âmbito nacional, uma vez que a Sede não dispõe de sistema de acompanhamento do trâmite dos julgamentos em primeira instância. Dessa forma, ficou prejudicada a obtenção dos dados consolidados das onze CR, o que inviabilizou a disponibilização das informações requeridas. A partir das constatações mencionadas, o ICMBio submeteu ao Fundo Amazônia gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento- Bndes, projeto que prevê desenvolvimento de sistema que permita estabelecer controle mínimo de forma centralizada das multas aplicadas em nível nacional, bem como dos resultados decorrentes de cada auto de infração emitido.

#### **Quantitativo de processos no âmbito da segunda instância**

No trâmite processual para julgamento em segunda instância, no âmbito da sede do Instituto, regra geral é que a prescrição só se consuma nos autos que fiquem paralisados por mais de 3 (três) anos. Nesse sentido, visando evitar a ocorrência da prescrição intercorrente, adotou-se como medida, a análise prévia do prazo prescricional para definição dos processos analisados. Tal medida tem se mostrado efetiva uma vez que não há, a princípio, registros de ocorrência de prescrição na esfera dos julgamentos em segunda instância.

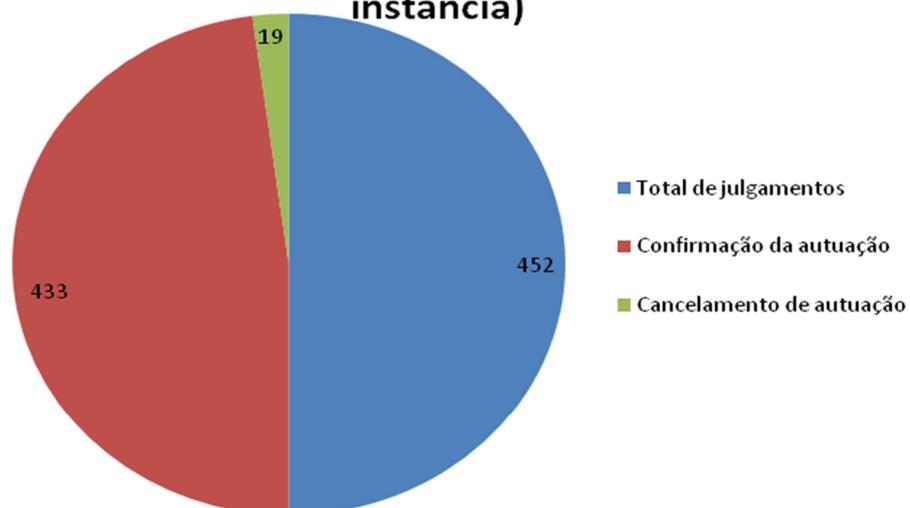
Na tabela, a seguir, são demonstrados os seguintes dados relacionados aos indicadores restritos aos julgamentos realizados no âmbito de segunda instância, relativos ao período de 2013/2016: totalização dos autos de infração julgados, confirmados e cancelados, ressaltando a não ocorrência de prescrições. Observa-se equilíbrio entre os autos julgados e confirmados nos exercícios demonstrados, ressaltando apenas pequeno acréscimo dos cancelamentos. No ano de 2016 com a transição de governo e conseqüentemente de gestão no âmbito do MMA e ICMBio, houve uma redução do número de autos de infração julgados, porém não foi identificada prescrição de processos no período. Em 2017 a expectativa é que os números de autos de infração julgados voltem ao patamar de 2015.

#### **Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância)**

<b>Multas Aplicadas (Julgamento de segunda instância)</b>				
<b>Exercício</b>	<b>Total de julgamentos</b>	<b>Confirmação da autuação</b>	<b>Cancelamento de autuação</b>	<b>Prescrições</b>
<b>2013</b>	24	23	1	0
<b>2014</b>	128	123	5	0
<b>2015</b>	210	204	6	0
<b>2016</b>	90	83	7	0
<b>Totais</b>	452	433	19	0

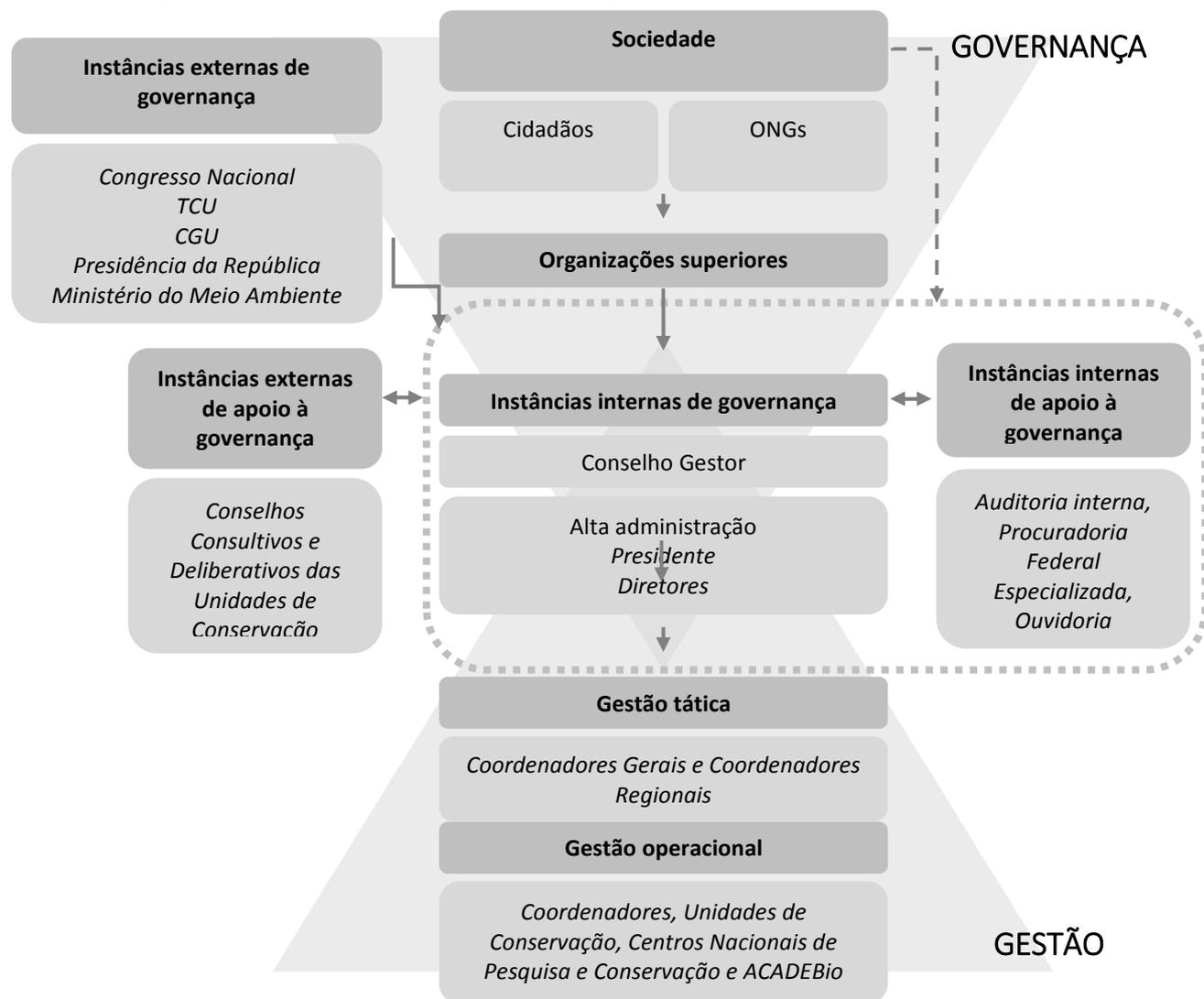
#### **Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância)**

### Multas Aplicadas (Julgamento de segunda instância)



# 4- Governança, gestão de riscos e controles internos

## 4.1- Descrição das Estruturas de governança



### Legenda (segundo o [Referencial Básico de Governança do TCU](#))

Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

---

organização.

políticas formuladas  
atendam ao interesse  
público servindo de elo  
entre principal e agente.

## **4.2- Gestão de riscos e controles internos**

### ***4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos***

A gestão do ICMBio busca constantemente a excelência de seu desempenho organizacional, primando, em especial, pela qualidade, confiabilidade e agilidade das informações que dão suporte à decisão. Com a prática de monitoramentos constantes por meio de reuniões sistemáticas do Comitê Gestor do Instituto, composto pelo presidente, diretores, assessores, auditor interno, procurador federal especializado, e, por vezes, estendido à participação dos coordenadores regionais, criou-se um ambiente de controle favorável no qual são rotineiramente discutidos ações, diretrizes e planos específicos das áreas finalísticas, bem como metodologias administrativas da área meio, buscando o constante aperfeiçoamento na busca da garantia e maximização dos resultados.

A exposição a riscos é inerente às atividades desempenhadas pelo instituto. Nesse sentido, embora não se possua ainda uma matriz de riscos formalizada para considerar eventos potenciais que prejudiquem a realização dos objetivos traçados, sempre se busca propostas de soluções ágeis e providências tempestivas, além de normativos internos e propositura de legislações, no intuito de minimizar, a níveis aceitáveis, a exposição a tais riscos.

Cabe esclarecer que os inúmeros contingenciamentos orçamentários e a deficiente quantidade de servidores frente ao universo de atividades demandadas pelo Instituto, forçosamente, levam à necessidade de revisão e aperfeiçoamento dos controles e, mesmo diante deste cenário, a instituição procura sempre orientar sua força de trabalho para que a consecução das atividades seja pautada nos princípios e na adequação dos controles internos.

Tais revisões e aperfeiçoamento dos controles são práticas constantes e o que se vem obtendo de resultado, com essa dinâmica, é um ambiente favorável à absorção efetiva dos instrumentos de controle, pelos diversos macroprocessos e processos institucionais, na medida em que as pessoas da organização entendem e têm consciência de controle que as estimulam a adotarem postura proativa diante de suas responsabilidades, seus limites de atuação e suas competências perante às situações, sempre no sentido da melhoria institucional.

### ***4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna***

No exercício de 2016, a Unidade de Auditoria Interna do ICMBio envidou seus esforços no sentido de melhor acompanhar os atos e fatos da gestão do instituto, muito embora não da forma adequada devido à peculiaridade, já reiteradamente informada, sobre a inexistência de setores primordiais e específicos para tratarem dos assuntos de corregedoria, ouvidoria e Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), que, por decisões administrativas, acabam por sobrecarregar as atribuições da Auditoria Interna.

A resolução desses problemas foge à governança institucional, visto as constantes tratativas do ICMBio, junto aos órgãos competentes, na criação dessas instâncias, sem se obter o êxito desejado. Nesse mister importante, mais uma vez, exaltar a prestimosa colaboração direta da equipe de Auditores do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (CGU) no planejamento e na execução das auditorias que avaliam e monitoram a gestão do ICMBio.

---

Desse modo, é aspiração da Auditoria Interna poder se dedicar exclusivamente na avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos controles internos, além de acompanhar, de forma amíúde, as metas, leis, normas, os planos e regulamentos.

Em que pese esses entraves, a Auditoria Interna junto à administração do ICMBio vêm conseguindo executar uma gestão que prima pela qualidade, confiabilidade e agilidade das informações que dão suporte à decisão. São exercidos monitoramentos constantes por meio de reuniões sistemáticas do Comitê Gestor do Instituto, que favorecem discussões e correções de rotas quanto as ações, diretrizes e planos específicos das áreas finalísticas e administrativas, na busca constante da maximização dos resultados.

Por fim, embora haja necessidades de aprimoramentos nos controles, decorrentes dos desafios da Instituição, principalmente no que se refere a sua área geográfica de atuação, com diversas unidades de conservação, não raro, situadas em pontos remotos do país, somos de opinião que os controles internos da instituição são satisfatoriamente confiáveis, em que pese suas necessidades sempre prementes de melhorias, dentre elas, tecnológicas e de adequação do quantitativo de pessoal.

---

## 5- Áreas especiais da gestão

### 5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

Abaixo, segue quadro com informações referentes aos aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

#### Considerações gerais

Por força do Termo de Compromisso nº/11, os itens recolhidos na coleta seletiva são destinados para a Cooperativa de Reciclagem Ambiental Construir.

## 6- Relacionamento com a sociedade

### 6.1- Canais de acesso do cidadão

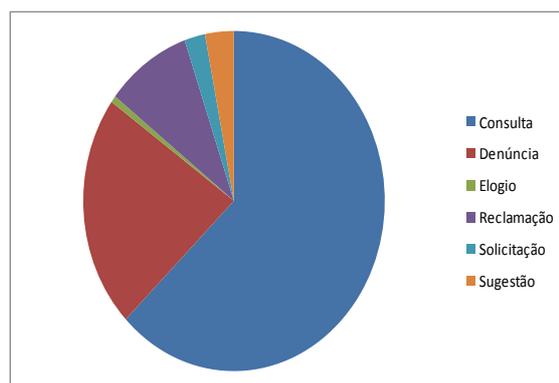
Os principais canais de relacionamento com a sociedade são a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), todos inseridos na estrutura da Auditoria Interna.

Os resultados obtidos com as atividades desempenhadas, por meio destes canais de acesso, têm demonstrado maior interação do ICMBio com os seguimentos da sociedade, possibilitando que o exercício da cidadania, por meio do controle social, contribua para a melhoria dos resultados institucionais.

#### OUVIDORIA

Foram recebidas em 2016, no âmbito da Auditoria Interna, por meio eletrônico, 1584 manifestações referentes a assuntos de ouvidoria, das quais foram atendidas 1016, (representando 64%), as 568 restantes (36%), encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2016, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Informações sobre o atendimento (2016)				
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações (A)	Concluídas (B)	Pendentes	Resultado (B/A)
Consulta	994	664	330	67%
Denúncia	351	206	145	59%
Elogio	10	10		100%
Reclamação	145	92	53	63%
Solicitação	35	15	20	43%
Sugestão	49	29	20	59%
<b>Total geral</b>	<b>1584</b>	<b>1016</b>	<b>568</b>	<b>64%</b>



#### SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Foram recebidos em 2016, no âmbito da Auditoria Interna, por meio do Sistema e- SIC, 283 pedidos de informações, os quais foram plenamente atendidos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Informações sobre o atendimento SIC (2016)		
Pedidos recebidos	Pedidos atendidos	Pedidos encaminhados a outros órgãos
283	273	10

### 6.2- Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços encontra-se em estágio de elaboração (Processo SEI nº 02070.003071/2017-12), havendo uma grande complexidade na sua construção em função da capilaridade e distribuição geográfica das unidades organizacionais do órgão, bem como a diversidade de serviços prestados pelo órgão à sociedade. O documento, com previsão de finalização em 2017, será devidamente disponibilizado à sociedade, por intermédio do sítio do Instituto.

### 6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O ICMBio, nos relacionamentos com os cidadãos usuários, vem pautando suas atividades observando as diretrizes constantes do artigo 1º do Decreto n.º 6.932/2009, muito embora não utilize ainda ferramentas de pesquisa de satisfação, conforme descrito no artigo 12, do referido Decreto. No entanto, são franqueados aos usuários canais como ouvidoria, fale conosco e auditoria para que possam expressar o grau de satisfação com o atendimento institucional. (Texto AUDIN)

Cabe ressaltar que atualmente existem 275 conselhos consultivos ou deliberativos nas unidades de conservação, os quais agregam representantes dos diversos setores da sociedade, e por meio destes, avaliam, participam e contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de gestão institucional.

### 6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações do ICMBio		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf</a>	Quadrienal
Planejamento estratégico	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica">http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica</a>	Anual
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html</a> (Relatório de Gestão Interno)	Anual
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	<a href="http://qv.icmbio.gov.br/">http://qv.icmbio.gov.br/</a>	Mensal/Anual
Balanco financeiro	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BF-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BF-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>	Anual
Balanco orçamentário	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BO-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BO-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>	Anual
Balanco patrimonial	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BP-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-BP-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>	Anual
Demonstrações dos fluxos de caixa	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-DFC-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-DFC-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>	Anual
Demonstrações das variações patrimoniais	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-DVP-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/BGU-DVP-Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>	Anual
Notas explicativas	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/Notas_Explicativas_ICMBio_2016.docx">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/Notas_Explicativas_ICMBio_2016.docx</a>	Anual

<b>Declaração do Contador</b>	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/Declaracao_do_Contador.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/Declaracao_do_Contador.pdf</a>	Anual
<b>Relatórios de gestão</b>	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html</a>	Anual
<b>Relatórios de auditoria de gestão</b>	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/auditorias/processos-de-contas-anuais.html">http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/auditorias/processos-de-contas-anuais.html</a>	Anual
<b>Estrutura organizacional</b>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7515.htm</a>	Quando há alteração
<b>Organograma</b>	<a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf</a>	Quando há alteração
<b>Regimento interno</b>	Em elaboração.	

## 7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

### 7.1- Desempenho financeiro do exercício

Os valores informados na tabela e gráfico, a seguir, referem-se às principais receitas orçamentárias efetivamente realizadas nos exercícios de 2015 e 2016, de acordo com as respectivas demonstrações contábeis do ICMBio, constantes do SIAFI. As principais receitas previstas para o exercício de 2017, constantes da tabela, foram extraídas da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o respectivo exercício.

#### Principais receitas orçamentárias realizadas nos exercícios 2015 e 2016 e previstas para 2017

Receitas	Descrição	Receitas Realizadas		Receitas Previstas (LOA)		
		2015	2016	2017	Ajustes	Saldo Ajustado
A	Arrendamentos e aluguéis (integrantes das receitas Patrimoniais)	16.717	14.753	16.487		16.487
	Exploração de recursos naturais (integrantes das receitas patrimoniais)	0	1.854	<sup>(2)</sup> 311.861	(198.421)	113.440
B	Visitação parques nacionais e licenciamentos ambientais	76.600	<sup>(1)</sup> 145.635	65.948		65.948
C	Produção vegetal	3.676	1.888	3.562		3.562
D	Outras receitas	2.960	6.673	13.162		13.162
<b>Receitas Próprias</b>		<b>99.953</b>	<b>170.803</b>	<sup>(3)</sup> <b>411.020</b>	<b>(198.421)</b>	<b>212.599</b>
E	Repasse Tesouro Nacional	408.457	463.402	<sup>(4)</sup> 843.936	(330.695)	513.241
<b>Totais</b>		<b>508.410</b>	<b>634.205</b>	<b>1.254.956</b>	<b>(529.116)</b>	<b>725.840</b>

Fonte: SIAFI

Com relação aos valores das receitas demonstradas na tabela precedente, cabe observar os seguintes esclarecimentos:

<sup>(1)</sup> **Receitas Próprias Realizadas em 2016:** contribuíram para o acréscimo observado em “visitação parques nacionais e licenciamentos ambientais – item B” os licenciamentos concedidos pelas Florestas Nacionais de Saracá-Taquera, no valor de **R\$ 73.352mil** no mês de julho, e de Tapirapé-Aquiri, no valor de **R\$ 8.268mil** no mês de dezembro;

<sup>(2)</sup> **Receitas Próprias Previstas para 2017:** o saldo de **R\$ 311.861mil**, registrado no “item A - exploração de recursos naturais”, decorre da inclusão no orçamento geral da união de **R\$ 308.421mil** de recursos da compensação ambiental, em atendimento à determinação do TCU. Esses recursos eram depositados em conta escritural junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e tratados como receita

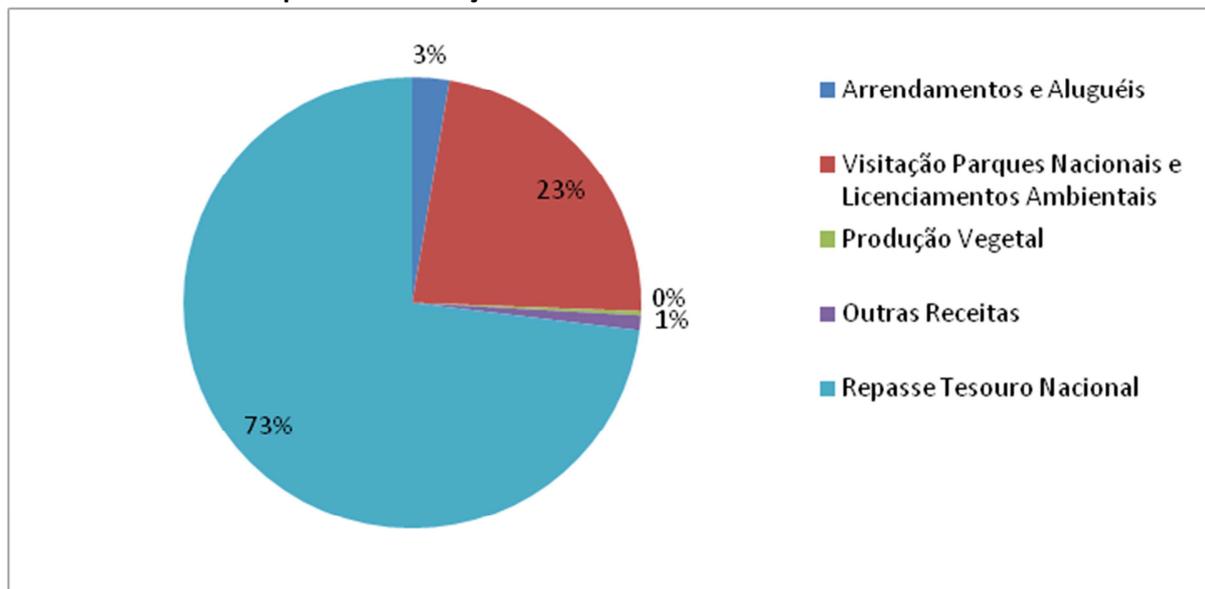
extraorçamentária. Esclarecimentos a respeito constam do item específico deste relatório intitulado “compensação ambiental”.

Ressalte-se que dos mencionados recursos, de **R\$ 308.421mil**, foi criada reserva de contingência, no valor de **R\$ 198.421mil**, ficando à disposição do ICMBio apenas **R\$ 110.000mil**. Esse valor de **R\$ 308.421mil**, atualizado pela correção monetária até 31/12/2016, totalizou **R\$ 325.313mil** ao final do exercício de 2016;

(3) **Ajuste das receitas próprias do ICMBio previstas para 2017, de R\$ 411.020mil para R\$ 212.599mil**, em decorrência da reserva de contingência, no valor de **R\$ 198.421mil**, constituída a partir dos recursos da compensação ambiental, conforme informação constante do item precedente (**R\$ 411.020mil – R\$ 198.421mil = R\$ 212.599mil**); e

(4) **Tendo em vista o ajuste decorrente do cumprimento das sentenças judiciais (precatórios), no valor de R\$ 330.695mil, constantes da LOA 2017, o valor de repasse do tesouro nacional constante da tabela precedente, de R\$ 843.936mil, foi ajustado para R\$ 513.241mil (R\$ 843.936mil – R\$ 330.695mil = R\$ 513.241mil).**

**Principais receitas orçamentárias realizadas no exercício de 2016**



Ressalte-se que 73% das receitas totais de **R\$ 634.205mil**, realizadas no exercício de 2016, referem-se aos valores repassados pelo Tesouro Nacional, no valor de **R\$ 463.402mil**. Os 27% restantes, relativos às receitas próprias, de **R\$ 170.803mil**, originam-se basicamente de arrecadações junto aos parques nacionais, relativas às visitas e licenciamentos ambientais concedidos, os quais representam 23% dessas receitas.

### **Principais Despesas**

Na tabela, a seguir, são informadas as principais despesas executadas pelo ICMBio nos exercícios de 2015 e 2016, considerando os valores empenhados nos respectivos exercícios, extraídos das Demonstrações Contábeis do Instituto, constantes do SIAFI. Para o exercício de 2017 são destacados os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Observa-se que, à exceção das despesas com pessoal, os gastos concentram-se praticamente em serviços com a administração da unidade, lembrando que o ICMBio conta com mais de 320 (trezentos e vinte) unidades de conservação espalhadas por todo território nacional.

Principais despesas orçamentárias executadas nos exercícios 2015 e 2016 fixadas para 2017

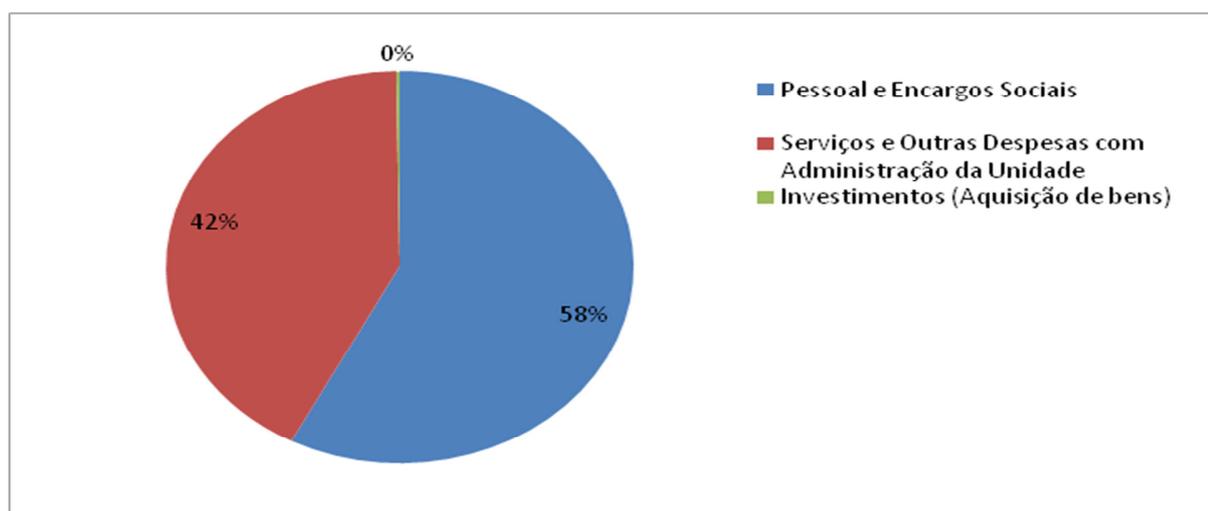
Despesas	Descrição	Despesas Executadas (Empenhadas)		Despesas Fixadas (LOA)
		2015	2016	2017
A	Pessoal e encargos sociais	334.013	353.006	378.956
B	Serviços e outras despesas com administração da unidade	250.082	257.800	272.721
D	Investimentos (aquisição de bens)	3.785	1.489	33.120
E	Outras	801	496	0
<b>Totais</b>		<b>588.681</b>	<b>612.791</b>	<b>684.797</b>
Restos a pagar inscritos no exercício		(52.150)	(38.451)	
Totais despesas pagas		536.531	574.340	
Inversões financeiras <sup>(1)</sup>				371.738
Reserva de contingência <sup>(2)</sup>				198.421
<b>Total conforme LOA 2017</b>				<b>1.254.956</b>

Fonte: SIAFI

<sup>(1)</sup> Composição das Inversões Financeiras: **R\$ 330.695mil + R\$ 40.873mil + R\$ 170mil = R\$ 371.738mil**, ou seja, **R\$ 330.695mil** relativos a sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios), e **R\$ 40.873mil** mais **R\$ 170mil**, referentes a recursos oriundos da compensação ambiental destinados à regularização fundiária.

<sup>(2)</sup> Trata-se de recursos da compensação ambiental constantes das receitas “exploração de recursos naturais”, os quais foram contingenciados pelo tesouro nacional, conforme destaque no item “Principais Receitas Orçamentárias”, demonstrados na respectiva tabela das receitas.

Principais despesas orçamentárias executadas no exercício 2016



Conforme demonstrado no gráfico precedente, em 2016 as despesas com pessoal, no valor de **R\$ 353.006mil**, representam 58% dos gastos totais e os gastos com administração do Instituto, de **R\$ 257.800mil**, totalizam praticamente os 42% restantes.

### Compensação Ambiental

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, como medida reparadora o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação. Essa reparação é denominada de “compensação ambiental” prevista no art. 36 da Lei nº 9.985/2000.

As arrecadações provenientes dessa fonte de recursos, até o exercício de 2016, eram tratadas como de natureza extraorçamentária e de responsabilidade do ICMBio.

Nos termos da Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 05/12/2014, as modalidades de cumprimento dessa obrigação poderiam ser cumpridas pelo Empreendedor como – modalidade denominada “execução direta” ou por meio de depósito em contas escriturais – junto à Caixa Econômica Federal - CEF, denominada “execução indireta”, tendo como vigência, em ambos os casos, o período de 12 (doze) meses.

Entretanto, a partir do posicionamento do TCU, proferido por meio dos Acórdãos nºs 1.853/2003, 1.004/216 e 1.772/2016, foi pacificado entendimento que determina ao empreendedor a responsabilidade de execução direta.

Nesse sentido, a partir de abril de 2016, a modalidade de execução indireta, ou seja, executada pelo ICMBio com recursos depositados junto à CEF não mais pode ser implementada.

Em cumprimento, a partir de 2017 os recursos recolhidos e depositados junto à CEF foram internalizados ao Orçamento Geral da União. Ressalte-se que o saldo desses depósitos totalizavam R\$ 325.313mil, em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado na tabela, a seguir, intitulada “principais receitas originárias da compensação ambiental na modalidade indireta”.

Ressalte-se, ainda, que no exercício de 2016, na modalidade “execução direta” foram assinados com os Empreendedores 10 (dez) termos de compromisso para o cumprimento das compensações ambientais.

Na tabela, a seguir, são disponibilizadas informações relacionadas aos recursos arrecadados até o exercício de 2016 na modalidade indireta, ou seja, depositados em contas escriturais junto à CEF e vinculados às ações a que se destinam.

#### Principais receitas originárias da compensação ambiental na modalidade indireta

R\$ mil

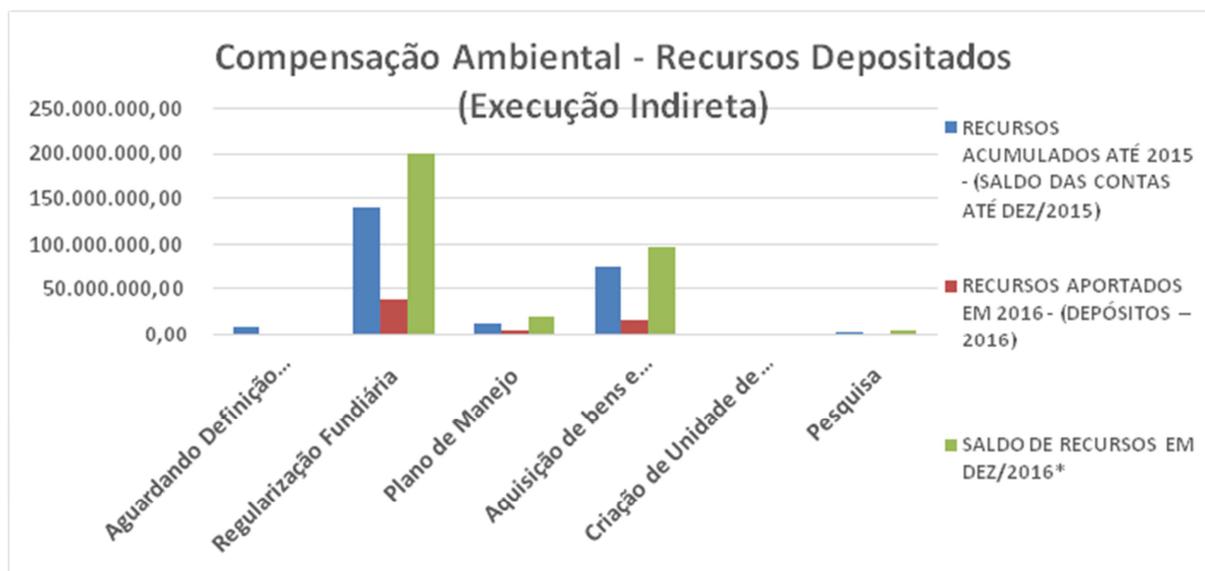
AÇÃO DESTINADA	RECURSOS ACUMULADOS ATÉ 2015 (SALDO DAS CONTAS ATÉ DEZ/2015)	RECURSOS APORTADOS EM 2016 (DEPÓSITOS/2016)	SALDO DE RECURSOS EM DEZ/2016 <sup>(1)</sup>
Aguardando definição pelo CCAF	9.327	0	0
Regularização fundiária	140.423	39.284	201.830
Plano de manejo	13.263	6.045	20.867
Aquisição de bens e serviços	75.010	16.981	97.835
Criação de UC	1.560	0	0
Pesquisa	4.277	0	4.781
<b>TOTAL</b>	<b>243.860</b>	<b>62.310</b>	<b>325.313</b>

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

(1) Saldo acrescido da correção monetária, conforme último relatório financeiro disponibilizado pela Caixa Econômica Federal (31/12/2016).

Conforme demonstrado no gráfico, a seguir, os recursos destinados à regularização fundiária, de **R\$201.830mil**, seguida do cumprimento da obrigação, pelo Empreendedor, mediante aquisição de bens e serviços destinados às unidades de conservação, no montante de **R\$ 97.835mil**, constituem as principais fontes de receita até o exercício de 2016.

#### Principais receitas originárias da compensação ambiental na modalidade indireta



Considerando as aplicações vinculadas às ações a que se destinam as receitas arrecadadas, são demonstradas, a seguir, as principais aplicações (despesas), executadas até o exercício de 2016, em benefício das unidades de conservação onde ocorreram os impactos ambientais.

#### Principais despesas da compensação ambiental (execução indireta)

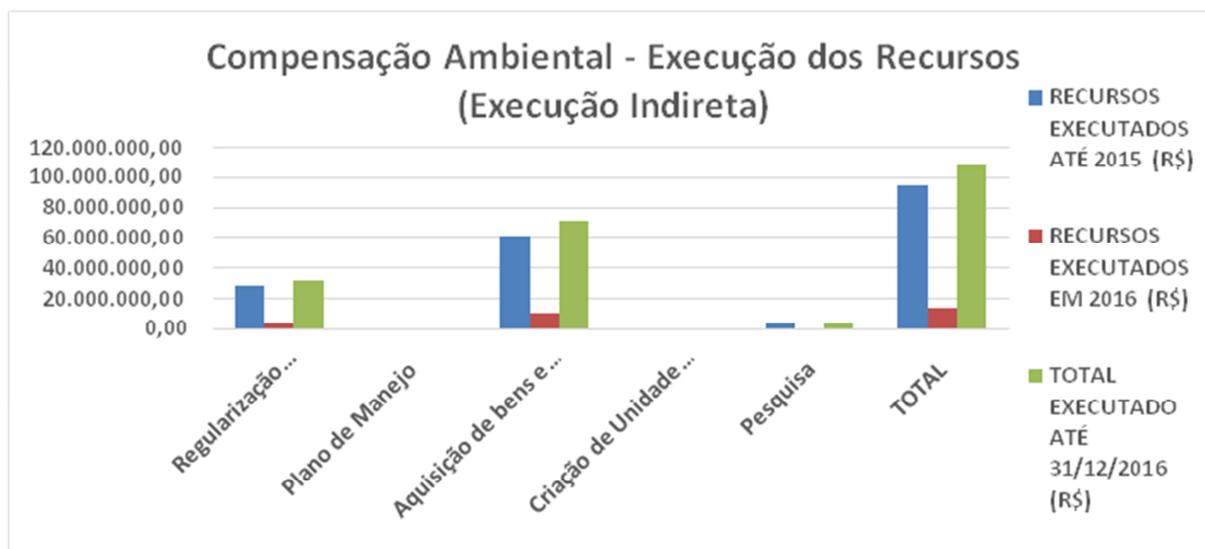
R\$ mil

AÇÃO EXECUTADA	RECURSOS EXECUTADOS ATÉ 2015	RECURSOS EXECUTADOS EM 2016	TOTAL EXECUTADO ATÉ 31/12/2016
Regularização fundiária	28.828	3.192	32.020
Plano de manejo	793	39	832
Aquisição de bens e serviços	61.128	10.156	71.284
Criação de UC	0	0	0
Pesquisa	4.075	2	4.077
<b>TOTAL</b>	<b>94.824</b>	<b>13.389</b>	<b>108.213</b>

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

No gráfico, a seguir, são demonstradas as principais despesas realizadas até o exercício de 2016, em que se observa maior direcionamento dos gastos para a manutenção e estruturação das unidades de conservação beneficiadas, mediante gastos com aquisição de bens e serviços no valor de **R\$ 71.284mil**, enquanto a regularização fundiária atingiu o montante de **R\$ 32.020mil**.

Principais despesas da compensação ambiental (execução indireta)



Na tabela e gráfico, a seguir, são demonstrados os valores executados pelos Empreendedores na modalidade Direta, conforme planos de aplicação constantes dos termos de compromisso firmados com o ICMBio.

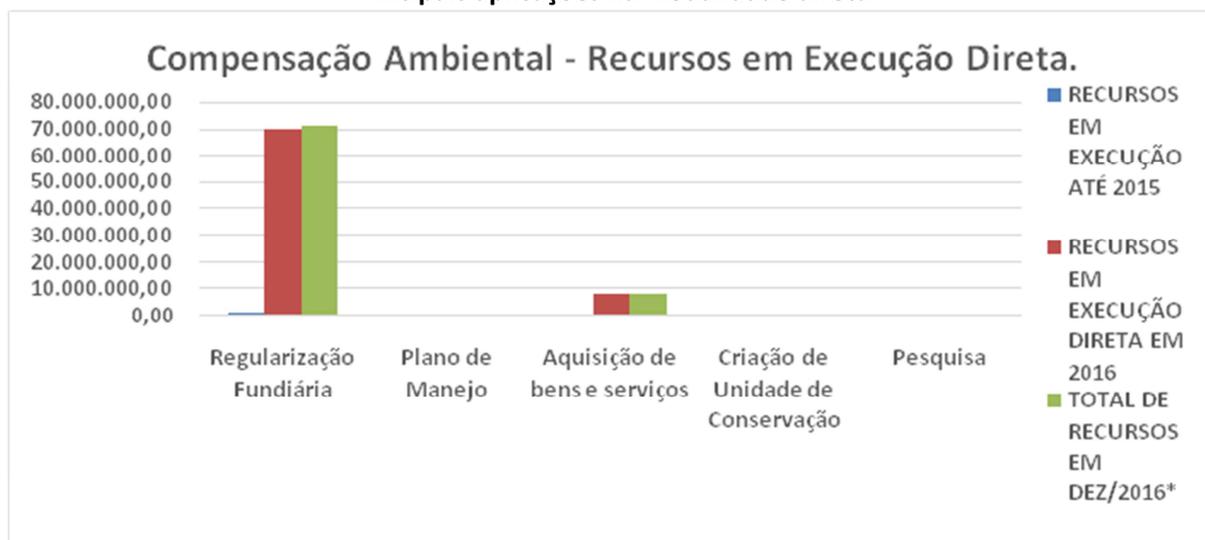
#### Principais aplicações na modalidade direta

R\$ mil

AÇÃO DESTINADA	RECURSOS EM EXECUÇÃO ATÉ 2015	RECURSOS EM EXECUÇÃO DIRETA EM 2016	TOTAL DE RECURSOS EM DEZ/2016*
Regularização fundiária	1.531	69.779	71.310
Plano de manejo	210	0	210
Aquisição de bens e serviços	0	8.155	8.155
Criação de UC	0	0	0
Pesquisa	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.741</b>	<b>77.934</b>	<b>79.675</b>

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

## Principais aplicações na modalidade direta



### 7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

No que se refere ao tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, ressalte-se que apesar de todos os esforços empreendidos, no âmbito do ICMBio não se concretizou ainda a implementação total dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos (NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e da NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público).

Tal dificuldade decorre da descentralização do patrimônio, cujo registro dos bens no SIAFI ocorre nas UAAF, localizadas nos Estados. Este fato cria grandes dificuldades voltadas para realização dos inventários de bens do Instituto por todo o território nacional, considerando as suas mais de 320 (trezentos e vinte) unidades de conservação federais e a quantidade de bens originários do Ibama. Cabe destacar que apenas a depreciação continua sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em *excel* alimentadas manualmente.

O método utilizado para os cálculos da depreciação nas citadas planilhas é o de quota constante, de acordo com a macrofunção SIAFI 020330, item 47, que estabelece:

*“O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas”.*

Para os citados cálculos, utilizam-se ainda os seguintes critérios:

- ✓ depreciação efetuada no mês seguinte ao da aquisição, e registro no SIAFI realizado na conta correspondente ao bem adquirido;
- ✓ vida útil mensal; e
- ✓ utilização das taxas definidas conforme macrofunção SIAFI 020330.

### 7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema Integrado de Gestão – SIG-ICMBio, conectado ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), é a ferramenta operacional própria, atualmente disponível para agregação de

informações da gestão orçamentária e financeira do Instituto, que permite obter os dados relativos à apuração de custos por Unidade Gestora Responsável (UGR).

O SIG-ICMBio permite que todas as informações relacionadas à execução orçamentária e financeira, contemplando desde a programação anual de cada contrato até os desembolsos mensais, sejam registradas no Sistema.

Com a utilização da figura da Unidade Gestora Responsável (UGR), é possibilitado ao Instituto realizar a apropriação dos custos operacionais de funcionamento de cada uma de suas subunidades administrativas finalísticas, quais sejam, as unidades de conservação federais, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as Coordenações Regionais.

#### 7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balço Financeiro	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_FINANCEIRO - BF -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_FINANCEIRO - BF -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>
Balço Orçamentário	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_ORCAMENTARIO - BO -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_ORCAMENTARIO - BO -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>
Balço Patrimonial	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_PATRIMONIAL - BP -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUBALANCO_PATRIMONIAL - BP -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>
Demonstração dos Fluxos de Caixa	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUEMONSTRACOES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUEMONSTRACOES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC -Anual-Orgao44207-Suborgao44207.pdf</a>
Demonstração das Variações Patrimoniais	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUEMONSTRACOES DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DVP -AnualOrgao44207-Suborgao44207.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorios/BGUEMONSTRACOES DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DVP -AnualOrgao44207-Suborgao44207.pdf</a>
Notas Explicativas	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/Notas_Explicativas_ICMBio_2016.docx">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/Notas_Explicativas_ICMBio_2016.docx</a>
Declaração do Contador	<a href="http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/Declaracao do Contador.pdf">http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/Declaracao do Contador.pdf</a>

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<b>Acórdão 3.101/2013 TCU-Plenário</b>	<b>9.3.1</b>	Dote as unidades de conservação federais de plano de manejo adequados à sua realidade visando o aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental dessas áreas, conforme preceitua o art. 27 da Lei 9.985/2000.	Essa recomendação vem sendo implementada sendo que no ano de 2016 atingimos o patamar de aproximadamente 54% das unidades de conservação com planos de manejos elaborados. Encontra-se em elaboração mais 70 planos.
	<b>9.3.2</b>	Estude, em conjunto com o Ministério do Turismo, formas de implementar projetos-piloto que busquem alternativas para o incremento da visitação, do turismo e da recreação nas unidades de conservação do bioma Amazônia, de forma a atender o exposto no art. 4º, XII, da Lei 9.985/2000.	Foi estabelecida parceria com o Ministério do Turismo, em processo de revisão, cujo objetivo é conjugar esforços para o fortalecimento da atividade turística nos parques nacionais brasileiros por meio de melhoria da infraestrutura de uso público, da qualidade dos serviços prestados à sociedade por meio de acesso à informação, divulgação e administração mais eficiente dessas áreas.
	<b>9.3.3</b>	Promova ações de articulação institucional para aprimorar a infraestrutura de apoio à pesquisa a fim de incrementar o número de pesquisas realizadas na Amazônia, em atenção ao art. 32 da Lei 9.985/2000.	Resposta contida no Ofício nº 12/2016 – GABIN/PRESI/ICMBio de 06 de janeiro de 2016. Concomitantemente o ICMBio lançou em novembro de 2015, o Portal da Biodiversidade ( <a href="http://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br">portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br</a> ), para disponibilizar a sociedade brasileira dados e informações sobre a biodiversidade gerados ou recebidos pelo MMA e instituições vinculadas.
	<b>9.3.4</b>	Realize levantamento de informações a respeito da situação fundiária nas unidades de conservação federais a fim de subsidiar o planejamento das ações de regularização fundiária, de forma a atender o exposto nos artigos 9º, 10, 11, 17 e 18 da Lei 9.985/2000.	Resposta contida no Ofício nº 12/2016 – GABIN/PRESI/ICMBio, de 06 de janeiro de 2016, uma das ações que seriam implementadas para sistematizar as informações fundiárias das UC seria o sistema de informação gerencial sobre a consolidação territorial em UC federal (Sigterra). O sistema foi desenvolvido e encontra-se em fase de alimentação de dados.
	<b>9.3.5</b>	Aperfeiçoe seu macroprocesso de negócios a fim de incrementar as oportunidades de captação de recursos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	O ICMBio vem trabalhando com o Programa de Parcerias Ambientais Público-Privadas, constituído através de Convênio de Cooperação Técnica entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por intermédio do Fundo Multilateral de Investimentos -FUMIN e o Instituto

			Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. O Instituto é a unidade responsável pela coordenação e orientação técnica das atividades do Programa que tem como objetivo geral Formular e Fomentar a aplicação de modelos alternativos e viáveis de parcerias ambientais público-privadas voltadas para a melhoria da gestão, preservação e aproveitamento sustentável das unidades de conservação.
	<b>9.3.6</b>	Defina mecanismos e diretrizes para o estabelecimento formal de parcerias junto aos atores envolvidos na gestão das unidades de conservação federais localizadas no bioma Amazônia, de forma a minimizar a escassez de recursos financeiros e humanos.	O ICMBio criou a Divisão de Parcerias – DPAR que tem como objetivo estratégico a finalidade de contribuir para o estabelecimento de parcerias e outras formas de cooperação com vistas a colaborar na gestão das Unidades de Conservação. Mais especificamente incentivando e estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil, entes públicos e privados para apoio à gestão e implementação do uso público nas unidades de conservação, e elaborando e desenvolvendo mecanismos e diretrizes para o estabelecimento de parcerias.
	<b>9.4</b>	Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nos termos do art. 250, II, do RI/TCU, que apresente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de ação, com base em seu plano estratégico e que contemple as recomendações constantes do item 9.3, com a finalidade de reduzir as carências de recursos financeiros e de pessoal, levando em consideração a possibilidade do uso de recursos tecnológicos já disponíveis em atividades como a de fiscalização.	Algumas ações foram implementadas durante o ano de 2016 tais como: Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que reduziu sobremaneira os custos de material de escritório, contribuindo para suprir um pouco da carência de recursos; Lançamento e implantação do Programa de Voluntariado o que permitiu um incremento de mão de obra nas UC; Desenvolvimento e aprimoramento do modelo de concessões com foco no incremento de arrecadação e prestação de serviços de melhor qualidade; Manejo integrado do fogo; Experimento para utilização de veículo não tripulado em ações de fiscalização e monitoramento. Esse experimento com novas tecnologias visa melhorar a fiscalização e impacta de forma positiva no suprimento de pessoal.
<b>Acórdão 1.2016/2015 TCU-Plenário</b>	<b>9.1.2.1</b>	Definir estratégia de consolidação territorial das unidades de conservação federais, com o estabelecimento de critérios de hierarquização e priorização do processo de regularização fundiária, que considere os aspectos técnicos, legais, econômicos, sociais e ambientais envolvidos nesse processo;	As ações para o cumprimento deste item foram encaminhadas por meio do Ofício nº 12/2016 –GABIN/PRESI/ICMBio de 06 de janeiro de 2016 e continuam em implementação.

	<b>9.1.2.2</b>	Elaborar e entregar o relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País à apreciação do Congresso Nacional, de forma a atender o disposto no art. 51 da Lei 9.985/2000;	O Relatório foi elaborado e encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente por meio do Ofício SEI nº 305/2016 - GABIN/ICMBio de 08 de setembro de 2016, para ser enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.
	<b>9.2.2.1</b>	Estabelecer indicadores que informem a contribuição das unidades de conservação na proteção de espécies ameaçadas, a fim de aperfeiçoar a avaliação e comunicação dos resultados alcançados pelas áreas protegidas na conservação da biodiversidade	As informações sobre este item foram atendidas no Ofício nº 12/2016 – GABIN/PRESI/ICMBio de 06 de janeiro de 2016.
	<b>9.2.2.2</b>	Aprimorar a qualidade da atuação dos conselhos gestores nas unidades de conservação, com o objetivo de propiciar maior participação social na gestão e no aproveitamento sustentável dos recursos naturais dessas áreas	As ações visando o cumprimento dessa recomendação também foram objeto do Ofício nº 12/2016 –GABIN/PRESI/ICMBio de 06 de janeiro de 2016. A IN nº 09/2014 vem sendo implementada em todos os procedimentos de criação e modificação dos conselhos. Durante o ano de 2016 foram elaborados planos de ação para 26% dos conselhos. O diagnóstico dos conselhos vem sendo implementados já tendo atingido o patamar de 65% das UC criadas até o final de 2015.

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201600657	166580	Abrir processo administrativo para apurar as faltas consecutivas incorridas pelo servidor de Matrícula SIAPE nº 1107018, em consonância com o disposto no art. Art. 138 da Lei nº 8.112/90.	Processo Instaurado - n.º 02070.002035/2012-27, com a Portaria de Instauração n.º 439, publicada no Boletim de Serviços n.º 43 de 21/07/2016.
201600657	166581	Realizar levantamento de todos os processos disciplinares existentes no Instituto, com a definição da fase em que se encontram, destacando-se as datas de ocorrência do fato e de ciência pela Administração, fazendo-se a contagem do prazo prescricional de cada um deles para controle, no prazo	Existem 34 processos em fase de análise de admissibilidade.

		de 90 dias.	
201600657	166582	Estruturar a área responsável pelo controle sistemático dos processos disciplinares, preferencialmente por meio da criação de uma Corregedoria Seccional do ICMBio, de modo que procedimentos e prazos disciplinados em lei para sua prescrição e andamento regular sejam atendidos, sob pena de apuração de responsabilidade.	Além das providências adotadas conforme respondido na demanda 152549, informamos que foram elaborados fluxos de processos de trabalhos que se encontram em operação quanto às atividades de corregedoria, de forma que os prazos e andamentos regulares dos diversos processos possam ser atendidos.
201600657	166583	Publicar Portaria interna de atribuições e rotina de trabalho de controle dos processos administrativos disciplinares do Instituto, para que possa haver claro fluxo de trabalho e de responsabilidade sobre o controle destes processos, incluindo os responsáveis pelo parecer jurídico dos processos, quando necessário, e dos prazos processuais.	Foram elaborados fluxos de processos de trabalhos que se encontram em operação na Auditoria Interna, quanto às atividades, atribuições e rotinas de trabalho de corregedoria.
201600657	166584	Adotar providências imediatas no trâmite do processo cadastrado no ICMBio sob o número 02070.002240/2012-92, sob pena de responsabilidade.	Portaria de instauração de PAD n.º 749, publicada no Boletim de Serviços n.º 65 de 24/11/2016.
201600657	166585	Estruturar a área responsável pelo atendimento das demandas da CGU, com recursos humanos suficientes e capacitados, de forma a evitar novos atrasos e omissões no encaminhamento de respostas.	As providências foram adotadas e respondidas na manifestação à demanda n.º 152549 deste Monitor.
201600657	166586	Realizar levantamento dos processos disciplinares desatualizados e não registrados no Sistema CGU-PAD, para proceder à atualização e ao cadastramento dos feitos, com a inclusão das principais peças processuais, tais como relatório final, parecer jurídico, julgamento, portarias e atos que alteram o resultado dos processos, no prazo de 90 dias.	Todos os processos instaurados no ICMBio já estão registrados, atualizados e monitorados via SISTEMA CGU-PAD.
201600657	166587	Estruturar o fluxograma de trabalho e a área responsável pelo cadastramento e atualização de informações e dados no Sistema CGU-PAD, de forma a evitar novas omissões e incompletudes nos registros.	Além das providências adotadas conforme respondido na demanda 152549, informamos que foram elaborados fluxos de processos de trabalhos que se encontram em operação quanto às atividades de corregedoria, de forma a que os registros no CGU-PAD estejam devidamente atualizados e monitorados.
201600657	166588	Manter controle sistemático dos processos disciplinares, de modo que procedimentos e prazos disciplinados pela Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007 sejam atendidos, sob pena de apuração de responsabilidade.	Todos os processos instaurados no ICMBio já estão atualizados e sendo acompanhados e monitorados via SISTEMA CGU-PAD.

201600657	166589	Que o ICMBio instaure processo visando a apuração de responsabilidade dos envolvidos no processo de contratação que originou o contrato nº 12/2015, o qual foi realizado por meio de adesão, como carona, à ata de registro de preço do TSE nº 73/2014, sem a comprovação da compatibilidade dos serviços e da vantajosidade da adesão.	Estão sendo tomadas as providências cabíveis no sentido de instaurar o processo de apuração.
201600657	166590	Criar normativos com rotinas formalizadas de planejamento e gerenciamento das aquisições de bens de uso controlado, a fim de garantir que a aquisição desses produtos/serviços ocorra tempestivamente e seja utilizada de forma adequada.	Está em implantação o sistema de controle de material controlado - SIMAC, que tem todas as informações dos agentes de fiscalização, armamentos, coletes, munições e todos os outros itens considerados controlados pela administração pública.
201600657	166591	Comprovar a regularização da distribuição dos coletes aos agentes de fiscalização do ICMBio, com o objetivo de sanar a irregularidade apontada.	Todos os coletes foram disponibilizados nas coordenações regionais para entrega aos agentes de fiscalização.
201600657	166592	Revisar os indicadores de desempenho existentes na Autarquia, a fim de torná-los sintéticos e úteis para a tomada de decisões estratégicas, assim como alinhados às perspectivas definidas no Mapa Estratégico da Entidade.	Estamos adotando os procedimentos para sanar as questões levantadas nas constatações e recomendações emanadas pela CGU, no prazo mais breve possível.
201600657	166593	Após a revisão dos indicadores estratégicos, implantar mecanismos de avaliação de desempenho dos indicadores da entidade e dar publicidade aos resultados de desempenho desses indicadores na intranet e extranet.	Estamos adotando os procedimentos para sanar as questões levantadas nas constatações e recomendações emanadas pela CGU, no prazo mais breve possível.
201600657	166594	Normatizar a área de planejamento estratégico, com a publicação de atos normativos que: a) Estabeleça os procedimentos gerais das ações de Planejamento Estratégico; b) Estabeleça a metodologia para elaboração do Planejamento Estratégico; c) Estabeleça um sistema informatizado de gestão estratégica.	Foi publicada no Boletim de Serviço nº 11 de 23 de fevereiro de 2017 Portaria que disciplina a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.000606/2015-31).
201600657	166595	Publicar portaria designando servidores para realizar o Inventário de bens imóveis do ICMBio, bem como dos bens imóveis inservíveis.	Foi finalizado o inventário da SEDE do ICMBio, já com a definição do estado dos bens. Dessa forma, será providenciada publicação de portaria para proceder com o desfazimento dos bens que couberem.
201600657	166596	Padronizar os sistemas de gerenciamento de bens patrimoniais,	Atualmente o ICMBio utiliza um software livre de controle de bens

		de forma a torna-los consistentes e acessíveis a todos os interessados.	patrimoniais, Citsmart GRP. Essa ferramenta foi homologada e autorizada pelo MPOG e desde então encontra-se disponível no portal software público. Foi implementada no Instituto no início de 2016, sendo utilizada desde então como ferramenta oficial de controle de bens.
201600657	166597	Realize a revisão em todos os processos de concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, com a emissão de novos laudos periciais que contemplem e corroborem todos os requisitos exigidos nos normativos, inclusive quanto à juntada da portaria de lotação dos servidores nas unidades e de documentos que comprovem a exposição aos agentes nocivos na periodicidade exigida pela ON nº 06/2013.	Está previsto o término para o 1º Semestre de 2017, da revisão de todos os processos de concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, com a emissão de novos laudos periciais que contemplem e corroborem todos os requisitos exigidos nos normativos, inclusive quanto à juntada da portaria de lotação dos servidores nas unidades e de documentos que comprovem a exposição aos agentes nocivos na periodicidade exigida pela ON nº 06/2013, mediante a utilização da parceria firmada com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
201600657	166598	Que o ICMBio promova ações no sentido de mitigar os fatores que contribuem para a concessão do adicional de insalubridade/periculosidade, por meio de fornecimento de EPIs adequados às tarefas exercidas pelos servidores.	Realizaremos ações no sentido de mitigar os fatores que contribuem para a concessão do adicional de insalubridade/periculosidade, por meio de fornecimento de EPIs adequados às tarefas exercidas pelos servidores e/ou materiais solicitados pelo perito nos Laudos.
201600657	166599	Implementar procedimentos de controle com a finalidade de aprimorar o fluxo administrativo do processo de compras e contratações, de forma a atender às exigências dos editais de licitação de seus respectivos processos licitatórios, atentando para cada particularidade que houver, tais como: designação de fiscal de contrato; formalização de Termo de Contrato ou documento equivalente; formalização de garantia contratual.	O ICMBio está em processo de aprimoramento do fluxo de compras e contratações e, já implementou os fluxos relativos aos contratos e designações de fiscais operacionais, administrativos e gestores.
201600657	166600	Realizar compras somente após planejamento detalhado da necessidade de aquisições, de forma a evitar manter equipamentos ociosos na Unidade, e também incorrer na perda de garantia de equipamentos e em desperdício de recursos públicos.	Informamos que as contratações de TI têm seguido o planejamento como prática nos processos de aquisição. Assim como é orientado pela Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014 e também previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016/2017, todas as contratações têm observado o planejamento no qual é avaliada a necessidade da aquisição, estimativa do valor, o período da

			<p>garantia, Documento de Oficialização de Demanda , Estudo Técnico Preliminar , Análise de Risco e Termo de Referência, além dos outros aspectos pertinentes ao objeto da contratação.</p>
201600657	166601	<p>Realizar o levantamento da necessidade de aparelhos telefônicos do Instituto, com o objetivo de utilizar os aparelhos ociosos, colocando-os em funcionamento, conforme previamente previsto em processo licitatório.</p>	<p>Foi iniciado em 2016 um projeto para otimização e instalação, em paralelo, de uma nova solução OpenSource. Para esse projeto foi realizada a aquisição de aparelhos VoIP em substituição dos aparelhos digitais, danificados e/ou sem garantia. Sendo assim, visando minimizar os impactos da mudança e após levantamento nos setores, iniciamos a substituição dos aparelhos Polycom, os quais apresentam similaridade com os aparelhos adquiridos (Yealink).</p>
201600657	166602	<p>Que o ICMBio evite reproduzir termos de referência e documentos de planejamento de outras Instituições, devendo a Unidade elaborar seus próprios artefatos de planejamento, que reflitam suas reais necessidades de contratação.</p>	<p>O ICMBio observará fielmente esta recomendação no momento da elaboração de seus artefatos de planejamento, objetivando a real necessidade da contratação.</p>
201600657	166603	<p>Que o ICMBio se abstenha de aderir, como "carona", a atas de registro de preço quando a contratação for relativa a serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, conforme recomendado pela SLTI/MP e jurisprudência do TCU.</p>	<p>O ICMBio observará fielmente esta recomendação no momento da contratação.</p>
201600657	166604	<p>Estabelecer uma estratégia, com a definição de cronograma, para o tratamento das demandas correcionais e saneamento dos problemas apontados.</p>	<p>A estratégia adotada foi a de primeiramente analisarmos e produzirmos Informações de todos os processos que estão na fase de julgamento. Logo em seguida a análise dos processos em fase de análise de admissibilidade. Quanto aos 45 processos em fase de julgamento, já foram elaboradas todas as informações respectivas. Desse total restam 25 que se encontram em trâmites administrativos para decisão do presidente. Quanto aos processos em fase de análise de admissibilidade, informamos que 34 encontram-se em análise.</p>
201600657	166605	<p>Adotar medidas urgentes para a finalização da obra de construção de portaria/guarita no Parque, para que se dê andamento ao processo licitatório de contratação dos postos de operador de bilheteria, bem como a instalação da infraestrutura necessária, a fim de regularizar a entrada do público e realizar as devidas</p>	<p>O ICMBio assinou termo de cooperação em maio/2016 e está tomando as providências necessárias para que seja finalizada a obra.</p>

		arrecadações.	
201603137	168848	Que o ICMBio implemente um único canal para o recebimento das demandas de criação/ampliação de UCs e sistematize o seu gerenciamento na COCUC.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168849	Que o ICMBio elabore documento ou ato normativo que especifique os critérios técnicos para a habilitação das demandas de criação/ampliação de UCs, e o divulgue no seu site na Internet.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168850	Que o ICMBio defina, em ato normativo próprio ou em conjunto com o MMA, quais são os critérios técnicos para a priorização dos processos.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168851	Que estabeleça em ato normativo o planejamento operacional da área, definindo os processos que serão priorizados a curto e médio prazos, de acordo com os critérios previamente definidos.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168852	Que sejam definidos, por meio de ato normativo conjunto com o MMA, os órgãos e entidades que devem ser instados a se manifestar no processo, em qual momento processual, e estabelecido prazo de resposta.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168853	Que estude formas de incrementar a transparência da atividade, com a publicação, no seu site, de informações sobre as propostas em trâmite.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168854	Que o ICMBio estude a possibilidade de definir um prazo a partir do qual os diagnósticos da área sobre a qual recai a proposta deverão ser atualizados.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168855	Que estabeleça, nos processos iniciados a partir da publicação deste relatório, procedimentos para a inclusão de estimativa de recursos alocados na realização de estudos e vistorias; e estude a possibilidade de utilizar essas informações como critério para a priorização dos processos.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168856	Que, após a publicação do ato normativo que estabelecerá os critérios para a priorização das propostas de criação/ampliação de UCs, atue no sentido de reduzir o estoque de processos em trâmite na COCUC.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168857	Que o ICMBio estude a viabilidade de definir um conteúdo mínimo de informações a constarem no processo a respeito da estimativa de custo de implantação da UC, contemplando a	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.

		indicação da fonte de recursos.	
201603137	168858	Que o ICMBio que realize estudo a respeito da necessidade de elaboração de roteiros de vistoria ou manuais específicos com procedimentos para cada categoria de UC.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168859	Atualize a Instrução Normativa nº 03/2007 de acordo com a atual estrutura regimental do Instituto.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.
201603137	168860	Institucionalize a lista de documentos e de informações mínimas que devem amparar as propostas, a fim de qualificá-las.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2017.

### **8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Este Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade atende a orientação do art. 5º da Lei 8.666/1993, sendo utilizada nas suas licitações a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no artigo 42 da referida Lei. O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem, para obras e serviços de engenharia o valor de R\$ 15.000,00, e outras compras e serviços o valor de R\$ 8.000,00, são efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, ressalvada a disponibilidade orçamentária e fonte de recurso financeiro.

---

## 9- Anexos e apêndices

### 9.1- Complemento da visão por coordenação regional

Esse item complementa as informações constantes do item 2.3.2- Ambiente de atuação das Unidades Descentralizadas do ICMBio, descrevendo o ambiente de atuação representativo de cada Coordenação Regional (CR). Devem ser apresentadas as informações requisitadas para cada CR sob os seguintes aspectos: i. Descrição geral; ii. Adversidades; iii. Riscos; iv. Estratégia de enfrentamento e v. Mudanças ocorridas.

#### **Coordenação Regional em Porto Velho (RO) CR-01**

##### **Descrição geral**

A Coordenação Regional da 1ª Região em Porto Velho (RO) abrange 35 (trinta e cinco) unidades de conservação federais nos estados do Acre (11 UC), Rondônia (14 UC), Sul do Amazonas (09 UC) e Mato Grosso (Parque Nacional do Juruena), totalizando 17.592.430 hectares. Está em estudo a vinculação à CR-01 de 05 (cinco) novas unidades de conservação federais criadas por meio de decretos presidenciais publicados nos dias 11 e 12 de maio de 2016, totalizando 2.830.000 hectares de novas áreas protegidas no bioma Amazônia.

##### **Adversidades**

Os principais desafios enfrentados pela CR-01 são: número reduzido de servidores, diminuição dos recursos financeiros e avanço exponencial do desmatamento e grilagem na região.

- Atualmente o reduzido número de servidores lotados nas UC da CR1 está ligado à falta de políticas de fixação de servidores federais na Amazônia. Quadro comum a todas as instituições federais, os servidores federais do ICMBio não recebem gratificações ou adicionais de interiorização, fronteira, periculosidade, penosidade e/ou insalubridade.

- Diminuição dos recursos financeiros: o orçamento disponível anualmente é insuficiente para atender as demandas de todas as atividades administrativas e finalísticas do órgão, gerando grandes vazios de atuação do ICMBio na região. Essas unidades dependem de recursos humanos e/ou econômicos para realizar a proteção e integração com a comunidade, fazendo frente aos profundos impactos da ação antrópica, ocasionadas pelo modelo econômico adotado, caracterizado principalmente pela substituição do extrativismo pela pecuária e extração seletiva de madeira, entre outros problemas. A grilagem de terras foi acentuada ao longo dos últimos anos, motivada pela diminuição de terras públicas disponíveis para assentamentos, entre outros motivos.

##### **Riscos**

O maior risco para as unidades de conservação federais é a perda de biodiversidade, aliada à alteração do modo de vida das populações tradicionais, que optam por novos modos de produção (pecuária, extração de madeiras, monoculturas, etc). Percebe-se um preocupante acréscimo de populações não-tradicionais em unidades de uso sustentável, que estão aos poucos adquirindo ilicitamente terras no interior de unidades de conservação.

##### **Estratégia de enfrentamento**

As estratégias de enfrentamento são:

- Aproximação com os demais atores envolvidos na gestão de UC: associações, sociedade civil, governos estaduais e municipais, além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como Ibama, Funai, Incra, MAPA, entre outros.

- Definição de estratégias de combate ao desmatamento, aumento da expectativa de geração de renda para as comunidades, entre outros aspectos.

- Maior envolvimento desta Coordenação Regional na discussão e propostas de melhorias nas cadeias produtivas que envolvam populações residentes e do entorno das UC;

- Criação de estratégias de captação de recursos para o pagamento por serviços ambientais;

- Aporte de recursos para gestão das unidades de conservação;

- Apoio à criação de cargos por prazo determinado para atuação em áreas finalísticas do ICMBio (guarda-parques, brigadistas, etc).

### **Mudanças ocorridas**

- Incremento no controle do desmatamento em unidades de conservação federais, que ao longo dos anos diminuíram significativamente seus índices totais;
- Apoio à criação de projetos de geração de renda para as comunidades diretamente afetadas pela criação e/ou existência de unidades de conservação;
- Estão sendo construídos arranjos para a aproximação de instituições de pesquisa, proteção, cadeias produtivas, entre outros, que possibilitam uma gestão mais próxima da sociedade;
- Pequenas iniciativas para a criação de programas de monitoramento da biodiversidade, ecoturismo, geração de renda através de manejo de fauna e flora silvestre, tudo devidamente acompanhado pela Coordenação Regional e instituições parceiras.
- Ampliação do programa Arpa, que atua em 18 UC da CR-01, possibilitando uma significativa melhoria nos processos de gestão, permitindo um trabalho mais homogêneo e integrado entre as unidades-

## **Coordenação Regional em Manaus (AM) CR-02**

### **Descrição geral**

A Coordenação Regional 02, com sede em Manaus (AM), abrange os estados de Roraima e Amazonas, com exceção do sul do Amazonas. Possui 28 unidades de conservação vinculadas, sendo 8 unidades de conservação em Roraima e 20 no Amazonas.

### **Adversidades**

As principais adversidades enfrentadas pela Coordenação Regional são:

- Número de servidores insuficiente por unidade de conservação;
- Falta de recursos financeiros para a execução das atividades;
- Sede de UC de difícil acesso, o que prejudica a fixação de servidores e onera a logística de trabalho;
- Aumento do pedido de abertura de processos de remoção por motivos de doenças psiquiátricas, relacionadas ao isolamento e/ou distância da família;

### **Riscos**

**As peculiaridades da região, e em especial as dificuldades de acesso às UC, colaboram para um cenário marcado por:**

- Evasão de servidores
- Baixa implementação das unidades
- Perca da biodiversidade por dificuldades na realização de fiscalização e na elaboração de instrumentos básicos de gestão.

### **Estratégia de enfrentamento**

- Busca por parcerias com instituições públicas e privadas;
- Apoio do Programa Arpa para a implementação de um maior número de UC;
- Adequação do planejamento das UC à realidade financeira.

### **Mudanças ocorridas**

- Chegada de novos servidores (técnicos ambientais) por meio de concurso público;
- Remoção de servidores da UAAF/Manaus para a CR2;

## **Coordenação Regional em Santarém (PA) CR-03**

### **Descrição geral**

A Coordenação Regional 03 possui 24 (vinte e quatro) unidades de conservação sob sua jurisdição, somando pouco mais de 18 (dezoito) milhões de hectares, todas localizadas no oeste paraense. As UC estão organizadas em 5 (cinco) Bases de Gestão a saber: Porto Trombetas, Santarém, Itaituba, Altamira e Porto de Moz. É uma das regiões de maior conflito ambiental e fundiário do país, o que concede grande visibilidade na região ao ICMBio.

### **Adversidades**

A sede da Coordenação Regional está localizada em Santarém (PA) e conta atualmente com apenas 3 (três) servidores incluindo o Coordenador Regional e seu Substituto. Estatísticas passadas mostravam que cerca de 70% de todo desmatamento ocorrido em unidade de conservação federal concentrou-se nas UC ao longo da BR-163. A maioria das UC do oeste paraense, principalmente aquelas localizadas ao longo do eixo da BR-163,

foram criadas em 2006. Importante lembrar que os índices de desmatamento nesses anos anteriores a 2006 eram bastante elevados. Portanto, uma forma de frear o desmatamento na época e trazer para a legalidade principalmente a indústria madeireira foi a criação de uma série de UC com um viés não somente preservacionista, mas também econômico, ou seja, a criação da política de concessões florestais. Não por acaso priorizou-se a criação de Florestas Nacionais. Decorridos cerca de 10 (dez) anos, observa-se que essa política teve seu mérito apenas na redução dos desmatamentos, embora ainda elevados, principalmente pela ação de comando e controle do ICMBio e IBAMA, e não por ações de promoção da legalização o setor madeireiro através da política de gestão de florestas. Observa-se que a disciplinarização da indústria madeireira na região não avançou a contento - somente agora as concessões estão se materializando, porém, as medidas de contenção ao desmatamento e exploração ilegal de madeira se intensificaram, principalmente através das ações de fiscalizações, o que vem gerando enormes conflitos (inclusive enfrentamento armado com agentes do ICMBio) e pressões políticas pela desafetação de algumas dessas UC. Associado a isso há também as grandes obras estruturantes como, por exemplo, um complexo hidroelétrico para ser implantado na região da BR-163 e o asfaltamento da BR-163, no qual suas externalidades podem trazer impactos às UC. Portanto, é preciso fortalecer e estruturar (construção da sede, serviços de secretariado, etc) na sede do ICMBio em Itaituba.

.A Base de Gestão de Altamira concentra 5 Unidades de Conservação, sendo 3 (três) Resex, 1 (um) Parna e 1 (uma) Esec. Principais problemas são desmatamento, a grilagem de terras públicas e sobreposição com assentamentos do INCRA. A Base de Gestão de Porto Trombetas está numa situação crítica em relação ao quadro de servidores. São duas importantes unidades de conservação (Rebio do Rio Trombetas e Flona de Saracá-Taquera), que demandam uma carga de trabalho bastante complexa (mineração, sobreposição populações quilombolas, concessões florestais, etc) e que exige um reforço no quadro de servidores. A Base de Gestão de Santarém, além da sede da Coordenação Regional e da Procuradoria Federal Especializada, abriga também duas Florestas Nacionais e duas Reservas Extrativistas. Atualmente duas dessas unidades (Flona de Mulata e Resex Renascer) possuem apenas dois servidores e estão ainda sem seu principal instrumento de gestão que é o Plano de Manejo. A Flona do Tapajós, e Resex Tapajós Arapiuns administram um conflito parecido que é a criação de Terra Indígena sobrepondo essas unidades de conservação.

A base de Gestão de Porto de Moz comporta a Resex Verde para Sempre. Esta funciona nas dependências de um parceiro local que cede espaço para a administração da UC e conta somente com o chefe e um técnico ambiental para a gestão. Há problemas com grilagem de terras pública, exploração madeireira e pesca.

#### **Riscos**

Diante do contexto apresentado, os riscos são:

- conflito armado na região da BR-163;
- desafetação e recategorização das UC;
- esvaziamento das unidades de conservação, por conta da falta de política de gestão de pessoal que supere o esvaziamento gradativo de UC.

#### **Estratégia de enfrentamento**

Santarém (CR-03; Flona do Tapajós; Resex Tapajós Arapiuns; Flona de Mulata e Resex Renascer):

- Construção de sede definitiva para a Coordenação Regional e as unidades (Flona do Tapajós, Resex Tapajós-Arapiuns, Resex Renascer e Flona de Mulata);
- Ampliar o contrato de serviços;
- Elaborar os Planos de Manejo da Resex Renascer e da Flona de Mulata e revisar o Plano de Manejo da Flona do Tapajós;
- Implementar estratégia de gestão territorial e unidades de conservação;
- Fazer gestões para ampliar a equipe de servidores da CR-03, com adoção de cargos de DAS e posteriormente concurso público.

Itaituba:

- Implementar o novo modelo de gestão para a Unidade Avançada Especial que possui um único chefe para as 12 unidades de conservação;
- Finalizar a construção da sede das UC;
- Acompanhar os processos hidrelétricos, minerais e de ferrovia;
- Elaborar os Planos de Manejo do Parna do Rio Novo, Parna do Jamanxim e APA do Tapajós e revisar o Plano de Manejo do Parna da Amazônia;

- Acompanhar os projetos de lei para desafetação das unidades da BR-163, em especial Flona do Jamanxim, Parna do Jamanxim e Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo; Altamira (Resex Rio Xingu; Resex Rio Iriri; Resex Riozinho do Anfrísio; Parna da Serra do Pardo e Esec da Terra do Meio):
- Finalizar o processo de cessão do terreno do Ibama e construir a sede das unidades com recursos já disponíveis de compensação;
- Consolidar o modelo de gestão integrada;
- Incrementar quantitativo de servidores nas UC;
- Ampliar a destinação da compensação ambiental de Belo Monte;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população das Resex; Porto de Moz (Resex Verde para Sempre):
- Elaborar o Plano de Manejo da Resex Verde Para Sempre;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da Resex;
- Cessão do terreno da Aeronáutica para construção da sede da UC; Porto de Trombetas (Rebio do Rio Trombetas e Flona de Saracá-Taquera):
- Elaborar a revisão do Plano de Manejo da Flona de Saracá-Taquera;
- Definir o processo judicial de titulação de territórios quilombolas no interior da Flona e da Rebio do Rio Trombetas e realizar a contestação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a fim de compatibilizar a coexistência destas duas áreas sobrepostas e garantir que os direitos sociais e ambientais sejam resguardados;
- Dar continuidade ao termo de reciprocidade com a Mineração Rio do Norte;
- Incrementar quantitativo de servidores nas unidades.

#### **Mudanças ocorridas**

- Realização de operações nacionais de fiscalização contínuas ao longo do ano na região da BR-163;
- Implementação do modelo de gestão em Itaituba, integrando as unidades em uma única chefia;
- Processos fundiários instruídos e em fase final de decisão;
- Publicação das Medidas Provisórias 756/2017 e 758/2017, que alteram os limites da Flona do Jamanxim, Parna do Rio Novo e Cria a APA do Jamanxim e altera os limites do Parna do Jamanxim respectivamente;
- Publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas sobrepondo a Rebio do Rio Trombetas e Flona de Saracá-Taquera.

## **Coordenação Regional em Belém (PA) CR-04**

### **Descrição geral**

A Coordenação Regional com sede em Belém (CR-04) tem 37 Unidades de Conservação sob sua jurisdição abrangendo os Estados do Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins em 8.864.253,706 de hectares. A grande parte destas unidades é de uso sustentável principalmente de Reservas Extrativistas, sendo contemplados diversos ecossistemas do Bioma Amazônico, divididos em diferentes territórios de conservação, o Território do Amapá englobando todas as UC federais do Estado do Amapá, Território do Marajó, englobando as UC do Arquipélago e Meso Região do Marajó, Território do Litoral do Pará e Maranhão englobando as Resex Marinhas do Estado do Pará e Maranhão, Território de Carajás com as UC do Sudeste do Pará, Território de Babaçuais englobando as reservas extrativistas no Maranhão e Tocantins e a Reserva Biológica do Gurupi no Maranhão, sendo de alta relevância para a conservação, sendo a principal área protegida do Centro de Endemismo Belém, o menor e mais ameaçado Centro de Endemismo da Amazônia.

### **Adversidades**

As principais adversidades enfrentadas pela CR são:

- **Limitações Orçamentárias:** Dificuldade de manutenção dos contratos básicos para o funcionamento das sedes e bases das UC (vigilância, serviços gerais, piloto de embarcação, reformas das bases, etc.);
- **Contratos Específicos:** Falta de contrato de embarcação, essencial para as atividades principalmente das UC do Marajó, falta de contrato de apoio aéreo, necessário principalmente às unidades com problemas de incêndios, monitoramento da atividade madeireira ilegal e garimpos.
- **Veículos:** Frota de veículos das UC comprometida, devido às condições de trafegabilidade das vias terrestres

na Amazônia.

- **Condições de Trabalho:** estruturas físicas inadequadas necessitando urgentemente de reformas, chegando a ser insalubres à saúde dos servidores;

- **Quadro Funcional:** Equipes insuficientes, pois, são pouquíssimos servidores nas UC a Amazônia em geral, e cada vez mais o número vem diminuindo sem o provimento de vagas por concurso público, praticamente estamos no colapso por falta de servidores. Existe uma grande dificuldade em mantê-los em algumas UC de difícil lotação por falta de estrutura adequada, condições de vida, ou incentivo para sua permanência em certas localidades na Amazônia.

#### **Riscos**

- Aumento do desmatamento, perda da biodiversidade e alteração dos limites de unidades de conservação ou diminuição das áreas protegidas pela expansão da agropecuária na Amazônia, no Amapá principalmente pelo o avanço da soja e criação de búfalo;

- Perda dos ecossistemas Lacustres (ecossistema único) da Rebio do Lago Piratuba pela criação de búfalos, sendo necessário o controle do rebanho Bubalino no Amapá, e a sua conseqüente retirada das UC;

- Aumento de desmatamento e perda de habitats pelos incêndios florestais provocados pela especulação imobiliária de terras no Amapá através dos fazendeiros de búfalos, sobretudo no leito do Rio Araguari na Rebio do Lago Piratuba, onde praticamente foi extinto o fenômeno da “Pororoca” por conta dos impactos gerados pelos búfalos;

- Ameaças às comunidades tradicionais, seus recursos e seus modos de vida gerados pela atividade madeireira ilegal na região, principalmente nas UC da região do Marajó, que apresentam difícil acesso e logística, sendo a fiscalização realizada somente via fluvial;

- Impactos ambientais e sociais profundos gerados pelos garimpos na região Amazônica, comprometendo a qualidade das águas dos rios e toda a diversidade aquática das unidades impactadas, existe uma dificuldade de controle e combate aos garimpos, muitas vezes por estarem em áreas estaduais no entorno das unidades federais, como ocorre na Estação Ecológica do Jari, havendo a necessidade de um envolvimento maior das outras esferas do governo e de outras instituições;

- Comprometimento dos estoques pesqueiros pela atuação da pesca não tradicional e pesca industrial e também pelos métodos e petrechos não permitidos utilizados pelas próprias comunidades tradicionais das Resex Marinhas, pois há uma demanda e pressão crescente sobre os estoques pesqueiros da região norte (Amapá, Pará e Maranhão)

- Riscos de Impactos Ambientais irreversíveis gerados pelos grandes empreendimentos como mineração, rodovias, hidroelétricas, petróleo, dentre outros.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Discussão e proposição à Direção do ICMBio sobre os novos arranjos territoriais das UC;

- Articulação regional e local com os estados e prefeituras para a gestão das UC, fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, entidades governamentais e não governamentais;

- Otimização da execução de recursos do Programa Arpa, elaboração do Plano Operacional Anual (POA 2016/2017) levando em consideração os arranjos integrados de algumas UC;

- Sensibilização para um maior envolvimento da sociedade na gestão das UC através da ampliação do Programa de Voluntariado, Programa de Monitoramento da Biodiversidade, implementação do uso público em algumas UC, divulgação das unidades de conservação e sua importância à sociedade;

- Intensificação da Fiscalização e realização de operações integradas com outros órgãos;

- Celebração do termo de compromisso para execução dos recursos da compensação ambiental da Flona de Carajás;

- Elaboração de propostas de UC (Resex Marinhas no Pará e um Parque Nacional em Carajás).

#### **Mudanças ocorridas**

- Inclusão de Reservas Extrativistas Marinhas no Programa Arpa;

- Execução do termo de reciprocidade do ICMBio e Companhia Vale do Rio Doce para a gestão das UC do mosaico de Carajás;

- Organização de novos arranjos de UC;

- Diminuição da equipe de trabalho.

## **Coordenação Regional em Parnaíba (PI) CR-05**

### **Descrição geral**

A Coordenação Regional se localiza na cidade de Parnaíba (PI), epicentro entre as capitais nordestinas do

---

Ceará, Piauí e Maranhão, junto à sede de mais 3 unidades de conservação vinculadas à CR. Atualmente a Coordenação Regional da 5ª Região possui 18 (dezoito) UC sob sua jurisdição, somando aproximadamente 5 (cinco) milhões de hectares localizadas nos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará, compreendidas nos biomas da Caatinga e Cerrado.

#### **Adversidades**

Nas UC litorâneas, quais sejam: APA e Resex Marinha do Delta do Parnaíba, Parna de Jericoacoara e Parna dos Lençóis Maranhenses, os maiores problemas são relacionados a especulação imobiliária, ilícitos ambientais e dificuldade de coibi-los adequadamente, bem como do ordenamento turístico e implementação dos instrumentos de gestão.

Nas UC do Cerrado (quais sejam: Piauí: Parna da Serra das Confusões, Esec Uruçuí de Una, Parna das Nascentes do Rio Parnaíba, Tocantins: ESEC Serra Geral do Tocantins, Maranhão: Parna da Chapada das Mesas) destacam-se grandes incêndios florestais e avanço do agronegócio da soja pressionando estas UC.

Nas demais UC vinculadas, sua maioria na Caatinga (quais sejam: Piauí: Parna de Sete Cidades, Parna da Serra da Capivara e Flona de Palmares, Ceará: APA Ibiapaba, Parna de Ubajara, Flona de Sobral e APA da Serra da Meruoca e Maranhão: Resex Chapada Limpa), a falta de servidores, os problemas estruturais e dificuldades logísticas somam-se e contribuem para pouca capacidade do órgão em coibir práticas criminosas e atuar junto à sociedade na promoção da natureza e do desenvolvimento sustentável. Alia-se a falta de servidores que estas UC possuem quadros antigos e em idade de se aposentar e em sua maioria técnicos.

#### **Riscos**

Diante do contexto apresentado, os riscos são de perda de território protegido nas UC pelo avanço do agronegócio, desmotivação de servidores por falta de apoio e estrutura, consolidação de moradias ilegais e aumento da especulação imobiliária, perda da biodiversidade pouco conhecida destas regiões e afastamento da sociedade para o debate da necessidade de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Litoral (APA Delta do Parnaíba e Resex Marinha do Delta do Parnaíba, Parna de Jericoacoara e Parna dos Lençóis Maranhenses):

- a) Ampliar o contrato de serviços;
- b) Elaborar os planos de manejo da APA e da Resex;
- c) Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da Resex;
- d) Monitorar o uso dos recursos nas UC;
- e) Ampliar a equipe de servidores da CR;
- f) Definir perfil de beneficiários e usuários da Resex;
- g) Elaborar zoneamento da APA;
- h) Acompanhar processo de criação do Refúgio de Vida Silvestre do Peixe Boi;
- i) Consolidar o modelo de gestão integrada na APA e na Resex;
- j) Monitorar condicionantes dos licenciamentos autorizados, especialmente de resorts e fazendas eólicas.

- Cerrado (Parna da Serra das Confusões, Esec de Uruçuí-Una, Parna das Nascentes do Rio Parnaíba, Esec da Serra Geral do Tocantins, Parna da Chapada das Mesas):

- a) Revisar planos de manejos elaborados há mais de 10 anos;
- b) Acompanhar os processos hidrelétricos e minerais;
- c) Acompanhar processo de titulação de territórios quilombolas;
- d) Aumentar o número de brigadas de incêndio ;
- e) Melhorar estruturas e equipamentos das UC;
- f) Ampliar o quadro de servidores, com incentivos de interiorização;
- g) Monitorar o uso dos recursos nas UC.

- Caatinga (Parna de Sete Cidades, Parna da Serra da Capivara e Flona de Palmares, APA Ibiapaba, Parna de Ubajara, Flona de Sobral e APA Serra da Meruoca e Resex Chapada Limpa):

- a) Incrementar quantitativo de servidores nas UC;
- b) Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da Resex;
- c) Revisar planos de manejos elaborados há mais de 10 anos;
- d) Capacitar servidores na articulação intra e inter institucional;
- e) Monitorar o uso dos recursos nas UC;
- f) Prover estruturas de apoio aos visitantes e estratégias de uso público aos Parques Nacionais;
- g) Articular convenio ou termo de parceria com governos dos estados do Ceará e Piauí.

#### **Mudanças ocorridas**

- Acordo Judicial para indenização de parte das famílias no Parna da Serra da Capivara;
- Apoio as ações de fiscalização via Plano Nacional de Fiscalização (Planaf) ;
- Celebração de acordos bilaterais com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM); acordo entre ICMBIO/IPHAN/FUMDHAM/Gov PI; e acordo com a Secretaria de Turismo de Ceará;
- Acordo judicial para ampliação do Parna da Serra das Confusões em 300mil ha;
- Estabelecimento de Ordem de Serviço para vistoria de autorização para licenciamentos e designação de servidores específicos para cada processo.

## Coordenação Regional em Cabedelo (PB) CR-06

### Descrição geral

A Coordenação Regional, com sede no município de Cabedelo (PB), apóia a gestão de 34 unidades de conservação federais, distribuídas em oito estados do nordeste brasileiro (parte do Piauí, parte do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia), que protegem importantes porções da Mata Atlântica, Caatinga e do ambiente Marinho-Costeiro.

### Adversidades

- Dificuldade de lotação de pessoal em UC interiorizadas. Além disso, grande parte do efetivo hoje lotado nessas UC está próxima da aposentadoria;
- Dificuldade na nomeação de chefias para algumas unidades de conservação em razão do acentuado grau de interiorização, do baixo número de servidores capacitados e com perfil para atuação na esfera gerencial e face à escassez de incentivos institucionais;
- Persiste a heterogeneidade na relação com órgãos estaduais de meio ambiente, devido a interpretações divergentes das normativas referentes aos processos de licenciamento ambiental no entorno e interior de UC federais;
- As instalações provisórias da CR-06, situadas na sede da Superintendência Estadual do Ministério da Agricultura e Abastecimento no estado da Paraíba, não oferecem condições para realização de reuniões, recebimento de público externo, participação em videoconferências institucionais.
- Sobreposição de algumas unidades de conservação com território pleiteado por populações indígenas no Estado de Pernambuco (Rebio de Serra Negra e Parna do Catimbau);
- UC urbanas afetadas por violência urbana (Flona da Restinga de Cabedelo, Flona de Açú e, notadamente, Flona do Ibura);
- Problemas fundiários existentes nas reservas do Batoque e Prainha do Canto Verde, ambas no Estado do Ceará.

### Riscos

- Perda de patrimônio/documentos em UC sujeitas à violência urbana (problema agravado pela falta de vigilância patrimonial nessas UC e baixo efetivo de servidores);
- Perspectiva de esvaziamento das UC interiorizadas pela aposentadoria de parte do pessoal;
- Perda de território relevante para a conservação para criação de território indígena.

### Estratégia de enfrentamento

- Busca pelo estreitamento e nivelamento da relação com os estados e outros entes sociais;
- Fortalecimento da imagem institucional e valorização do papel das UC perante a sociedade;
- Reforço do efetivo lotado nas UC vinculadas por meio de processos de remoção.

### Mudanças ocorridas

- Publicação dos planos de manejos do Parna Serra de Itabaiana e das Flonas do Ibura e da Restinga de Cabedelo;
- Criação dos conselhos gestores do Parna da Furna Feia e Esec de Aiuaba;
- Criação do Núcleo de Gestão Integrada de Fernando de Noronha;
- Incremento, mesmo que ainda não suficiente, no número de servidores lotados na CR-06 e nas suas UC vinculadas.

## Coordenação Regional em Porto Seguro (BA) CR-07

### Descrição geral

As UC no âmbito da CR-07 abrangem áreas chave para a conservação da biodiversidade, como:

- o Corredor Central da Mata Atlântica (“hotspots” mundial para a conservação da biodiversidade, áreas

---

tombadas como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, inseridas no Projeto Corredor Central da Mata Atlântica, e é um refúgio de importantes populações de espécies vulneráveis;

- Banco de corais dos Abrolhos – região com maior biodiversidade de corais no mundo, e importante berçário de diversas espécies como a baleia Jubarte.
- Recôncavo Baiano/Baía de Iguape – Área de intensa influência da cultura negra na pesca e agricultura, fortemente ameaça pelo coral-sol.
- Cadeia do Espinhaço (Chapada Diamantina e o Planalto de Conquista) - zona de ecótono entre a Mata Atlântica e a Caatinga.

#### **Adversidades**

- a) Hipossuficiência de recursos humanos (principalmente) e financeiros. Faltam técnicos ambientais e brigadistas para os trabalhos de campo. Faltam analistas ambientais para avaliação de impactos ambientais (licenciamentos), elaboração de planos de manejo, fiscalização, gestão com sociedade, gestão de projetos, etc. Dificuldade de lotação e retenção de servidores. Grandes distâncias entre unidades e estradas precárias (principalmente na Bahia).
- b) Indefinição dos limites de UC – algumas UC seguem sem demarcação nem mesmo delimitação precisa, como a Resex Marinha do Corumbau, o que fragiliza a gestão.
- c) Projeto de Lei que tenta alterar a categoria da Resex de Canavieiras para APA, e gera incertezas entre os comunitários.
- d) Conflitos com comunidades indígenas no extremo sul da Bahia e sobreposição de Terras Indígenas (TI) com UC – Por um lado, as comunidades reivindicam a demarcação de TI, que sobreporiam áreas de importantes Parques Nacionais (do Descobrimento e do Monte Pascoal). Por outro lado o ICMBio busca proteger as UC, em esforços para conter a caça comercial e o desmatamento ilegal para a produção de artesanato em larga escala (“*industriano*”).
- e) Falta de regularização fundiária nas UC (principalmente naquelas localizadas no estado da Bahia).
- f) Invasões de terra – As unidades de conservação da CR-07, especialmente na Bahia, tem sofrido forte pressão.
- g) Fogo criminoso é uma prática comum e que gera perda de habitat e grande demanda de gestão para as UC, principalmente para o Parna da Chapada Diamantina.
- h) Pesca com uso de explosivos na Resex Marinha da Baía do Iguape – prática ligada a quadrilhas criminosas.
- i) Caça criminosa.
- j) Poluição ambiental de empreendimentos e áreas urbanas nas UC costeiro-marinhas.
- l) Impactos provocados por rodovias (principalmente no Parna da Chapada Diamantina, Flona de Goytacazes e Rebio de Sooretama).

#### **Riscos**

- a) A baixa atratividade para lotação de servidores (principalmente na Bahia);
- b) A indefinição dos limites de UC pode ampliar o descontentamento de parte da sociedade e setor empresarial, gerando movimentos organizados contrários às unidades de conservação, que por sua vez podem desencadear até mesmo Projetos de Lei para extinção ou mudança de categoria de UC.
- c) Fragilização da gestão ambiental pela possibilidade de alteração da Resex de Canavieiras para APA, que acarretaria também na perda de diversos benefícios sociais para as comunidades extrativistas.
- d) Nos Parnas do extremo sul da Bahia, as práticas de extração ilegal de madeira, caça e desmatamento tem gerado enormes prejuízos à biodiversidade, correndo o risco de termos extinções locais de várias espécies, além do comprometimento das ações de visitação.
- e) Fragilidade de gestão pela falta de regularização fundiária nas UC compromete os resultados da gestão.
- f) Perda de ecossistemas e biodiversidade pela ocupação de terras em UC.
- g) Perda de ecossistemas e biodiversidade pelo fogo em UC.
- h) Perda de biodiversidade pela pesca com uso de explosivos na Resex da Baía do Iguapé.
- i) Perda de biodiversidade pela caça criminosa nas UC.
- j) As UC costeiro-marinhas enfrentam problemas de poluição provocados por esgoto doméstico e industrial, e mais recentemente, pelo derramamento de resíduos de mineração das barragens da empresa Samarco em Mariana.
- l) Atropelamento de animais e ignição de incêndios a partir da margem das rodovias.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- a) Sensibilização da Direção do ICMBio para a alocação de mais funções gratificadas nas UC da CR7, de modo a

atrair a vinda de novos servidores-

b) Solicitar à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (Disat) e à Presidência a revisão da delimitação da Resex Marinha do Corumbau.

c) Articulação da Presidência e Assessoria Parlamentar do ICMBio junto ao Congresso Nacional.

d) Para reduzir as ameaças à biodiversidade e visitação nos Parques Nacionais do extremo sul da Bahia, temos realizado rotineiramente ações de fiscalização, além de diálogos interinstitucionais (FUNAI, MPF, PF, Justiça Federal) e com as comunidades indígenas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito.

e) Levantamento fundiário das UC. Instrução de processos de regularização fundiária. Diálogos com proprietários e empresas interessadas em compensação de reservas legais em UC.

f) Diálogos com comunidades informando a situação especial de proteção das UC. Ações de fiscalização.

g) Ações concentradas no Parque Nacional da Chapada Diamantina. Diálogos com Governo do Estado, Ibama, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras e Brigadas Voluntárias para elaboração do plano de proteção à incêndios da Chapada Diamantina. Estruturação de equipamentos para o Parna da Chapada Diamantina.

h) A pesca com uso de explosivos na Resex Marinha da Baía do Iguape é um crime de difícil enfrentamento, uma vez que é disperso, acontece na madrugada, os infratores utilizam barcos roubados, e em caso de perseguição abandonam os barcos e fogem pelo manguezal, em áreas de difícil acesso. Além disso, seus praticantes muitas vezes são ligados ao crime organizado (tráfico de drogas, explosivos e roubos a caixas eletrônicos). Uma intervenção mais efetiva precisaria de serviços de inteligência do Exército e Polícia Civil.

Assim, a principal estratégia de enfrentamento local tem sido através de parceria com a Prefeitura de Maragogipe, que fornece 4 guardas municipais para apoiar na fiscalização, mas ainda assim é uma ação insuficiente diante do quadro.

i) Ações de fiscalização e inteligência.

j) Monitoramento da qualidade ambiental. Acompanhamento dos processos de licenciamento e suas condicionantes. Participação nos comitês de bacias hidrográficas. Participação nas câmaras técnicas de biodiversidade (caso do acidente que envolve a empresa Samarco).

l) Acompanhamento dos processos de licenciamento ambientais das rodovias.

#### **Mudanças ocorridas**

a) Diálogo com a Direção do ICMBio para a alocação de funções gratificadas nas UC da CR-07.

b) Diálogo com Presidência e DISAT sobre a revisão da delimitação da RESEX Corumbau.

c) Articulação da Presidência e Assessoria Parlamentar do ICMBio junto ao Congresso.

d) Diálogo com instituições governamentais e grupos indígenas.

e) Diversos processos de regularização fundiária aptos para pagamento, aguardando recursos financeiros.

f) Até o momento tem se conseguido conter novas invasões.

g) Plano de proteção à incêndios do Parna da Chapada Diamantina elaborado com parceiros. Ações tem se mostrado muito mais efetivas após a elaboração do plano. Sem grandes incêndios no Parna da Chapada Diamantina até o momento.

h) Sem mudanças significativas até o momento.

i) Conseguimos conter parcialmente o ímpeto dos caçadores, mas ainda são insuficientes os esforços.

j) Sem mudanças significativas até o momento.

l) Exigência para que as concessionárias em medidas mitigadoras para os impactos provocados pelas rodovias (caso da duplicação da BR 101 na Rebio de Sooretama).

## **Coordenação Regional no Rio de Janeiro (RJ) CR-08**

### **Descrição geral**

A Coordenação Regional possui em sua jurisdição 33 (trinta e três) unidades de conservação e abrange os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e o sul de Minas Gerais. As UC localizam-se principalmente no bioma Mata Atlântica, com algumas na região de transição com o Cerrado, além de número expressivo de UC marinho-costeiras. Entre os principais atributos protegidos por estas unidades de conservação federais temos:

- O fundo da Baía da Guanabara e sua bacia contribuinte;
- A biodiversidade da Mata Atlântica e seus sistemas associados como mangues, restinga, cerrado, campos de altitude, etc;
- Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas;
- A cultura e os meios de vida de populações tradicionais;

- Atributos de paisagem e estéticos de interesse turístico;
- Prestação de serviços ambientais incluindo redução de efeitos de mudanças climáticas, mananciais de abastecimento de águas.

#### **Adversidades**

As UC localizadas no maior pólo urbano-industrial do país, com grande número de unidades urbanas e periurbanas pressionadas por ocupação contínua e progressiva, além de impactos gerados por um grande número de empreendimentos potencialmente poluidores.

#### **Riscos**

Algumas das principais ameaças à biodiversidade das UC na Mata Atlântica são: ocupação ilegal e desordenada, desmatamento, caça, fragmentação do ambiente, incêndios florestais, espécies exóticas e impactos da implantação e operação de variados empreendimentos ocorrentes no interior de Unidades de Conservação e em seu entorno. Por sua vez, as UC marinhas sofrem com a invasão de espécies exóticas, pesca irregular e predatória, fortes impactos da indústria de petróleo e gás, o turismo náutico desordenado, dentre outros.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Reunião anual dos gestores da CR-08 – durante estes eventos são instituídas câmaras técnicas para tratamento de temas prioritários e é estimulado o apoio mútuo entre as UC e a proposição de estratégias de gestão.
- Foco na definição do planejamento estratégico da CR-08, com identificação de gargalos, criação de fluxos de procedimentos e estabelecimento de estratégias de atuação.
- Atuação integrada das Unidades da CR8 por meio de mosaicos (cuja gestão foi incentivada com a captação de recursos de emendas parlamentares) e também pela instituição de núcleos de gestão integrada.
- Ampliação da capacidade de julgamento de autos de infração por meio da manutenção da estratégia de ‘mutirões de julgamento’ e da distribuição de processos via SEI às UC vinculadas.
- Capacitação contínua de servidores para análise dos processos de Auto de Infração.
- Articulação com órgãos licenciadores, estaduais e municipais, para resolução de conflitos e padronização de procedimentos.
- Estreitamento de relações com UC estaduais, para apoio mútuo na gestão.
- Estabelecimento de diálogo com sociedade civil organizada, comunidades, órgãos públicos, empresas privadas e demais atores direta ou indiretamente envolvidos com a gestão das Unidades.
- Articulação e participação em termos de ajustamento de conduta para resolução de situações conflituosas.
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para execução de projetos.
- Sistematização de informações de gestão das Unidades, que serve como base de dados para embasar a tomada de decisão no estabelecimento de prioridades institucionais (lotação de pessoal, distribuição de recursos, prioridades de gestão).
- Apoio em eventos de uso público (Olimpíadas 2016).

#### **Mudanças ocorridas**

- Adequação da equipe da CR-8 para atendimento de suas atribuições.
- Implementação de novos fluxos de procedimentos visando melhorias nos processos de autorização para o licenciamento tanto por parte da CR8 quanto pelas UC.
- Divulgação de Comunicado Interno da CR8 com atualização de informações pertinentes.
- Maior foco nas ações institucionais de julgamento de Autos de Infração, em 1ª instância.
- Implementação dos novos procedimentos de renovação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Unidades.
- Participação efetiva da CR na Câmara de Compensação Estadual.

### **Coordenação Regional em Florianópolis (SC) CR-09**

#### **Descrição geral**

A Coordenação Regional abrange os três estados da região Sul do Brasil e porção sudeste do estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo 42 UC, além de 115 RPPN. A sede da Coordenação Regional situa-se no Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, em sede compartilhada com três UCs e

---

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestre (Cemave).

#### **Adversidades**

- A Sede atual da CR-09 situa-se em local com estrutura precária, sem condições adequadas de desenvolvimento do trabalho dos servidores, além de situar-se em local distante das regiões administrativas da capital catarinense.
- O número de UC é muito amplo o que dificulta a presença mais constante da CR nas UC e, conseqüentemente, limitando a capacidade gerencial da CR.
- A diminuição dos recursos financeiros implica em dificuldades para atender as demandas das atividades administrativas e finalísticas do órgão, entre elas a fiscalização.
- Carência de servidores na maioria das UC.
- Existência de UC com baixa porcentagem de regularização fundiária.
- Falta de plano de manejo em 48 % e de conselho consultivo em 19% das UC.
- Existência de 8 Flonas com áreas de plantios exóticos para serem retirados e comercializados, dependendo de projetos técnicos de retirada e definição de procedimentos de comercialização da madeira.
- Interfaces territoriais com povos indígenas e comunidades tradicionais em 55% das UC vinculadas à CR-09.

#### **Riscos**

De maneira geral, o maior risco para as UC federais é a perda de biodiversidade. Na região sul, destaca-se ainda a grande fragmentação dos ecossistemas.

- No ambiente marinho-costeiro, destaca-se como ameaças a intensa especulação imobiliária, pesca industrial e pressão para expansão de portos em algumas regiões. Destacam-se a caça, a pesca ilegal, os desmatamentos, o roubo de palmito, construções em áreas de Área de Preservação Permanente (APP), dificuldade de controle de organismos invasores.
- Dificuldade de reconhecer e buscar formas de compatibilizar os direitos das populações tradicionais e a conservação da biodiversidade, o que ocasiona o agravamento de conflitos socioambientais que envolvem o acesso e uso dos recursos naturais.
- Desestruturação de equipes devido à falta de condições adequadas de trabalho, envolvendo carência de servidores e terceirizados, infraestrutura, equipamentos.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- Aproximação com os demais atores com interface ambiental envolvidos na gestão das UC (associações, ONGS, sindicatos, governos estaduais e municipais), além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como, Ibama, FUNAI, INCRA, MAPA, MPF.
- Aumentar a presença da CR junto às UC melhorando o apoio gerencial. Desenvolvimento de ações conjuntas e colaborativa entre as UC.
- Desenvolvimento de gestão integrada em algumas situações.
- Busca de recursos para estruturação e manutenção das UC com estruturas compatíveis com suas funções.
- Dinamização do funcionamento do colegiado de julgamentos de autos de infração.
- Desenvolvimento de estratégias de negociação e enfrentamento de conflitos.
- Criação de colegiado socioambiental para elaborar estratégias de resolução de conflitos socioambientais.
- Apoio e acompanhamento da CR na elaboração dos planos de manejo das UC.
- Apoio às UC para implementação dos conselhos gestores como forma de envolver a sociedade na gestão dos territórios protegidos.

#### **Mudanças ocorridas**

Implantação do colegiado de julgamento integrando servidores das UC descentralizadas. Ampliação de servidores no setor de licenciamento. O procedimento de análise para licenciamento está melhor compreendido pelas UC e mais padronizado. Apoio e interlocução local para buscar encaminhamentos que envolvem conflitos socioambientais entre UC e povos e comunidades tradicionais. Proximidade das UC para implementação dos conselhos gestores.

---

## **Coordenação Regional em Florianópolis (SC) CR-10**

#### **Descrição geral**

Abrange parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, no Pantanal, em porções do Cerrado e ecótonos deste bioma com a Amazônia. Ao todo, vinculam-se a ela 10 unidades de conservação de domínio público, com administração direta do Instituto Chico Mendes, e 34 RPPN.

## **Adversidades**

Grande distância entre as UC (e a própria CR-10); condição precária das rodovias e estradas de acesso entre e nas UC; poucas estruturas de atuação do Poder Público próximas as unidades vinculadas; poucos funcionários (especialmente técnicos ambientais, administrativos, brigadistas e pessoal de apoio terceirizado); conflitos de gestão territorial, em especial a sobreposição com terras indígenas; fogo criminoso no interior e entorno de unidades de conservação; pesca ilegal; falta de regularização fundiária em algumas UC; incidência de legislações estaduais divergentes numa área protegida (p. ex., a pesca na APA Meandros do Rio Araguaia); concentração de processos em servidores da CR-10; estratégia tímida de manejo de fogo em unidades de conservação.

## **Riscos**

Na região em que o chamado “agronegócio” foi implantado como alternativa para a ocupação do interior e a produção de riquezas, as UC do Cerrado sofrem hoje com a insularização dos ecossistemas por elas abrangidos. Talvez o exemplo mais dramático dessa dinâmica esteja no Parna das Emas, situado na divisa dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em uma das áreas mais valorizadas para a implantação de grandes empreendimentos agrícolas na atualidade. Além disso, há uma discussão entre proprietários e produtores do entorno, quanto à alegada superpopulação de queixadas na região que causam prejuízos às propriedades privadas.

Seguindo ao longo do Rio Araguaia, encontra-se a ampla planície em que se situa uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta. Neste local, estão a Resex Lago do Cedro (GO), a APA Meandros do Rio Araguaia (MT, TO, GO) e o Parque Nacional do Rio Araguaia (TO). Pesca predatória e ocupação desordenada das margens do rio podem ser consideradas as maiores ameaças. Registre-se, ainda, a sobreposição entre o Parna do Araguaia e duas terras indígenas na ilha do Bananal – o que, se não pode ser considerado como um risco em si, por outro lado, dificulta a gestão de várias questões. Há risco de nova inserção de gado no interior da Ilha do Bananal por arrendatários não indígenas, o que foi identificado pela equipe do ICMBio.

Igualmente situada em um ecótono do Cerrado com a Amazônia e sobreposta com outra Terra Indígena, a Ecec de Iquê encontra-se no que é hoje o maior remanescente florestal de todo o arco do desmatamento, o Noroeste de Mato Grosso. Extração de madeira, garimpo de diamantes e alterações causadas por empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena são os maiores riscos para a sua integridade. Não há possibilidades administrativas de manter equipes do ICMBio no local, em função de riscos inerentes à integridade física dos servidores.

Situados nos domínios morfológicos do Cerrado incidente no planalto, nas bordas da planície alagável do Pantanal, há os Parnas da Serra da Bodoquena (MS) e da Chapada dos Guimarães (MT) e a Esec da Serra das Araras (MT). Os dois primeiros carecem da regularização fundiária completa de suas terras, o que acarreta a gestão de variados riscos: corte seletivo de espécies madeiráveis, presença de gado, atividades não autorizadas, caça, incêndios florestais. Quanto ao Parna da Chapada dos Guimarães, acrescenta-se a sua característica de ser um parque periurbano, situado próximo a cidades populosas, o que aumenta a demanda da UC com controle de entradas e estruturação de atrativos, sinalização e outras atividades relacionadas. Já a Esec da Serra das Araras, apresenta problemas de regularização fundiária antigos, mas menos graves do que os outros dois, os riscos maiores estão associados à mineração de calcário nas imediações e à pavimentação asfáltica de uma estrada estadual circunvizinha (MT-343), com potencial de alterar drasticamente o tipo de ocupação fundiária e de produção agrícola nos anos vindouros.

Finalmente, as duas UC tipicamente pantaneiras – Esec de Taiamã e Parna do Pantanal Matogrossense, ambas em Mato Grosso – tem como risco a sobrepesca ao longo da planície; a ocupação de cabeceiras a retenção de águas por hidrelétricas no planalto, o que alterou perceptivelmente o pulso das águas; a poluição dessas águas pelo tipo de agricultura que se pratica nessas cabeceiras, com grande movimentação de terras e aplicação de venenos; e, potencialmente, a implementação da hidrovía Paraguai-Paraná.

Além dos pontos elencados acima, a ausência de consulta ao ICMBio sobre empreendimentos licenciados no entorno (ou interior, quando do caso) das UC federais tem alto potencial de degradação das unidades de conservação.

A perda de pessoal lotado nas unidades de conservação da CR-10 como um todo é um problema altamente impactante na gestão das unidades, dificultando o alcance dos melhores resultados institucionais para a gestão das mesmas.

Por fim, ainda que haja instrumentos para a gestão de áreas com sobreposição a terras indígenas, ainda se carece de um entendimento institucional mais amplo, envolvendo outros órgãos públicos, que possibilite alternativas aos conflitos decorrentes.

### **Estratégia de enfrentamento**

- A delegação de competência para julgamentos de autos de infração em primeira instância foi promovida de maneira a dar mais eficiência no fluxo de processos.
- Contatos diretos com gestores de RPPN foi feito para auxiliar a gestão das áreas.
- Estabelecimento de contato direto com órgãos licenciadores estaduais para melhoria da comunicação entre as instituições e do processo de licenciamento quando envolve impacto a unidades de conservação federais.
- Redivisão interna de tarefas com uso de metodologias do planejamento estratégico para redução de concentração de atividades e ineficiência de análise.
- Discussão e elaboração de novas estratégias de prevenção e combate a incêndio florestal entre as UCs da CR10, incluindo o Manejo Integrado de Fogo (MIF) como linha de atuação.
- Formalização de parcerias para a gestão das UCs e busca de apoio de outras instituições públicas para o desenvolvimento de atividades de interesse comum (ex. ações de fiscalização com apoio de polícias militares estaduais)
- Participação de servidores da CR-10 em ações de fiscalização e regularização fundiária nas UC.
- Ajuizamento de ações civis públicas para retirada de ocupações irregulares em unidades de conservação.
- Participação em colegiados relacionados à gestão ambiental pública
- Demanda permanente à sede da autarquia por pessoal (efetivo e terceirizado).

### **Mudanças ocorridas**

- A formalização de parcerias auxiliou na redefinição de projetos e no melhor relacionamento com a sociedade em geral.
- Contatos diretos com órgãos licenciadores trouxeram nova demanda de análises de impacto ambiental.
- Maior e melhor fluxo de julgamento de autos de infração em primeira instância na CR-10.
- Desenvolvimento de pelo menos um novo plano de manejo por gestores de RPPN no período.
- Aumento da demanda de fiscalização em RPPN após contato direto com gestores, aumentando a demanda de trabalho na CR-10.
- Reformulação de planos de prevenção e combate a incêndios florestais.

## **Coordenação Regional em Santa Lagoa (MG) CR-11**

### **Descrição geral**

Com circunscrição na região central do Brasil e sede em Lagoa Santa (MG), a CR-11 abarca vinte e nove UC nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, São Paulo e no Distrito Federal, onde predomina o bioma Cerrado. Nesta CR, encontram-se algumas das mais icônicas UC do País, como o Parna da Serra da Canastra, onde fica a nascente histórica do Rio São Francisco, o Parna da Chapada dos Veadeiros com suas cachoeiras e fauna abundante, o Parna de Caparaó, com o pico da bandeira em seu interior e o Parna Grande Sertão Veredas, com seus 200.000 hectares de cerrado e veredas bem preservados. Importante destacar ainda as UC do Distrito Federal, que cobrem a maior parte daquele território, garantindo a produção de água necessária às populações humanas bem como o equilíbrio ecológico e a preservação da biodiversidade da região.

### **Adversidades**

- Por se tratar de uma região onde predomina uma estação seca longa e com vasto histórico de incêndios florestais de grande porte, o clima na região geografia da CR-11 apresenta-se como uma adversidade a ser considerada ano a ano.
- A matriz de desenvolvimento rural na região de caracteriza por ser bastante alterada, sendo predominantemente composta por pastagens artificiais e culturas de grande porte. Ainda precisamos destacar que há uma pressão forte de caça, pesca e extração de recursos nas UC. Fatores esses que se apresentam como uma adversidade a ser considerada.
- As UC do Distrito Federal, localizadas muito próximas da sede do Instituto Chico Mendes, recorrem com frequência à sede para resolver questões que deveriam ser direcionadas à CR-11.
- Carência de recursos humanos e financeiros.
- Grande número de processos de auto de infração o que requer análise técnica e dedicação permanente de servidores da coordenação.

### **Riscos**

- 
- Perda de biodiversidade e comprometimento da qualidade ambiental em caso de grandes e recorrentes incêndios florestais nas UC;
  - Formação ou perpetuação de ilhas isoladas, com baixa viabilidade das espécies no longo prazo. Comprometimento dos recursos naturais a serem protegidos pelas UC;
  - Geração de demanda significativa para a sede, comprometendo parte da capacidade de produção da sede naquilo que lhe cabe, diminuindo a eficiência da Instituição. Confusão em relação aos papéis de cada instância, causando insegurança para os usuários que podem ficar sem saber a quem recorrer.
  - As limitações de pessoal e de recursos financeiros tem limitado muito nossas ações em campo o que pode comprometer significativamente a qualidade da gestão e nossos resultados Institucionais.

#### **Estratégia de enfrentamento**

- A estratégia de enfrentamento no que tange aos riscos relacionados ao fogo, além do combate emergencial, usualmente feito, pretendemos ampliar a implementação do manejo integrado do fogo (MIF) nas UC que correm mais risco na CR-11. Entendemos que o MIF pode reduzir significativamente os riscos de ocorrência de grandes incêndios nas UC, e principalmente reduzir os danos que os incêndios podem causar.
- O Colegiado de Servidores de Julgamento de Auto de Infração (COJAI) delega e distribui a análise e julgamento dos autos de infração lavrados pelas unidades de conservação, no sentido de diminuir o tempo de julgamento e aumentar a impessoalidade na construção de posicionamentos e interpretações, inerentes aos atos de julgamento.
- Alinhamento Interinstitucional – realização de reuniões de alinhamento com os órgãos ambientais estaduais, com o Ibama, e com as prefeituras e com os demais órgãos públicos de interesse.
- Construção de um arranjo de gestão diferenciado para as UC do DF, de forma a dar condições para que a representação institucional no DF se dê de forma segura, alinhada, eficiente e sem necessidade de envolvimento da sede. Em 2016, foi desenhada uma proposta de conselho de chefes das UC do DF, que seria responsável por garantir um alinhamento institucional eficiente entre as UC, entre as UC e a CR e entre as UC e a sede. O conselho seria responsável ainda pela representação institucional junto aos entes distritais.
- Construção de parcerias com diferentes focos de atuação, sendo os principais voltados para apoio às atividades de uso público nas unidades de conservação com ONG/ OCIP e órgãos municipais, pesquisa científica e estágios com as instituições de ensino e combate e prevenção a incêndios florestais com governos estaduais.
- O COJAI entrou em funcionamento com regimento interno e servidores nomeados para realizar as decisões de primeira instância, aumentando a confiabilidade do processo de julgamento. Com a criação do colegiado, a equipe local passou a ter autonomia para a assinatura dos julgamentos, ofícios, intimações e demais medidas decorrentes do processo administrativo, desonerando o coordenador regional.

#### **Mudanças ocorridas**

- Maior esforço Institucional para a realização do manejo integrado do fogo nos Parnas da Serra da Canastra, da Serra do Cipó, e das Sempre-Vivas.
- Melhoria do alinhamento entre os órgãos em assuntos como licenciamento ambiental, combate a incêndios e fiscalização.
- A proposta de conselho construída entre as unidades de conservação do Distrito Federal ao longo de 2016 deve surtir resultados em 2017.
- Todas as etapas do processo do auto de infração, incluindo os julgamentos de primeira instância estão sendo conduzidas por um colegiado de servidores, visando dar maior confiança e celeridade ao processo e pretende-se no ano de 2017, encerrar o passivo de autos de infração em espera para iniciar o julgamento.